

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**GEOGRAFIAS DA CIDADE:
SOBRE INTERPRETAÇÕES DE OPERÁRIOS DA
CONSTRUÇÃO CIVIL**

AMADOR DA LUZ MOREIRA FILHO

**BELO HORIZONTE
AGOSTO DE 2012**

Amador da Luz Moreira Filho

**GEOGRAFIAS DA CIDADE:
SOBRE INTERPRETAÇÕES DE OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Mestrado em Geografia, do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço
Orientador: Prof. Dr. Cássio Eduardo Viana Hissa

**Belo Horizonte
Instituto de Geociências da UFMG
Agosto de 2012**

M835g
2012

Moreira Filho, Amador da Luz.

Geografias da cidade [manuscrito] : sobre interpretações de operários da construção civil / Amador da Luz Moreira Filho. – 2012.

141 f.: il., fots. (color.), tabs. (color.)

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2012.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Orientador: Carlos Eduardo Viana Hissa.

Bibliografia: f. 136-141.

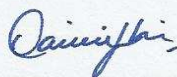
1. Ciência – Teses. 2. Construção civil – Teses. 3. Ocupações na indústria da construção – Teses. 4. Cidades e vilas – Teses. 5. Sociologia do conhecimento – Teses. I. Hissa, Carlos Eduardo Viana. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.3

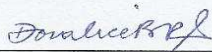
Dissertação intitulada *Geografias da cidade: sobre interpretações de operários da construção civil*, de autoria do mestrando Amador da Luz Moreira Filho, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFMG como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço.

Aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:



Prof. Dr. Cássio Eduardo Viana Hissa - IGC/UFMG
Orientador



Profa. Dra. Doralice Barros Pereira - IGC/UFMG



Profa. Dra. Maria Luiza Grossi Araújo - IGC/UFMG



Prof. Dr. Guilherme da Silva Ribeiro - UFRRJ

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2012

Ao João,
Jóia.

AGRADECIMENTOS

À minha família, por serem meus primeiros mestres e me guiarem no sentido da ética e da persistência e por compreenderem minhas ausências.

Aos vários professores, que, ao demonstrarem sua confiança, me encheram de entusiasmo, fundamental para ir a diante.

Aos professores e colegas do “Programa Conexões de Saberes”, por reorientarem minha trajetória acadêmica e por colocarem a minha alma (*soul*) diante de mim.

A CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa de estudos, sem a qual esta dissertação teria exigido muito mais sacrifícios.

Aos professores e funcionários do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, pela excelência no atendimento.

Aos amigos, pelos incentivos e pelas conversas inspiradoras.

Aos operários, sujeitos desta pesquisa, pelas boas conversas, pela atenção e por partilharem comigo algumas de suas tristezas, alegrias, expectativas, projetos e crenças.

À Mara Hissa, pela criteriosa revisão do texto final.

Às professoras Maria Luiza Grossi e Claudia Mayorga, pelas valiosas orientações por ocasião do Seminário de Qualificação.

Ao professor Cássio Eduardo Viana Hissa, pelas espirituosas conversas, orientações serenas e confiança na liberdade.

Agradeço a todos que, com sua presença, contribuíram para transformar minhas experiências e iluminar o caminho que me conduziu a este feliz momento.

Assumo total responsabilidade pelas imprecisões ou incorreções desta dissertação.

RESUMO

Esta pesquisa de caráter exploratório dialoga com dois campos: (1) os estudos sobre a cidade e (2) a teoria do pensamento social. O objetivo é o de apreender a interpretação dos operários da construção civil sobre a categoria cidade. Discute-se, aqui, a constituição da ciência moderna e a sua relação com a colonialidade a partir da perspectiva pós-colonial. Discute-se, ainda, o caráter eurocêntrico da ciência, resultando na ausência de interlocução com outras matrizes de conhecimento. Busca-se relacionar as referidas leituras sobre a ciência à produção de conhecimento acerca da cidade, temática cara à disciplina geográfica. Neste processo, debate-se sobre a necessidade de que outras leituras de mundo, distintas das consolidadas tradicionalmente, participem legitimamente da produção de conhecimentos a partir da força cognitiva de suas proposições. Um dos pressupostos aqui adotados refere-se à identificação dos operários da construção civil em sua condição de sujeitos “de baixo”. A partir de então, os tomamos como sujeitos construtores de estratégias e saberes nascidos do cotidiano; e as suas experiências com a escassez e com a solidariedade, baixos níveis de técnica, de capital e de organização, concedem-lhes especificidades criativas integrando-os organicamente aos seus territórios

Palavras-chave: Ciência; Saberes; Cidade; Operários da construção civil.

ABSTRACT

This research of exploratory feature dialogues with two fields: (1) Studies about the city and (2) the theory of social thought. Its aim is to apprehend the interpretation of the civil construction workers about the category city. It discusses the constitution of the modern science and its relation to coloniality from the postcolonial perspective. It also discusses the Eurocentric feature of science, resulting in the absence of interlocution with other matrices of knowledge. It is intended to relate the referred readings about science to the knowledge production about the city, important theme to the geographical subject. Based on that, it is discussed the necessity that other readings of the world, different from those traditionally consolidated, participate rightfully of the production of knowledge from the cognitive form of their propositions. One of the assumptions here adopted refers to the identification of the civil construction workers in their condition of "low position" subjects. And then, we consider them subjects who are constructors of strategies and knowledge from the daily life; and their experiences of shortness and solidarity, low knowledge of techniques, money and organization, giving them creative specificities, integrating them organically in their territories.

Keywords: Science, knowledge, city, civil construction workers.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 7 |
| CAPÍTULO 1 - O PENSAMENTO MODERNO: CRISE E OUTROS SABERES | 18 |
| 1.1. A crítica do pensamento abissal | 21 |
| 1.2. Modernidade e racionalidade moderna: um mundo europeu | 27 |
| 1.2.1. Territorialidade epistemológica ou “os paradigmas não caem do céu” | 35 |
| 1.3. Democracia como agenda do pensamento contra-hegemônica | 39 |
| 1.4. A diversidade epistemológica do mundo | 46 |
| CAPÍTULO 2 - A CIÊNCIA, OS SABERES E A CIDADE | 48 |
| 2.1. A ciência e os saberes: fronteiras | 49 |
| 2.2. A cidade da geografia | 55 |
| 2.3. Os saberes e o “direito à cidade” | 60 |
| 2.3.1. A cidade de Lefebvre | 62 |
| 2.4. Outras cidades e outros saberes sobre a cidade | 67 |
| 2.5. Belo Horizonte: a história e “os de baixo” | 72 |
| CAPÍTULO 3 - CONTEXTO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA | 78 |
| 3.1. A indústria da construção civil | 79 |
| 3.1.1. O canteiro de obras | 82 |
| 3.1.2. Etapas da obra | 83 |
| 3.1.3. Principais ofícios do canteiro de obras | 84 |
| 3.2. Operário, sujeito | 87 |
| 3.2.1. Histórico e notas socioculturais | 87 |
| 3.3. Sujeitos “de baixo” | 92 |
| 3.5. Procedimentos metodológicos e a escolha dos sujeitos da pesquisa | 98 |
| 3.5.1. O campo: entrevistas e observações | 99 |
| 3.5.2. Processos de apreensão da cidade no discurso dos operários | 101 |
| 3.6. Procedimentos de interpretação | 104 |
| CAPÍTULO 4 - SOBRE A CIDADE INTERPRETADA POR TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL | 105 |
| 4.1. O trabalho escreve a cidade | 106 |
| 4.2. Cidade turbulenta | 108 |
| 4.3. Conhecer sentindo: experiência como fator de conhecimento | 116 |
| 4.4. Encontrando a cidade como “obra” | 120 |
| 4.5. A cidade como lugar do trabalho | 122 |
| 4.5.1. Cidade: oportunidade e trabalho | 123 |
| 4.6. O trabalho como fator social multidimensional | 125 |
| Considerações finais | 131 |
| REFERÊNCIAS | 136 |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é composta de duas frentes que se interceptam continuamente e que afirmam prática e teoria pensadas numa mesma plataforma. A primeira concentra-se em pensar o desenvolvimento da ciência tal qual a conhecemos. Ênfase algumas concepções acerca dos processos históricos e ideológicos que a constituíram e que a concederam o *status* de instituição competente para dizer sobre os acúmulos e avanços dos conhecimentos alcançados pela humanidade. A segunda frente relaciona estas leituras à disciplina geográfica, certamente fundada em demarcações e pressupostos da referida ciência. Destaco uma categoria cara à geografia: a cidade. É objetivo fazer com que a reflexão teórica encontre, na empiria, elementos que a fortaleça: há saberes valiosos sobre a categoria cidade entre os “homens simples”, “homens comuns”, “homens lentos¹” nas palavras de Milton Santos. Esse pressuposto carece das interpretações ou leituras que: apontem os rumos tomados por tais saberes que revelem a natureza da cidade escondida entre as experiências desperdiçadas; que discutam as possibilidades contidas na interlocução entre esses saberes e a ciência. Essas são as buscas que completam a segunda frente desta dissertação.

A apreensão de interpretações sobre a categoria *cidade* a partir do entendimento de operários de construção civil é o objetivo específico desta pesquisa. Qual a compreensão- interpretação dos operários sobre a cidade? Que saberes resultam do enfrentamento das contradições da cidade? Que implicações sociais e políticas estão envolvidas numa concepção de cidade construída com a participação ou a partir da visão de mundo “dos de baixo”? A partir dessas leituras, pergunta-se ainda: quais demandas e responsabilidades políticas e éticas são postas ao conhecimento geográfico? Questões como estas servem como guia para o desenvolvimento das reflexões presentes nesta pesquisa.

Mas o que é interpretar a cidade? Ter a interpretação como caminho possível e válido para se conhecer o mundo encontra sustento no debate acerca da necessidade de uma ciência distinta da praticada hegemonicamente, qual seja mais livre e mais acessível às vozes

¹ “Homens lentos”: metáfora que, nas palavras de Milton Santos (2002, p.260), representa os oprimidos da cidade, os que não acessam a “luminosidade” das mercadorias e de seus espaços próprios, tampouco a mobilidade alucinante que, na opinião do autor, “dificulta a visão da cidade”.

de fora da academia. A pesquisa tradicional deixa escapar os diálogos e interpretações, com base em suas regras lógico-formais rígidas, na busca por objetividade ou suas formulações binárias — verdade/falso (THIOLENT, 1994, p. 27). Admitir a interpretação na pesquisa social significa, principalmente, questionar a rigidez metodológica que pode dificultar uma interlocução entre os saberes. Dessa forma, interpretar é emprestar sentido. Interpretar a cidade é desenhá-la tendo como inspiração a própria vida. É dialogar com vozes que assumem as marcas de um lugar socioespacial marginalizado no contexto da produção de conhecimento.

Os operários da construção civil, obviamente, não são os únicos que podem dizer sobre a “cidade dos de baixo”. Além da necessidade de delimitar o grupo de interlocutores, alguns pressupostos influenciam a escolha: a vivência particularmente contraditória desses atores na cidade ao, por exemplo, construírem luxuosas residências e não acessarem uma moradia que lhes ofereçam dignidade; as distâncias percorridas diariamente, o que lhes permite *ver* a cidade, às vezes, sob o seu efeito alienante, ignorando grande parte de sua realidade e, outras vezes, a sentindo com uma singularidade alcançada apenas por aqueles a quem a cidade é negada de maneira violenta; a situação de exploração extrema a que estão submetidos também figura entre os fatores que podem conferir a estes sujeitos um olhar específico sobre a cidade.

É importante, ainda, pensar nos fatores que conformam, mesmo que a título especulativo, a composição identitária do interlocutor *operário de construção civil*: é ocupante de espaço periférico (espacial e/ou social), é sujeito de pouco acesso à educação formal, é proporcionalmente mal remunerado, é trabalhador braçal, o que implica, nesse sentido, uma histórica desvalorização profissional, podendo ocasionar inclusive um sentimento de baixa autoestima. Portanto, talvez seja perfeitamente possível e compreensível identificar esses sujeitos como pertencentes à *cidade dos de baixo*.

Utilizo a teoria sobre o “pensamento abissal”, de Boaventura de Sousa Santos, e os “estudos pós-coloniais”, desenvolvidos por autores como Aníbal Quijano, Edgardo Lander, Walter Dignolo, Henrique Dussel entre outros, como bases do primeiro capítulo. A constituição da modernidade e sua relação com a colonialidade, a emersão da forma

hegemônica de conhecimento que a representa, sua crise e as possibilidades daí advindas são os temas considerados.

A obra de Boaventura de Sousa Santos busca compreender as razões da não concretização das promessas da modernidade. Por isso, ganha relevância crucial para fundamentar a ideia aqui defendida de que é necessário buscar e (re) significar novas compreensões de mundo e leituras originadas de lugares outros, distintos dos convencionais. Estudioso da obra de Boaventura de Sousa Santos, Leonardo Avritzer (2009, p. 73-74) resume as ideias que integram a linha condutora do pensamento do autor: Boaventura de Sousa Santos entende a modernidade como uma tensão entre duas lógicas: a lógica da emancipação constituída pela racionalidade científica, estético-expressiva e moral; e a lógica da regulação social representada pelo mercado, Estado e comunidade. Nessa perspectiva do fenômeno da modernidade, a ciência e o direito assumem papéis fundamentais.

A ciência, ao envolver-se com a intenção de controle da natureza e com a instrumentalização do mundo, converte-se rapidamente em força produtiva. Dessa forma, seus critérios de eficiência e eficácia tornaram-se hegemônicos e colonizaram, de forma gradual, os critérios racionais das outras lógicas emancipatórias. A racionalidade científica passa, então, associada ao direito, a compor um pólo regulatório. Boaventura de Sousa Santos entende que a subsunção da lógica emancipatória pela lógica regulatória esgota o projeto da modernidade.

O autor defende, inicialmente, a superação da modernidade a partir do que foi denominado como pós-modernismo de oposição. No entanto, o termo pós-modernidade mostrou-se inadequado em função de sua consolidação enquanto um conceito despolitizado e fundamentalmente estético. À luz de uma reestruturação de sua obra, Boaventura de Sousa Santos assinala que a lógica da emancipação/regulação seria inaplicável nos territórios coloniais. Nestes, a lógica seria a da apropriação/violência. Assim, em vez da superação da modernidade pela pós-modernidade, o autor defende uma reinvenção pós-colonial da modernidade.

Boaventura de Sousa Santos, assim como alguns dos autores que se ocupam dos estudos pós-coloniais, tece críticas incisivas às epistemes da modernidade em função, entre

outros fatores, de seu caráter eurocêntrico. Carlos Walter Porto-Gonçalves (2005), no texto de abertura do livro *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*, enfatiza as práticas que demonstram a pretensão universalista das experiências hegemônicas ocidentais concretizadas sob o eurocentrismo. O autor chama de geopolítica do conhecimento a atribuição do rótulo de local ou regional aos saberes produzidos e escritos nas línguas não hegemônicas. A classificação de local serve, nesse sentido, como característica que inferioriza. Ao mesmo tempo, o conhecimento que se quer universal fala como se não pertencesse a lugar nenhum, como se fossem do mundo, valendo-se do que Donna Haraway (1995) denomina “truques de Deus — visão de tudo e de lugar nenhum”.

O legado epistemológico eurocêntrico impede que os povos vitimados pelo colonialismo compreendam o mundo em que vivem a partir de epistemes próprias. Carlos Walter Porto-Gonçalves (2005) assinala que o fato de os europeus imporem seu capitalismo à maior parte do mundo não significa que sua compreensão de mundo dê conta da complexidade das distintas formações sociais que se constituíram em cada lugar e região. “O pensamento [continua o autor] está em todos os lugares onde os diferentes povos e suas culturas se desenvolveram e, assim, são múltiplas as epistemes com seus muitos mundos de vida” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 10).

A colonialidade, dessa forma, é de fundamental importância para explicar a inauguração da modernidade. Para Walter Mignolo (2005), não há modernidade sem colonialidade. A teoria da moderno-colonialidade desconstrói a ideia do aparecimento do capitalismo como fenômeno europeu e o toma como fenômeno global, o que contribui para emersão do sul como partícipe explorado do processo de construção do modo de produção capitalista, e não como vítima do atraso. Para Walter Mignolo (2005), essa inclusão dos distintos agentes mundiais envolvidos no desenvolvimento do capitalismo ajuda a desenvolver uma narrativa descentralizada da história.

Discuto, ainda, no capítulo um, as implicações do “desperdício de experiência” para as práticas democráticas. As noções de hegemonia e de contra-hegemonia também são debatidas, uma vez que são conceitos utilizados por diversos autores para se referirem ao

momento crítico de disputas e questionamentos em relação às culturas: as lutas das minorias têm ganhado mais visibilidade. O que isso significa? Disputas internas ou rupturas civilizatórias? A transformação do real exige uma subversão do pensamento? Emancipação em um único campo (dos saberes, por exemplo) é possível? (CECEÑA, 2005).

O capítulo dois dedica-se a relacionar a ciência moderna — sob as leituras acima apresentadas — aos saberes *da e sobre* a cidade que, por variadas circunstâncias, parecem existir apenas à margem dos debates ditos oficiais nas academias, por exemplo. As considerações acerca do “direito à cidade”, de Henri Lefebvre (2001), são recuperadas para dar apoio a uma reflexão propositiva: o desdobramento do direito à cidade, no direito de dizer sobre a cidade, de construir saberes sobre esse objeto, como uma forma de apropriação. Para tanto, faz-se necessário elucidar os termos em que os sujeitos são excluídos do círculo de produção de conhecimentos e têm suas experiências/saberes desvalorizadas e/ou invisibilizadas. Ou, ainda, em que termos quais saberes são legitimados. Estão aí envolvidas questões tratadas com propriedade pelos estudos feministas, como as relacionadas ao poder de enunciar da ciência moderna, de construir verdades únicas e, dessa forma, invalidar outras leituras de mundo. Donna Haraway é autora representativa dessa corrente e resume bem o caráter questionável da ciência no que diz respeito à sua propalada neutralidade ao afirmar que se trata de um “texto contestável e um campo de poder”. A autora é enfática em relação a esse ordenamento da ciência: “Todas as fronteiras internas-externas do conhecimento são teorizadas como movimentos do poder, não movimentos em direção à verdade”, comenta Donna Haraway (1995, p. 9).

Defende-se a ideia de que esses sujeitos invisibilizados podem construir conhecimentos importantes sobre a cidade. As estratégias mobilizadas para lidar com as suas contradições, a leitura por entre os meandros impostos pelas injustiças, podem possibilitar uma leitura da cidade potencialmente libertadora. É o que indica as indagações de Paulo Freire (2005, p. 34): “Quem, melhor que os oprimidos se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? [...] Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação?” Nas palavras de Donna Haraway (1995), em um contexto de injustiças e segregação, como o que se vivencia na sociedade

contemporânea, a visão dos subjugados apresenta a vantagem da ampla experiência com os modos de negação através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento.

Ainda sobre o potencial da experiência dos pobres e dos oprimidos, particularmente na cidade, a crítica de Milton Santos (2002, p. 260) a Paul Virílio é instigante: este último prevê um futuro em que apenas a eficiência técnica de um povo possibilitaria o acesso, em seu dizer, ao projeto, à decisão, ao infinito. A velocidade seria a esperança do Ocidente. Aos outros povos (ou aos não enquadrados ou excluídos da modernidade ocidental), restaria um mundo finito, limitado pela inferioridade de seus veículos técnicos. Para Milton Santos, descobre-se agora, que, nas cidades, o tempo que comanda, ou que vai comandar, é o tempo dos homens “lentos”.

Quem, na cidade, tem mobilidade — e pode percorrê-la e esquadrihá-la — acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente prefabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem, exatamente, do convívio com essas imagens. Os homens “lentos”, para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações. (SANTOS, M., 2002, p. 260)

Dessa forma, continua o autor, os pobres escapariam do totalitarismo da racionalidade, transformando-se nos atores que, na cidade, estariam a olhar mais fixamente para o futuro. Os pobres destoariam, na cidade “luminosa”, do objeto técnico, criador de uma mecânica rotineira e dos gestos num sistema monótono. As zonas urbanas opacas, destinadas aos pobres, seriam também as da criatividade, opostas às zonas luminosas, espaços de exatidão. Nesse contexto, realiza-se, também, um pequeno resgate da história de Belo Horizonte, levando-se em conta a forma de participação dos diversos atores na construção da cidade e, ainda, o lugar social e espacial “reservado” a cada um deles.

O capítulo três dedica-se às reflexões acerca do contexto da pesquisa: as memórias e procedimentos da pesquisa; os percursos, as angústias, os caminhos encontrados e os não

encontrados desde os primeiros passos. São expostas as dificuldades metodológicas, as limitações impostas pelo tempo e as razões de algumas escolhas.

A leitura socioespacial da cidade, a partir da visão dos operários da construção civil, será extraída de relato de experiências destes sujeitos na cidade: de suas práticas, do seu cotidiano, de suas vidas antes e depois das experiências na cidade. Ao debruçar-me sobre tais narrativas, se definem como elas serão tratadas e qual esforço de reflexão mais adequado ao procedimento de apreensão da leitura de cidade que, acredito, estará inscrito naqueles relatos. Penso em um método “*a posteriori*”, como estratégia de abertura ao aleatório, uma “tocha” ao saber que frequentemente escapa quando a preocupação com as respostas possíveis é maior que com as perguntas que devem ser formuladas ao mundo.

Sobre a definição de um roteiro para a conversa com os operários, é necessário esclarecer que, ainda que ele seja flexível e permita ou até mesmo deseje ser transgredido, é preciso clareza acerca dos rumos mais propícios à emergência da “cidade interpretada” na fala dos operários. O recolhimento dos dados da pesquisa dá-se através de visitas a obras para observação e conversas “informais” com alguns trabalhadores.

O número de interlocutores não é definido a priori. Opto por um trabalho de busca deliberadamente arbitrária por sujeitos que demonstrem disposição para o diálogo e aptidão para expressar e refletir junto a um pesquisador e “estranho” acerca das próprias experiências. Sendo assim, não seria prudente pretender realizar um grande número de entrevistas em um espaço de tempo relativamente curto. A escolha dos operários com tais “características especiais” ocorre ao longo das próprias conversas. Exploro mais a conversa com os sujeitos que julgar preencher os requisitos pensados de antemão conforme descrito acima. Quando possível, converso mais de uma vez com esses operários. Essa fórmula (conversa – reflexão – conversa) pode representar uma oportunidade de aprofundamento, esclarecimento, discussão de novas questões ou mesmo um (re) ordenamento do roteiro a partir das sinalizações do interlocutor.

As visitas às obras servem a uma ambientação, a um mergulho, ainda que raso, ao universo dos sujeitos com os quais dialogo. Universo que, devo confessar, não é completamente estranho. Meu pai é pedreiro aposentado e, na minha adolescência, cheguei

a acompanhá-lo tanto em serviços autônomos como em grandes obras. Nesses momentos, posso indagar sobre trajetos percorridos, locais de residências, origem / infância do operário, e desenvolver breves diálogos que levem a noções mais consistentes sobre o sujeito operário da construção civil. Além das conversas, a observação do local de trabalho pode revelar situações não perceptíveis ou ausentes na fala dos operários, que contribuirão para a reflexão acerca da visão de mundo desses sujeitos.

O capítulo quatro trata da reflexão resultante do debruço sobre os diálogos, a pesquisa propriamente dita, no que se refere ao exercício de campo— a cidade interpretada pelos operários da construção civil. Subtemas geradores de textos que não estão previstos podem surgir a partir das falas dos operários. Inicialmente é necessário contextualizar os operários da construção civil no espaço urbano contemporâneo. Dizer sobre o que constitui o interlocutor desta pesquisa. Nos subtemas seguintes, trago a leitura apreendida nas conversas, entrevistas e observações de campo. Um dos textos deste capítulo serve à necessária tarefa de relacionar os saberes mobilizados sobre a cidade a partir desta pesquisa a processos mais amplos. Algumas questões são problematizadas: de que modo a interpretação de uma dada realidade ou objeto — como a cidade — por sujeitos como os operários da construção civil pode contribuir para a construção de uma cidade mais democrática? Em que bases é possível o estabelecimento de interações democráticas entre as matrizes de conhecimentos?

É difícil precisar quando esta pesquisa começa a ser desenhada. Alves-Mazzotti e Gewandszanajder (1998) assinalam que o próprio pesquisador é tomado como um “objeto-sujeito”: suas experiências estão inscritas na pesquisa que propõe. Boaventura de Sousa Santos, ao falar sobre a incompletude de cada conhecimento na ecologia de saberes, enfatiza a ideia de que o sujeito revela a si próprio no ato de conhecer: “Todos os conhecimentos sustentam práticas e constituem sujeitos; são testemunhais porque o que conhecem sobre o real (a sua dimensão activa) se reflete sempre no que dão a conhecer sobre o sujeito do conhecimento (a sua dimensão subjetiva)”. (SANTOS, B., 2009, p. 98)

Assim, a partir da aceitação de que a presente pesquisa é reveladora do que me constitui como sujeito, é necessário arbitrar sobre algumas das experiências que podem ter me conduzido a este problema.

Minha trajetória na universidade é profundamente marcada pela inserção em um programa de extensão que, diferentemente de muitos outros, também realizava pesquisas. Fui bolsista do “Programa Conexões de Saberes: interlocução entre a universidade e as comunidades populares²” durante quatro anos. O *Programa Conexões* era ligado institucionalmente à Faculdade de Educação – FAE / UFMG e posteriormente à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH / UFMG. Assim, minha graduação em geografia não ficou restrita ao prédio do Instituto de Geociências – IGC / UFMG. Tive contatos com autores, professores e debates que provavelmente não encontraria sem o *Programa Conexões* e sem o *passeio* pelas outros prédios da universidade. O *Programa Conexões* propiciou ainda os primeiros contatos com a pesquisa acadêmica, algumas publicações e participações em eventos científicos. A principal influência, entretanto, refere-se à própria temática que estudo desde a monografia de conclusão de curso: a interlocução da ciência com os outros saberes. Na referida monografia, estudei as possibilidades da pesquisa-ação enquanto metodologia com potencial aproximativo com os outros saberes. Na oportunidade, concentrei-me em um dos eixos de pesquisa do *Programa Conexões* que trabalhava no desenvolvimento de um “Projeto Memória” no Aglomerado Santa Lúcia em Belo Horizonte a partir da pesquisa-ação. O objetivo da monografia era refletir sobre o processo e detectar as dificuldades e possibilidades dessa metodologia na interlocução entre a ciência e os saberes da prática popular.

As possibilidades de instalação de um diálogo crítico entre as matrizes de conhecimento foram desenhando-se como uma instigante necessidade, que considero

² Trata-se de um programa proposto no âmbito do Ministério da Educação, desenvolvido junto a Universidades Federais. A Universidade Federal de Minas Gerais ingressou no “Programa Conexões” em 2005, sendo sua sede, inicialmente, a Faculdade de Educação e, a partir de junho de 2007, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH. Este programa surge com o objetivo de: a) fortalecer a trajetória acadêmica de jovens negros das camadas populares, incidindo sobre o problema da permanência bem sucedida desse setor na Universidade pública; b) promover aproximação entre os saberes produzidos na Universidade e os saberes produzidos nas práticas das comunidades populares.

relacionada mesmo ao avanço democrático da sociedade contemporânea. Essa concepção origina-se na ideia apresentada por Boaventura de Sousa Santos em que a justiça social global é vinculada diretamente à justiça cognitiva global. Assim, passa a preocupar-me como a geografia estava inserida neste debate que me parecia tão urgente e inevitável devido à enorme força que via nas proposições daquele autor. Descobri que poucos, na geografia, estavam a debruçar-se nas questões que orbitam esta temática. Entretanto, felizmente, encontrei partícipes de preocupações semelhantes e a estes também atribuo responsabilidades nos possíveis acertos desta proposta de pesquisa. Dentre estes incluo meu orientador, professor Cássio Eduardo Viana Hissa.

Restava pensar nas possibilidades de inserção da geografia às autocríticas propostas, no âmbito próprio da produção de conhecimento, pelos autores acima referidos. A adoção de um suposto método próprio, a preocupação com sistematizações e com a construção de leis são alguns fatores que demonstram que a geografia reflete uma postura epistêmica afim à concepção moderna de ciência. É possível, portanto, que padeça de uma espécie de isolamento epistemológico porque aproveita pouco da diversidade do mundo já que a desconhece ou a desconsidera.

A cidade é categoria central da geografia contemporânea. Os estudos acerca do urbano alcançam mesmo novos patamares em termos de importância, principalmente a partir da perspectiva lefebvriana. Nesse sentido, a cidade apresenta-se como categoria apropriada para protagonizar a reflexão deste trabalho e o caminho para apresentar uma proposta de debate que desejo que se amplie e contamine todo o pensamento social.

CAPÍTULO 1

O PENSAMENTO MODERNO: CRISE E OUTROS SABERES

O século XVI pode ser pensado como marco inicial a partir do qual se constrói uma nova relação entre a humanidade, a natureza e a forma como o mundo passaria a ser concebido. A revolução científica então iniciada e ampliada nos séculos seguintes inaugura um modelo global de racionalidade científica. O desejo de conhecimento e a busca da emancipação da humanidade mobilizavam o projeto da modernidade científica representado, já no século XVIII, pelos ideais iluministas. A razão universal era o caminho: uma boa lei tem de ser boa para todos, era o que vislumbrava Condorcet (*apud* HARVEY, 1993, p. 23). O domínio da natureza significaria também o domínio do medo. Era a esperança e a promessa de liberdade como os homens ainda não haviam ousado imaginar. Porém, o controle desejado e conseguido envolvia também o domínio dos seres humanos.

A colonialidade é representativa do desdobramento das concepções erigidas sob o advento da denominada ciência moderna então nascente. Para Edgardo Lander (2005), a colonialidade representa mesmo o início da modernidade. Porto-Gonçalves (2002) considera a colonialidade inseparável da invenção da modernidade. É o momento em que a Europa se constrói política e ideologicamente enquanto Europa — o centro e clímax da civilização. Esse processo é composto por mais de um instrumento. Figuram entre os principais a suposta superioridade racial e cultural. Os traços fenotípicos bem como as construções mentais dos conquistados foram postos em situação de inferioridade. A racionalidade existiria, a partir de então, apenas na racionalidade científica, eurocêntrica.

O último século, repleto de crises de toda ordem (político-militares, econômicas, ambientais, culturais), é marcado por questionamentos acerca do cumprimento das promessas da modernidade. Apesar dos avanços inegáveis proporcionados pela racionalidade científica, a resposta surpreendentemente negativa de Rousseau (em 1750) à indagação de que o progresso da ciência levaria a humanidade ao bem estar pareceria, agora, fácil e óbvia.

A organização da totalidade do tempo e espaço numa única e grande narrativa universal iniciada no século XVI, resultando na oficialidade de uma única leitura de mundo, embora feita a partir de um caso particular, é alvo de um esforço de desconstrução da naturalização das relações sociais sob esta égide. Pensadores, influenciados por correntes

distintas³, discutem a emergência de novos paradigmas e novos sujeitos que reivindicam seu lugar no mundo. O desvelamento da parcialidade da racionalidade científica enquanto um conhecimento funcional adequado aos interesses da burguesia e à lucratividade do sistema explícita uma crise (SANTOS, B., 1988).

A teoria do pensamento abissal de Boaventura de Sousa Santos defende a existência de uma diversidade virtualmente infinita de saberes relevantes que concorrem para instauração de uma contra-hegemonia epistemológica que objetiva, além dos avanços democráticos, o combate às injustiças sociais. As reflexões tentam demonstrar as possibilidades contidas nessa linha de pensamento, bem como esmiuçar suas contradições e limites.

³ Múltiplas vertentes da crítica feminista, questionamentos da história europeia como História Universal através de autores como Bernal (1987) e Blaut (1992), a emergência do orientalismo, a contribuição dos estudos subalternos da Índia, produções diversas de autores africanos como V. Y. Mudimbe (1994), autores da perspectiva pós-colonial, etc. (LANDER, 2005, p. 23).

1.1. A crítica do pensamento abissal

Boaventura de Sousa Santos argumenta que persiste, na estrutura do pensamento moderno, linhas “abissais” que dividem o velho do novo mundo na era colonial. Essa divisão constitui a base das relações políticas e culturais excludentes do sistema-mundo contemporâneo. A superação desta divisão demanda outro pensamento cujos princípios assentam-se no que é denominado “ecologia de saberes”.

A realidade social é dividida em dois universos: “deste lado da linha” e “do outro lado da linha”. O outro lado da linha desaparece enquanto realidade social relevante. É produzido como inexistente. Tal exclusão é radical porque inviabiliza inclusive a consideração do excluído como o Outro. Para além da realidade “deste lado da linha” “[...] há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não dialética” (SANTOS, B., 2009, p. 78). A tensão emancipação/regulação que fundamenta o paradigma deste lado da linha não é aplicável ao outro lado da linha. Nessa última, aplica-se a dicotomia da apropriação/violência. Contudo, o fato de a dicotomia da emancipação/regulação não ser aplicável aos territórios coloniais, não impediu que ela ganhasse status de universal.

O conhecimento moderno constitui, juntamente com o direito, um dos campos mais proeminentes do pensamento abissal. À ciência é concedido o monopólio de dizer sobre o que é verdade e o que é falso. Deste lado da linha, a conhecimentos como a filosofia e teologia é permitido, ao menos, uma disputa epistemológica. Entretanto, aos conhecimentos situados do outro lado da linha é reservado o lugar da inexistência. Não se encaixam em nenhuma forma de conhecer. Estão fora do universo do verdadeiro e do falso. “É inimaginável aplicar-lhes não só a distinção científica entre verdadeiro e falso, mas também as verdades inverificáveis da filosofia e da teologia que constituem o outro conhecimento aceitável deste lado da linha” (SANTOS, B., 2009 p. 79).

As teorias do contrato social dos séculos XVII e XVIII servem para dizer da conversão da simultaneidade em não contemporaneidade: a formação da sociedade civil pelos indivíduos modernos — pelos homens metropolitanos — silencia o resto do mundo, ao qual caberia o estado de natureza. A emergência da sociedade civil moderna significa a coexistência desta com o estado de natureza, porém, este último tornado invisível.

A realidade da divisão abissal entre o novo e o velho mundo persiste. Os antigos territórios coloniais continuam marcados por uma exclusão radical. Persiste a coexistência da tensão emancipação/regulação e apropriação/violência, sem que a universalidade da primeira seja questionada.

Os limites entre uma e outra realidade têm se mostrado fluido e complexo. As lutas por independência das antigas colônias, em meados do século passado, pareciam indicar a supressão da dicotomia apropriação/violência. No entanto, estudos como a teoria da dependência e os pós-coloniais têm demonstrado um movimento contrário. Não apenas a dicotomia apropriação/violência ganha espaço como tem contaminado internamente os territórios outrora dominados pelo paradigma da emancipação/regulação. Boaventura de Sousa Santos entende que uma epistemologia do sul, que deve ser um esforço coletivo, acontece em uma realidade sociopolítica global que abriga um movimento principal chamado “regresso do colonial e do colonizador” e um contra-movimento denominado “cosmopolitismo subalterno”.

As metáforas acionadas pelo autor buscam retratar a complexidade assumida pelos divisores abissais na contemporaneidade. “Chegou ao fim o tempo de uma divisão clara entre o Velho e o Novo Mundo, entre o metropolitano e o colonial” (SANTOS, B., 2009, p. 86). “O regresso do colonial” significa as presenças, ainda que não sejam necessariamente físicas, de agentes coloniais, ou seja, “[...] dos que entendem suas experiências de vida como ocorrendo do outro lado da linha e se rebelam contra isso” (SANTOS, B., 2009, p. 85), nas sociedades metropolitanas. Para lidar com essa *intromissão*, “este lado da linha” remarca a linha abissal tão perto quanto possível e mobiliza ainda a lógica da apropriação/violência para atuar nos territórios originais da dicotomia da emancipação/regulação. Categorias esquizofrênicas são erigidas para enfrentar a confusão das linhas abissais fluidas. Os

dirigentes estadunidenses, por exemplo, lançaram mão, após o 11 de setembro, da estranha categoria dos “combatentes inimigos ilegais”. Realidades que outrora seriam impensáveis “deste lado da linha” tornam-se cada vez mais comuns. Os direitos democráticos são violados sob o argumento de que as ações perpetradas são, na realidade, para garanti-los. “O regresso do colonizador” completa o movimento principal e está relacionado ao desarranjo na relação entre as sociedades tanto metropolitanas como as anteriormente sujeitas ao antigo colonialismo e ao Estado. Os serviços públicos privatizados obrigam os cidadãos comuns a submeterem-se a grandes forças econômicas. Dessa forma, o controle de suas vidas e seu bem estar são geridos por contratos privados e despolitizados. O antigo estado constitucional não prevalece nessa relação. Boaventura de Sousa Santos caracteriza esse movimento como uma nova forma de governo indireto. Nele está inscrita a pressão da dicotomia da apropriação/violência sobre a lógica da emancipação/regulação.

O enfrentamento político do movimento crescente da lógica da apropriação/violência terá como postulado a resistência epistemológica. O autor assinala que uma sociologia das emergências é necessária para captar as iniciativas e movimentos que constituem a globalização contra-hegemônica. Um movimento com profundo sentido de incompletude, que se manifesta ainda em caráter embrionário, denominado “cosmopolitismo subalterno”, se revela através da sociologia das emergências. Este movimento, que não deseja a completude, porque se firma na consideração do caráter inesgotável da diversidade epistemológica do mundo, consiste “[...] num vasto conjunto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra a mais recente encarnação do capitalismo global, conhecido como globalização neoliberal” (SANTOS, B., 2009, p. 93).

A interrupção dos processos reprodutivos das linhas abissais depende da ruptura com “[...] as formas ocidentais modernas de pensamento e ação” (SANTOS, B., 2009, p. 94). Boaventura de Sousa Santos entende que é necessário pensar em termos não-derivativos, ou seja, a partir da perspectiva do outro lado da linha, do sul global, justamente por ser o domínio do impensável na modernidade ocidental. Aprender com o sul, utilizando uma epistemologia do sul. Para o autor, conhecimento é interconhecimento: daí a ideia da ecologia de saberes e do necessário reconhecimento da pluralidade de conhecimentos,

sendo um deles a ciência moderna. Não só existe uma infinidade de conhecimentos como, também, diversos conceitos que definem quais conhecimentos valem e quais critérios os fazem válidos.

O ambiente em que emerge a ecologia de saberes é paradoxal. Há, nas últimas décadas, um relativo avanço no reconhecimento da diversidade sociocultural, o que contribui para a instalação da ideia da pluralidade de epistemologias. Contudo, uma das premissas mais arraigadas do nosso tempo é a crença na validade e rigor único da ciência. A perda da confiança nas promessas da ciência moderna e o reconhecimento da diversidade cultural do mundo não significam, necessariamente, o reconhecimento da diversidade epistemológica do mundo.

Nesse sentido, a ecologia de saberes é uma contra-epistemologia que surge ancorada, primeiro, “[...] no surgimento político de povos e visões do mundo do outro lado da linha como parceiros da resistência ao capitalismo global, isto é, a globalização contra hegemônica” (SANTOS, B., 2009, p. 96). O autor assinala ainda que, no sul global, nas sociedades periféricas, a crença na ciência é mais tênue porque os processos ideológicos que escondem a sua vinculação à opressão colonial e imperial são menos eficientes. A segunda base à qual se firma a ecologia de saberes é a disseminação inédita de alternativas. Por ser uma proposição pluralista, a ecologia de saberes não pode ser agrupada sob uma única alternativa. Conhecimentos e ignorâncias são heterogêneos e a expectativa é a de que interajam para criar novos conhecimentos.

O conhecimento científico tem limites em relação ao tipo de intervenção que pode promover na realidade; por isso, apenas sua distribuição equitativa — fato improvável em função das condições relacionadas ao modo de produção capitalista — não imprime avanços em relação à justiça cognitiva. No entanto, essa perspectiva não abandona o conhecimento científico.

Trata-se, por um lado, de explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas que se têm tornado visíveis através das epistemologias feministas e pós-coloniais e, por outro lado, de promover a

interacção e interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não-científicos. (SANTOS, B., 2009, p. 97)

O modo de conhecimento hegemônico reconhece seus limites em relação às possibilidades de intervenção no real, mas não reconhece as alternativas vislumbradas por outras formas de conhecimento. As intervenções na realidade, proporcionadas pela produtividade tecnológica da ciência, não são passíveis de esquecimento. Contudo, elas não devem impedir o reconhecimento de que outras formas de conhecimento intervêm de maneira importante e positiva no mundo. Nesses termos, o autor reclama a co-presença igualitária e a incompletude. As formas como as matrizes de conhecimento intervêm no mundo são diferentes e incompletas.

Decorre dessa leitura a concepção de incompletude dos conhecimentos na ecologia de saberes. A inter-subjetividade torna-se interconhecimento e vice e versa. A ecologia de saberes deve ter alcance interescalar, atuar na articulação entre o local e o global uma vez que “[...] muitas das experiências subalternas de resistência são locais ou foram localizadas e assim tornadas irrelevantes ou inexistentes pelo conhecimento abissal moderno, o único capaz de gerar experiências globais”. (SANTOS, B., 2009, p. 99)

A ecologia de saberes privilegia o que é chamado de pragmatismo epistemológico porque, segundo o autor, as experiências de vida dos oprimidos lhes são inteligíveis através da epistemologia das consequências. Estas vêm primeiro que as causas. É defendido, ainda, que as hierarquias, impossíveis de serem evitadas nas práticas concretas, são dependentes do contexto, do tipo de intervenção, que podem promover ou impedir no mundo real. A ecologia de saberes rejeita uma hierarquia única, universal e abstrata como quer a ciência moderna. Os conhecimentos a serem privilegiados são os que “[...] garantam a maior participação dos grupos sociais envolvidos na concepção, na execução, no controlo e na fruição da intervenção” (SANTOS, B., 2009, p. 103).

A tradução intercultural é um dos atributos da ecologia de saberes pensado para recuperar as experiências cognitivas desperdiçadas. As distinções culturais não se resumem à linguagem; as categorias podem ser diferentes, assim como os universos simbólicos. Até mesmo podem ser distintos os entendimentos sobre o que significa uma vida melhor. O

pensamento abissal insiste na incomensurabilidade para dizer da impossibilidade de diálogos. A despeito das possíveis contradições irreconciliáveis entre as culturas, é certo que preocupações semelhantes e outras aproximações são passíveis de serem apreendidas pelo exercício da tradução.

A ecologia de saberes nasce da compreensão profunda das possibilidades humanas e do poder do desejo de transformação presentes nos saberes não-hegemônicos. A intensificação da vontade, a capacidade de indignação, o inconformismo ou mesmo a rebeldia geram e, ao mesmo tempo, originam-se da prática que Boaventura de Sousa Santos chama *acção-com-clinámen*.⁴ Não se trata de uma ação revolucionária e, tampouco, uma ruptura dramática. Embora implique rompimentos, a *acção-com-clinámem* acontece com desvios sutis cujos “[...] efeitos cumulativos tornam possíveis as combinações complexas e criativas entre átomos, assim como entre seres vivos e grupos sociais” (SANTOS, B., 2009, p. 104). A subjetividade que constitui e é constituída pela ecologia de saberes tende a agir com *clinámem*. O autor destaca a natureza destas subjetividades da seguinte forma:

A própria construção social de uma tal subjetividade implica necessariamente recorrer a formas excêntricas ou marginais de sociabilidade ou subjetividade dentro ou fora da modernidade ocidental, as formas que recusaram a ser definidas de acordo com os critérios abissais. (SANTOS, B., 2009, p. 104)

Por fim, percebe-se nestas subjetividades uma de suas principais características: as perguntas a marcam muito mais que as respostas. Este é um dos efeitos de sua incompletude.

⁴ Boaventura de Sousa Santos (2009, p. 103) esclarece seu entendimento sobre o termo: “Para a minha noção de *acção-com-clinámem*, tomo de Epicuro e Lucrecio o conceito de *clinámem*, entendido como o *quiddam* inexplicável que perturba a relação entre causa e efeito, ou seja, a capacidade de desvio que Epicuro atribuiu aos átomos de Demócrito. O *clinámem* é o faz com que os átomos deixem de parecer inertes e revelem um poder de inclinação, isto é, um poder de movimento espontâneo.”

1.2. Modernidade e racionalidade moderna: um mundo europeu

Considero, aqui, a construção ideológica da ciência moderna a partir da Europa ou da evolução “natural” da Europa como centro e dos demais povos como periferia. A ideia de modernidade também é discutida, uma vez que carrega as bases para hierarquizar os povos e suas leituras de mundo.

As considerações sobre o que constituiria a “modernidade” são inúmeras. Trata-se de conceito impreciso, na medida em que é mobilizado sob distintas leituras e ideologias⁵. Os “estudos pós-coloniais⁶” apresentam interpretações que tratam da modernidade a associando à colonialidade, enquanto componentes de uma mesma estrutura. É defendido que, sob os desígnios da colonialidade, legitimou-se a subalternização de determinados povos e suas culturas em contraposição à Europa enquanto centro e clímax da civilização. Recupero algumas leituras no âmbito dos estudos pós-coloniais que demonstram a conexão entre a colonialidade e modernidade.

Edgardo Lander é um dos autores para quem o início da modernidade dá-se com a conquista ibérica da América. Em 1492, quando Colombo atravessa o Atlântico, inaugura-se “[...] os dois processos que articuladamente conformam a história posterior: a *modernidade* e a *organização colonial do mundo*” (LANDER, 2005, p. 26). Edgardo Lander define a ideia de modernidade como uma noção que captura complexamente quatro dimensões básicas:

⁵ Segundo Löwy (2002), há dois tipos de visões de mundo: um deles é a ideologia que serve à legitimação da ordem social vigente. A utopia representa a segunda visão: esta tem uma função crítica, apontando para uma realidade ainda não existente. Therborn (1991) defende que a ideologia refere-se a uma elaborada doutrina intelectual com o poder de intervir na formação e transformação da subjetividade humana, que se materializará numa sociedade em dado contexto histórico.

⁶ Os “estudos pós-coloniais” representam um conjunto de pensamentos sociais cujas bases compreendem o questionamento da(s) leitura(s) hegemônica(s) de mundo impostas pelo eurocentrismo e pelo neoliberalismo.

1) A visão universal da história associada à idéia de progresso (a partir da qual se constrói a classificação e hierarquização de todos os povos, continentes e experiências históricas); 2) a “naturalização” tanto das relações sociais como da natureza humana” da sociedade liberal-capitalista; 3) a naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias dessa sociedade; e 4) a necessária superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz (“ciência”) em relação a todos os outros conhecimentos. (LANDER, 2005, p. 33)

Henrique Dussel (2005) também vê articulação entre modernidade e colonialidade: a modernidade não deve ser vista como um tema alheio à cultura latino-americana e sim como problema fundamental na definição de sua identidade. O autor identifica dois conceitos de modernidade: um, eurocêntrico, traduz um sentimento de emancipação; por um esforço da razão, uma saída do estado de imaturidade⁷ é encontrada e a humanidade alcança um novo estágio de desenvolvimento. O século XVIII seria a referência temporal deste feito e alguns acontecimentos simbólicos e essenciais marcariam o surgimento da subjetividade moderna: a Reforma, a Ilustração e a Revolução Francesa. Nessa perspectiva, os pontos inauguradores da modernidade ficariam restritos a fenômenos europeus e necessitariam apenas da Europa para explicar o processo. A segunda concepção entende que a modernidade deve ser considerada “num sentido mundial”: o que determina o surgimento do mundo *moderno* é a ocupação pelos Estados, exércitos, economia, filosofia de um lugar central na História Mundial. Até 1492, não havia História Mundial. Os sistemas culturais e impérios “coexistiam” entre si. Mas o ano de 1492 marca o surgimento de “*uma só*” *História Mundial*: a da modernidade.

O autor esclarece os termos e consequências da instauração desta História Mundial: a superação do Atlântico em relação ao Mediterrâneo no que diz respeito às trocas e interesses mercantis constroem a centralidade da Europa⁸, e esta, por sua vez, é o determinante fundamental da modernidade. A subjetividade constituinte, a propriedade privada, a liberdade contratual vão orbitando em torno da centralidade europeia, e

⁷ Henrique Dussel recupera as palavras de Kant para quem *imaturato* representa o rude, não-educado (*unmundig*).

⁸ A centralidade da Europa é página recente da história: a Europa latina do século XV está sitiada pelo mundo muçulmano, periférica e secundária no extremo ocidental do continente euro-afro-asiático (DUSSEL, 2005, p. 59).

representam o efeito e não o ponto de partida da modernidade. A Revolução Industrial é identificada como a segunda etapa da modernidade e concede à Inglaterra a hegemonia e o controle da História Mundial e da Europa Moderna a partir do século XVIII.

Portugal e Espanha, bem como suas “conquistas” e domínio sobre o índio americano no século XVI, são desconsiderados pela maioria dos autores que refletem acerca da modernidade. Para Henrique Dussel, um erro. Desde 1492, a Europa utilizaria suas conquistas como arma para superar as culturas que lhe faziam frente (turco-muçulmana, por exemplo). A superioridade da Europa será, em grande medida, fruto do acúmulo de riquezas provenientes da América Latina. Dessa forma,

A Modernidade, como novo “paradigma” de vida cotidiana, de compreensão da história, da ciência, da religião, surge ao final do século XV e com a conquista do Atlântico. [...] A América Latina entra na Modernidade (muito antes que a América do Norte) como a “outra face”, dominada, explorada, encoberta. (DUSSEL, 2005, p. 64)

A modernidade, tal como descrita por Dussel, carrega contradições: em um dos seus núcleos, pretende-se que represente o escape da humanidade do nível de imaturidade regional, provinciana, não planetária e, no outro, realiza um processo exploratório, irracional e violento. Este último alicerçado numa construção mítica em torno da modernidade eurocêntrica com o fim de justificar a práxis contraditória ao ideal racional que a constituiria. As frentes que compõem esse mito são: 1) a civilização moderna seria a mais desenvolvida; 2) essa superioridade a obrigaria, como exigência moral, a desenvolver os bárbaros, rudes; 3) o caminho para tal desenvolvimento seria o seguido pela Europa; 4) a violência poderia ser utilizada quando o bárbaro, supostamente tomado pela própria ignorância, se opusesse à civilização; 5) a violência produzida seria inevitável, representaria mesmo um ritual-sacrifício necessário ao empreendimento do herói civilizador; 6) por opor-se à civilização, o bárbaro teria culpa. A modernidade seria, então, não apenas inocente, mas emancipadora da culpa alheia; e 7) os sofrimentos e sacrifícios seriam inevitáveis, figurariam como custos a serem pagos pelas outras raças, por serem escravizáveis, pelo outro sexo, por ser frágil, dentre outros motivos (DUSSEL, 2005, p. 64-65).

A superação da modernidade eurocêntrica demandaria a negação do seu mito constitutivo. A “outra face” da “Modernidade”, vitimada em um único movimento, descobrir-se-ia inocente e apontaria a culpa da “Modernidade” violenta e sacrificadora. Nesse processo de negar a inocência da “Modernidade” e afirmar a alteridade, na face oculta e essencial da “Modernidade”, apareceriam: “[...] o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas, etc. (as “vítimas” da “Modernidade”) como vítimas de um ato irracional (como contradição do ideal racional da própria “Modernidade”)” (DUSSEL, 2005, p. 65).

Negar a inocência da “Modernidade” é caminho para transcendê-la de “razão emancipadora” para “razão libertadora”. Percebe-se que, para Dussel, não se trata de abandono da “Modernidade”, mas, antes, de uma transcendência reveladora da dignidade do Outro. Não implica “[...] a negação da razão enquanto tal, e sim da razão eurocêntrica, violenta, desenvolvimentista, hegemônica” (DUSSEL, 2005, p. 66). O autor denomina esse processo de “Trans-Modernidade”. Refere-se a um projeto mundial de libertação que torne possível a realização da alteridade, co-essencial à “Modernidade”. A “Trans-Modernidade” de Dussel pressupõe um movimento no qual a Modernidade e sua alteridade negada, suas vítimas, se co-realizem por “mútua fecundidade criadora”. Significaria a solidarização de “[...] Centro/Periferia, Mulher/Homem, diversas raças, diversas etnias, diversas classes, Humanidade/Terra, Cultura Ocidental/Cultura do mundo periférico ex-colonial, etc.” (DUSSEL, 2005, p. 66).

Henrique Dussel preocupa-se em enfatizar que a proposta da Trans-Modernidade não se baseia em uma negação da Modernidade como crítica de toda razão, uma vez que, dessa forma, cair-se-ia num irracionalismo niilista. Antes, o projeto Trans-Moderno assume o caráter emancipador da Modernidade, mas assume também sua alteridade negada. Trata-se de um projeto de libertação político, econômico, ecológico, erótico, pedagógico, religioso, etc. (DUSSEL, 2005, p. 67).

A ciência tem lugar na conformação da modernidade, como produto e como força ideológica que a constitui. Santiago Castro-Gómez (2005) enfatiza o papel das ciências sociais nesse processo. O autor define o “Projeto da modernidade” como uma tentativa de

submeter a vida inteira ao controle absoluto do homem. O caminho para tal empreendimento passaria pela direção segura do conhecimento. O homem não depende mais de Deus para dirigir os acontecimentos de sua vida individual e social. Ele se utilizará da razão para fazê-lo, entenderá os mistérios da natureza e a dominará a partir de então. “O papel da razão científico-técnica é precisamente acessar os segredos mais ocultos e remotos da natureza com o intuito de obrigá-la a obedecer nossos imperativos de controle” (CASTRO-GÓMEZ, 2005 p. 171). Pode-se afirmar que, nesses termos, concretiza-se o que Max Weber denomina “desencantamento do mundo”.

Castro-Gomez (2005) defende que a interação entre a razão moderna e o mundo (natureza e sociedade) é mobilizada e coordenada por uma instância central: o Estado⁹. A “desmágicação” do mundo seria regulamentada pela ação diretiva do Estado. Tais ações não ocorreriam de forma aleatória e, sim, fundamentadas em “critérios científicos”. Nessa perspectiva, as ciências sociais atuariam como constitutivas das organizações políticas dirigidas pelo Estado, conforme assinala Immanuel Wallerstein (1991, *apud* CASTRO-GÓMEZ, 2005). As ciências sociais embasaram “cientificamente” a representação sobre o modo de funcionamento da sociedade, tornando possíveis e legítimas a execução dos programas governamentais: reestruturação da economia de acordo com o capitalismo internacional, identificação dos valores peculiares e caráter de cada nação (CASTRO-GÓMEZ, 2005). Significou o “ajuste” dos homens ao sistema de produção, utilizando-se como instrumento instituições como a escola, as constituições, o direito, os hospitais, as prisões. Era a normatização do corpo, a tentativa de criar o que o autor chama de “perfis de subjetividade”.

Castro-Gómez desenvolve a ideia da “invenção do outro” a partir da conformação ideológica do *homo economicus* e da tentativa de criar os “perfis de subjetividade”, tarefas encarregadas às ciências sociais. Invenção atua aqui no sentido de exercício do saber/poder que possibilita a construção das representações mentais de um grupo de pessoas sobre outro. Não se trata apenas de “ocultamento” da identidade cultural do “outro”, mas da sua

⁹ O Estado é entendido como a esfera em que todos os interesses encontrados na sociedade podem chegar a uma “síntese”, isto é, como o *lócus* capaz de formular metas coletivas, válidas para todos (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 171).

produção material e simbólica, o que significa não menos que violentar o “outro” no decorrer de tal transformação. Para tanto, as ferramentas utilizadas vão desde as já mencionadas constituições às gramáticas, levando-se em conta, também, um considerável peso da pedagogia. A escola transforma-se em um espaço próprio para a capacitação de pessoas úteis à pátria, aos cidadãos. Dessa forma, a invenção do outro e a invenção da cidadania estavam relacionadas. O imaginário do cidadão criava necessariamente seu contrário. Castro-Gómez (2005) enfatiza ainda que tais imaginários tinham lastro na materialidade através de instituições de caráter disciplinar como a escola ou a lei, o que permite dizer do projeto da modernidade enquanto um exercício de “violência epistêmica”.

Aníbal Quijano (2005) explica, através da ideia/conceito da “colonialidade do poder”, os dispositivos que, num mesmo movimento, subalternizam os colonizados e projetam na Europa as qualidades de *ascética* e *autogerada*. A “colonialidade do poder” pressupõe a vinculação da modernidade à colonialidade, assim como defendem outros autores¹⁰. Nessa perspectiva, a invenção da raça atua como dispositivo primeiro na classificação social e na instauração de um padrão de poder mundial através da geração de identidades. Quijano (2005, p. 229) esclarece que “[...] raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.” Significava naturalizar a classificação e a legitimação do “exercício disciplinar por parte do colonizador” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 178). A colonialidade do poder guarda outras dimensões como, por exemplo, a que trata da divisão do trabalho baseada na classificação racial e cultural. Estas serão recuperadas mais adiante. Importa, neste momento, perceber que a violência epistêmica de que fala Castro-Gómez encontra uma primeira investida na mobilização, ou melhor, na invenção da categoria racial que, associada a outros dispositivos, gera a identidade do “outro”, oposto ao sujeito da razão.

A modernidade, conclui o autor, pode ser compreendida como um projeto cujos dispositivos objetivam uma dupla governamentalidade jurídica:

¹⁰ Edgardo Lander, Henrique Dussel, Walter Mignolo, dentre outros.

De um lado a exercida para dentro dos estados nacionais, em sua tentativa de criar identidades homogêneas por meio de políticas de subjetivação; por outro lado, a governamentabilidade exercida para fora pelas potências hegemônicas do sistema-mundo moderno colonial, em sua tentativa de assegurar o fluxo de matérias-primas da periferia em direção ao centro. Ambos os processos formam parte de uma única dinâmica estrutural. (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 178)

O que acontece quando o “projeto” é ameaçado pela intromissão de outras instâncias na conformação do social, empreitada até então cabida ao Estado? A modernidade chega ao fim e o nome que se dá ao novo momento é globalização. Esta não se configura enquanto um projeto; não necessita de uma instância central de controle. A globalização materializa-se através de sociedades anônimas que desconhecem territórios e fronteiras (CASTRO-GÓMEZ, 2005). São novos os mecanismos de poder e não demandam mais instituições como a escola ou a fábrica para realizar-se. O aparato de sujeição passa agora pela produção de bens simbólicos e por sua influência sobre o consumidor.

Outra questão surge: nesse novo ordenamento do sistema-mundo, tal como descreve Castro-Gómez, qual papel é incumbido às ciências sociais e quais possibilidades são vislumbradas pelas críticas diversas, incluindo as “pós-coloniais”? Uma mudança paradigmática parece ser obrigação. O abandono do metarrelato é parte importante dessa mudança. Surge, nesse cenário, uma aparente anarquia ou uma aparente ausência de governamentabilidade em que os jogadores jogam seus próprios jogos e com suas próprias regras. Esse é o pressuposto da “condição pós-moderna” de Lyotard, duramente criticada por Castro-Gómez. Este não acredita que a morte dos metarrelatos signifique a morte do sistema-mundo. Novos relatos legitimadores são originados no seu interior, sendo possível, inclusive, que o de Lyotard seja um deles. Há, na opinião do autor, uma ausência ou receio de nomear a totalidade. A utilização de termos como classe, sistema-mundo ou periferia soam politicamente incorretas. O desafio, então, das ciências sociais seria “[...] aprender a nomear a totalidade sem cair no essencialismo e no universalismo dos metarrelatos” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 184). Esta é a demanda diante da leitura de um sistema-mundo no qual a modernidade passa a globalização.

A relação entre modernidade e colonialidade, tal como foi demonstrado, se opõe à ideia da não contemporaneidade na qual está implícita um “atraso natural” dos países do sul global. A desconstrução do caráter estanque da modernidade põe, no interior da mesma estrutura, a sobreposição da Europa e a subalternização dos demais povos e suas culturas. Fica em questão, ainda, a responsabilidade do processo exploratório colonial por boa parte das desigualdades.

A partir da vinculação entre a modernidade e a colonialidade, está em causa, em praticamente todos os campos do saber, o que José Jorge de Carvalho (2001) chama de “descolonização das paisagens mentais”. Esta tarefa remete aos efeitos da invasão europeia desde 1492 e trata-se de uma espécie de revisão dos cânones teóricos e temáticos que estariam contaminados pela ocidentalização do mundo. É possível, no entanto, que apenas a descolonização das paisagens mentais não seja suficiente para encampar a necessária emancipação teórico-metodológica que, em última instância, significa emancipação social. Talvez seja mesmo necessário repensar os próprios cânones teóricos e temáticos a partir de uma epistemologia do sul, como indica Boaventura de Sousa Santos (2009).

1.2.1. Territorialidade epistemológica ou “os paradigmas não caem do céu”

O conhecimento moderno pode ser visto como uma espécie de territorialidade¹¹ epistemológica da Europa, explicando o mundo a partir de uma experiência particular. As teorias feministas contribuem para elucidar o lugar hegemônico erigido pela ciência moderna: os seus “truques de deus” — visão de tudo e desde lugar nenhum (HARAWAY, 1995). Naturalizando as suas demarcações, o conhecimento moderno buscou fazer-se o único válido. Donna Haraway (1995, p. 11) resume a questão da ciência para o feminismo: “A ciência é um texto contestável e um campo de poder”.

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2002, p. 220) é autor da tese presente no título deste texto: “[...] os paradigmas não caem do céu. Os paradigmas são instituídos por sujeitos social, histórica e geograficamente situados [...]”. Parece concordar com alguns dos pressupostos das considerações de Donna Haraway acerca da “localização dos saberes”. O sólido argumento sobre a construção social de todas as formas de conhecimento, especialmente o científico, corrobora a tese de que nem o acaso ou muito menos uma espécie de desenvolvimento linear e natural tenham responsabilidade na hegemonia da ciência moderna. A inseparabilidade da colonialidade e da modernidade debatida acima aponta as dimensões da historicidade e da “geograficidade” da instauração da hegemonia científica europeia. “O programa do construcionismo social radical” de Donna Haraway, coloca em questão não apenas o caráter ideológico da ciência desenvolvida nas bases em que a autora qualifica como europeia, branca, masculina, como, também, levanta suspeição sobre sua condição de existir mediante fraudes. A objetividade, por exemplo, fora identificada como

¹¹ Territorialidade aqui é entendida como uma reivindicação ou mesmo uma ação de posse de um território que, no caso, representa o ato de produzir conhecimento. Trata-se de uma analogia ao entendimento de território, tal como explica Maurice Godelier citado por Rogério Haesbaert (2002, p. 47): “Denominamos ‘território’ a porção da natureza e do espaço que sociedade reivindica como o lugar em que os seus membros encontrarão permanentemente as condições e os meios materiais de sua existência”.

“[...] um jogo de significantes num campo de força cósmico” (HARAWAY, 1995, p. 10), retórica de atores sociais relevantes com interesses de poder bem objetivos. E no mundo-arena, feito de textos e códigos, a realidade é socialmente negociada. Um jogo, enfatiza a autora, desenvolvido para e pelos pseudo-cientistas mergulhados nas suas objetividades:

Este mundo-como-código é, apenas para iniciantes, um campo militar de alta tecnologia, uma espécie de campo de batalha acadêmico automatizado, no qual flashes de luz chamados jogadores desintegram-se (que metáfora!) uns aos outros, de modo a permanecer no jogo conhecimento e poder. A tecnociência e a ficção científica desmoronam no sol de sua radiante (ir)realidade – a guerra. (HARAWAY, 1995, p. 2)

Desmascarar as doutrinas de objetividade era uma necessidade, argumenta Donna Haraway, pois, afinal as versões “corporificadas da verdade” assim como o nascente sentimento de subjetividade estavam ameaçados. A objetividade balizadora dos métodos científicos tradicionais atuaria como elemento reducionista das possibilidades dialógicas, uma vez que impõe *uma* linguagem como parâmetro para todas as traduções e conversões (HARAWAY, 1995). Mas a objetividade é apenas parte do aparato colonizador do conhecimento científico moderno. Carlos Walter Porto-Gonçalves (2002) enfatiza que esconder sua origem é outra de suas providências que servem à universalização do conhecimento *européu*. Um “truque de deus” — onipresente sem estar em lugar algum.

Donna Haraway (1995) esmiúça o privilégio da visão parcial, apesar da utilização metafórica deste sentido para significar também a descorporificação de quem fala e tudo vê sem ser visto. Ainda mais com a adição dos apetrechos tecnológicos que acabam por incrementar as possibilidades da visão reforçando, assim, os significados da descorporificação deste sentido. No entanto, a autora vê, de maneira aparentemente paradoxal, a possibilidade de capturar o sentido particular e corporificado de toda visão ao admitir-se sua parcialidade. Uma objetividade outra poderia ser encontrada a partir dos corpos próprios, ao ter clareza e ao nomear o lugar de onde se fala e de onde não se fala. A visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades não passa de engodo (HARAWAY, 1995). Daí o entendimento de que a questão possa ser muito mais ética e política que epistemológica. A admissão da particularidade e corporificação de toda visão

pode contribuir para a construção de uma doutrina de objetividade que seja utilizável, que se reconheça apartada da inocência. É a partir dessa condição que as “teorias de perspectiva”¹² sugerem que os subjugados apresentem uma visão privilegiada da realidade.¹³

Constitui-se uma boa estratégia o que Carlos Walter Porto-Gonçalves (2008) chama de “desprovincianização do conhecimento”: colocar em questão a unidirecionalidade da universalização do conhecimento. O autor enfatiza que universalidade do conhecimento não constitui por si só um problema, mas sim a exclusividade de apenas *um* conhecimento ter se tornado universal, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII (PORTO-GONÇALVES, 2008). Negar o conhecimento europeu seria repeti-lo, ainda que a cautela seja necessária em função das especificidades históricas daquele lugar de enunciação. Porto-Gonçalves (2008, p. 38) defende, então, “[...] o deslocamento do lugar de enunciação [...]” para “[...] proporcionar que outros mundos de vida ganhem o mundo, mundializando o mundo.” José Jorge de Carvalho (2001) completa que não se trata apenas de re-locação do olhar, mas de tentar mudar a origem do olhar. Esse exercício recupera, em certa medida, o que já fora defendido por Edward Soja (1993) no seu *Geografias Pós-Modernas*: o arraste do espaço para dentro da história. A linearidade da concepção eurocêntrica do tempo desconsidera outras temporalidades que grafam o mundo simultaneamente. Porto-Gonçalves (2008, p. 38) enfatiza que é necessário “[...] levar a sério essa geograficidade da história, inclusive, no campo das idéias, do conhecimento”.

A “teoria de perspectivas” é, dessa forma, solidarizada pela visão de que o deslocamento do lugar de enunciação constitui-se ferramenta de acesso às “múltiplas temporalidades”. Porto-Gonçalves (2008) descreve a instigante provocação de Walter Mignolo na qual ele diz que o entendimento da diferença colonial exige que se fale desde a experiência colonial. Nesse caso, o *caminhar com* ou o *conhecimento com* nunca fez tanto

¹² “[...] teorias desenvolvidas pelo feminismo a partir da afirmação de que o lugar de onde se vê (e se fala) — a perspectiva — determina nossa visão (e nossa fala) do mundo” (HARAWAY, 1995, p. 14).

¹³ Este entendimento é justificado pela afirmação de que os subjugados não são “inocentes”. Daí decorrem duas condições: uma diz respeito à necessidade de desconstrução, de interpretação, enfim de re-avaliação crítica; e a outra, por isso mesmo, são os que têm “[...] menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento” (HARAWAY, 1995, p. 23). Eles reconhecem o truque de Deus através da sua brilhante e engeçuedora iluminação, completa a autora.

sentido. É fato que não se pode desconsiderar que os saberes dos confins do mundo estão hoje atravessados pelas manobras da dominação, e que, portanto, são passíveis de avaliação críticas. As perspectivas dos subjugados não são posições inocentes, como nos alerta Donna Haraway (1995). No entanto, há saberes do cotidiano, das lutas que “[...] de um ponto de vista subalterno, é cotidiana e independente de conflitos abertos da *polis*” (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 48). Significa que, de alguma forma, tais saberes contornam a ordem e continuam “R-Existindo”.

Donna Haraway encontra no “projeto de ciência sucessora” de Sandra Harding (1986) uma possibilidade contestadora que é balizada, como teorizado também por Boaventura de Sousa Santos (2009), na “[...] diferença irreduzível e na multiplicidade radical dos conhecimentos locais” (HARAWAY, 1995, p. 16). Nessa perspectiva, a teorização nos termos dos Sistemas Globais é preterida para dar lugar às reflexões acerca da necessidade de conexões e de tradução entre os conhecimentos parciais da terra. A objetividade da “ciência sucessora”, que diz respeito à racionalidade posicionada, é corporificada e localizável, o que implica responsabilidade e capacidade de ser chamada a prestar contas. É a “[...] ciência e a política da interpretação, da tradução, do gaguejar e do parcialmente compreendido”, completa Donna Haraway (1995, p. 31).

Os estudos feministas e os pós-coloniais vêm, como se pode notar, contribuindo com a inquietação das agendas teóricas de parte do saber acadêmico. A “devolução do olhar” desde um lugar outro de enunciação levanta o desafio de relegitimação de múltiplos saberes (CARVALHO, 2001). Desde Paulo Freire e outros, as perspectivas pós-coloniais, ainda que não fossem assim reconhecidas, já se despontavam como estratégias teóricas adequadas à tarefa de desmascarar os “truques de deus” escondidos no universalismo da ciência moderna.

1.3. Democracia como agenda do pensamento contra-hegemônico

Não seria exatamente uma necessidade dizer sobre as dificuldades e riscos de andar sobre o terreno de palavras/conceitos como democracia. As incontáveis considerações desenroladas sobre o tema nos impõem, mais que em outros casos, a necessidade de enfatizar as limitações do nosso fôlego para lidar com as infinidades de ideias ou mesmo de ideologias¹⁴ que cercam este conceito. Portanto, concentro-me na tarefa de apresentar uma das considerações que dialogam com as proposições mais gerais deste trabalho, qual seja: as implicações da emergência das leituras chamadas alternativas ou contra-hegemônicas para a construção de uma nova configuração de democracia. Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2002) recuperam o que denominam como disputa em torno da questão democrática. Estes autores serão importantes para as nossas reflexões acerca da elucidação do significado e dos anseios da democracia pensada na contramão da hegemonia moderno-ocidental.

Ao longo da primeira metade do século passado, discutia-se a urgência e o desejo da democracia como instrumento que auxiliaria o enfrentamento das injustiças de diversas ordens. Contudo, ao final das guerras mundiais, mesmo considerando as diferenças sóciohistóricas dos países que se incluíam entre os classificados como democráticos, não havia experiências muito diferentes das que resumiam a democracia ao processo de escolha dos governos.

¹⁴ Marilena Chauí (1998, p. 429-430) exemplifica a utilização ideológica da democracia. A autora lembra os tempos da guerra fria em que grandes potências capitalistas “democráticas” apoiaram ora os regimes ditatoriais, ora o combate a estes mesmos regimes e, nestes movimentos, a democracia é “pintada” de demônio a santa. Num primeiro momento, a democracia liberal é responsabilizada pelo caos socioeconômico já que deixaria a sociedade entregue à cobiça dos poderosos; então, governos totalitários são mobilizados para supostamente ordenar o sistema. No entanto, o objetivo era mesmo o de conter as possíveis e temidas revoluções socialistas. Em outro momento, a luta contra o totalitarismo ansiava pela liberdade e pela, vejam só, democracia.

A compatibilidade ou não entre a democracia e o capitalismo também motivou debates sobre as supostas condições estruturais requeridas para que a democracia pudesse “florescer”. A expectativa era a de que a tensão entre democracia e capitalismo fosse resolvida em favor da democracia, resultando em ganhos distributivos para os setores sociais desfavorecidos. No entanto, para os marxistas, esta saída era incompatível com as condições inerentes ao modo de produção capitalista e demandaria a desconstrução da concepção da social democracia. Portanto, era necessário se distanciarem da democracia “aliada” do capital. Assim, a democracia participativa e a democracia popular apresentam-se como alternativas viáveis de enfrentamento à desigualdade.

A segunda metade do século XX é marcada pelo processo de redemocratização¹⁵ de um grande número de países, derrubando a tese da necessidade de condições estruturais específicas. Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2002) enfatizam a instigante fala de Amartya Sen sobre os supostos requisitos para a instauração da democracia: “[...] a questão não é a de saber se um dado país está preparado para a democracia, mas antes de partir da idéia que qualquer país se prepara através da democracia” (SEN, 1999, p. 4 *apud* SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 41). Se todos, *a priori*, estariam aptos a se democratizar, a discussão passa à forma da democracia. Nesse ponto, é possível identificar as demarcações eurocêntricas do pensamento moderno, já abordadas anteriormente, na medida em que é defendido, por Joseph Schumpeter, que a democracia fosse pensada a partir das barreiras encontradas na construção da democracia na Europa. Santos e Avritzer (2002) identificam aí a fundação da concepção hegemônica de democracia.

O pensamento sobre a teoria democrática na segunda metade do século XX gira em torno das concepções da liberal-democracia e, ainda, das que eram influenciadas pelas ideias marxianas. Ambas concorrendo para configurar o que agora Santos e Avritzer (2002) chamam de concepção hegemônica de democracia. Ao analisarem o desenrolar das construções acerca da liberal-democracia, os autores identificam a obscuridade no que se refere ao fortalecimento de “formas ampliadas de democracia”. O que se constrói, pelo contrário, é a distinção entre a democracia “ideal” e a “prática” para justificar a baixa

¹⁵ Entenda-se por redemocratização o processo de superação de fases consideradas ditatoriais.

intensidade da democracia dos governos modernos quando comparados aos ideais revolucionários (SANTOS; AVRITZER, 2002). Este descompasso seria apenas uma fatalidade. Kelsen, Schumpeter e Bobbio são citados para exemplificar a redução das concepções dos procedimentos democráticos aos processos eleitorais, sem debater se eleições esgotariam os procedimentos de autorização dos cidadãos ou mesmo se a representação dá conta de expressar a pluralidade social.

A burocracia, um dos marcadores da dita sociedade moderna, é elemento importante na definição da concepção de democracia de alguns autores. A democracia é a forma de efetivação da soberania popular. Essa concepção clássica dita por Rosseau é criticada por Weber que vê a complexificação da sociedade como fator que levaria a uma separação entre a população e os meios de administração. Nesse sentido, a sociedade seria “gerida” por funcionários especialistas e, por consequência, aumentaria também o controle sobre a vida dos indivíduos. Nesse cenário, o que seria a democracia? Para Weber, a democracia significaria a igualdade formal dos direitos políticos o que, evidentemente, implicaria na redução do escopo da soberania popular (AVRITZER, 1996). Condição agravada com o “crescimento” do Estado a partir do *welfare state*. Weber traz a questão da burocracia para a nuvem de considerações tecidas sobre a democracia.

Alguns problemas são levantados sobre a suposta inevitabilidade da burocracia. Um deles refere-se ao “desaparecimento” do cidadão engolido pelos trâmites burocráticos. Outro problema diz respeito à incapacidade da burocracia de lidar com a criatividade, ou seja, a condição de entorpecimento da habilidade adaptativa dentro da gestão pública. Contudo, a mais prejudicial condição imposta pela burocracia é a ineficiência do tratamento das questões no nível micro. As soluções são homogêneas quando as exigências são plurais. Daí a insistência nos procedimentos participativos presente na concepção contra-hegemônica de democracia, ainda que, também, a burocratização da participação seja entrave relevante.

O que dizer da representação, pilar importante da concepção hegemônica de democracia? A questão da autorização está embutida na prática da representatividade e é mesmo o que possibilita a democracia em grande escala. Entretanto, novamente, é

salientada a problemática acerca das múltiplas identidades, que não serão representadas ou o serão precariamente, quando não são resolvidas. Reside aí, conforme apontam Santos e Avritzer (2002), um dos mais importantes limites da concepção hegemônica de democracia: dificuldade de representar os interesses das minorias identitárias. Concepções alternativas de democracia distinguem-se das hegemônicas, entre outros fatores, pela ampliação de sua abrangência no contexto social ao entendê-la como “forma de aperfeiçoamento da convivência humana” (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 50) em vez de tê-la como pouco mais que uma regulamentação de escolha de governos. Apesar de receberem tratamentos distintos, algumas indagações são comuns a ambas as concepções de democracias: como a democracia poderá reconhecer a pluralidade humana? Como representar as distintas identidades? Aqui, é possível acrescentar a dúvida sobre a capacidade de a própria representação esgotar as possibilidades de atuação democrática.

A concepção contra-hegemônica de democracia constrói suas bases constitutivas em dois pilares: a ênfase numa gramática social e a instauração de nova institucionalidade da democracia. Significa entendê-la não apenas como autorização de governos, mas a partir de sua condição histórico-social de existência: não se trata de uma determinação “natural”. Antes, demanda ruptura com tradições estabelecidas, mobilização de novas realidades sociais, novas leis. “É essa a indeterminação produzida pela gramática democrática”, conforme defendem Santos e Avritzer (2002, p. 51). Nesse sentido, a problemática dos procedimentos é novamente trazida à luz para debater a participação e o papel das minorias nessa nova gramática democrática. É defendido que, para além de um método de autorização de governos, o procedimentalismo democrático tem de ser “[...] uma forma de exercício coletivo do poder político cuja base seja um processo livre de apresentação de razões entre iguais” (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 53).

Os movimentos sociais assumem, na configuração de uma nova gramática democrática, lugar de destaque, uma vez que, assentados em procedimentos participativos, têm a oportunidade de ampliar a inserção de atores desfavorecidos, sob a ótica do poder, e, principalmente, na política. Neste processo, desnuda as precariedades da representação, na medida em que, diante de diversidade étnica e/ou cultural, grupos majoritários têm seus

interesses mais facilmente defendidos no sistema político. É possível que, conforme apontam Santos e Avritzer (2002), uma articulação entre a democracia participativa e a democracia representativa seja alternativa interessante na defesa de identidades subalternas.

Santos e Avritzer (2002) detectam convergências nas reivindicações ou mesmo na realidade de sociedades que passaram por processos de redemocratização recente — pós Segunda Guerra: a importância creditada à democracia participativa enquanto alternativa de instituição de uma nova gramática democrática. Os aparatos participativos têm sido importantes para os atores destas sociedades, inclusive para questionarem as identidades que lhes foram atribuídas por um Estado colonial, discriminador e autoritário. Ao reivindicarem direito à moradia, direito a ter direitos, o reconhecimento à diferença ou mesmo a participação nos planejamentos orçamentários, propõe uma nova gramática democrática.

A participação como ferramenta de instauração de uma nova gramática democrática encontra resistências e precisa disputar sua existência e sua continuidade. A democracia liberal há muito controla a tensão existente em relação ao capitalismo à custa da degradação das próprias práticas democráticas. A prioridade da acumulação sobre o enfrentamento das desigualdades e o argumento de que o aumento na participação acarretaria uma “sobrecarga” no regime democrático demonstram que há enfrentamentos e tentativas de descaracterização da democracia. No entanto, há os casos em que o próprio estado, sinalizando a nova relação com a sociedade — relatada por Santos (1998, p. 48) — se transforma em um novíssimo movimento social, “lugar de experimentação distributiva e cultural” e abre-se à possibilidade de que os cidadãos possam participar. O artigo 29 da Constituição de 1988 pode ser exemplo apropriado, uma vez que versa sobre a participação no planejamento da cidade e sobre a possibilidade de projetos de lei de iniciativa popular para tratar dos interesses da cidade ou do bairro, dentre outros.

A democracia possui a inestimável característica de ser verdadeiramente histórica. É o que afirma Marilena Chauí (1998). Isto significa que está aberta aos movimentos do mundo, ao novo. Por isso é possível a criação de novos direitos a partir da existência dos contra-poderes sociais, e, talvez, com isso, possa se aproximar da ideia de contra-hegemonia. Esta

abertura à transição ou a não determinação da configuração social possibilita, não sem disputas de toda ordem, a sua alteração em função das experiências, das práxis ou das lutas sociais.

Os direitos no âmbito de uma nova gramática democrática demandam movimentos no sentido de concretização destes direitos. É sabido que a sua mera criação não os torna reais. Marilena Chauí esclarece que:

“[...] a mera declaração do direito à igualdade não faz existir os iguais, mas abre o campo para a criação da igualdade, através das exigências e demandas dos sujeitos sociais. Em outras palavras, declarado o direito à igualdade, a sociedade pode instituir formas de reivindicação para criá-lo como direito real” (CHAUÍ, 1998, p. 432).

Essa ideia pode ser estendida à participação. É necessário instituir formas para sua instauração na realidade da cidade por exemplo. Nesse direito, está inscrito a afirmação de que todos os cidadãos têm competência “[...] para opinar e decidir, pois a política não é uma questão de técnica (eficácia administrativa e militar) nem científica (conhecimentos especializados sobre administração) [...] mas ação coletiva, isto é, decisão coletiva quanto aos interesses e direitos da própria *polis*” (CHAUÍ, 1998, p. 432).

Defendo, neste trabalho, a ideia de que o direito à cidade deve ser ampliado e inclua o direito de conceituar a cidade. Beatriz Searlo (2009) esclarece que não importa o nível de perfeição com que a cidade é representada, importa as revelações dos desvios entre a cidade real e a [dita] ou a escrita. O papel da democracia reconfigurada numa nova gramática é uma necessidade: uma indispensabilidade porque a participação traz à *praça* — à roda de conversa — os mais diversos sujeitos. Por sua vez, a diversidade age como catalisador da probabilidade de que a cidade dita clareie, mesmo a partir dos desvios, a necessária cidade real da nova gramática democrática.

Se a democracia é verdadeiramente histórica e abre-se ao movimento do mundo, como nos ensina Chauí (1998), nesse momento em que emerge “uma outra globalização”, reagindo à globalização neoliberal, é esperado que concepções democráticas alternativas acompanhem os movimentos dessa globalização. Santos e Avritzer (2002) chegam a dizer de

uma diversidade, significando a coexistência pacífica ou conflitual de diferentes modelos ou práticas democráticas. Nessa perspectiva, é apropriado que a cidade, enquanto lugar privilegiado do encontro, do diverso, seja palco de experiências democráticas, como a que tentamos, nesta pesquisa, demonstrar ser possível: sua construção teórica a partir dos “de baixo”.

1.4. A diversidade epistemológica do mundo

Tenho exposto que compartilho da visão de que o mundo pode ser lido a partir de experiências tão distintas quanto a diversidade de povos. Nenhum desses conhecimentos é completo em si mesmo, mas guardam singularidades que, estando em diálogo, descobrem propósitos comuns que poderiam ser eficazes na condução da humanidade a um patamar de dignidade superior ao que experimentamos agora. A ciência é um desses conhecimentos. Porém, por razões já discutidas e possivelmente outras que ainda não alcançamos, a ciência moderna se sobrepôs aos demais saberes e os fez desaparecer do ponto de vista de suas relevâncias. Há, no entanto, um movimento que se manifesta há algum tempo do interior da própria ciência, reconhecendo que outras matrizes deveriam participar da construção do arcabouço de saberes legítimos da humanidade e atuar como sujeitos na sua história. Boaventura de Sousa Santos (2009) diz sobre a necessidade de um pensamento alternativo de alternativas. Significa inventar proposições para empreender rupturas profundas na forma como todos os homens e mulheres lidam com a representação e reprodução de suas vidas no mundo.

Para tal, é preciso reconhecer a insuficiência da ciência moderna para dar conta de toda realidade e reconhecer a legitimidade e riqueza de outros saberes. Essas seriam apenas ações iniciais do processo amplo e demorado de (re)conhecimento do mundo. Reconhecer significa conhecer novamente, porém a partir de um outro lugar, facilitador de um olhar diferente. Significa que o que conhecíamos mudou porque nós mudamos e, portanto, reconhecer é também se conhecer novamente. Reconhecer a insuficiência da ciência moderna para explicar o mundo não é, de forma alguma, abandoná-la, mas, sim, ter suas inquietações ou conclusões como parte e não como todo e definitivo saber a ser manipulado ou construído pela humanidade. Por sua vez, reconhecer a legitimidade e a riqueza de outros conhecimentos representa o descortinar da ilusória “Europa civilizada e civilizadora” em

sacrifício para encaminhar, à luz, o bárbaro e o desalmado. Nesse movimento, a Europa, análoga ao opressor de Paulo Freire, tem a chance de se libertar da ilusão não menos aprisionadora da verdade única, que, embora possibilite e justifique a construção de sua supremacia, omite a vida de possibilidades presente em outras verdades.

Outros saberes podem englobar os chamados conhecimentos do senso comum, conhecimento local, plebeu, empírico, tradicional, nativo, e estas noções podem ser bem mais sutis: o “mateiro”, identificador de raízes e plantas e sabedor de suas utilidades e localizações, ou os saberes do cidadão comum sobre os fatos que o cercam. Como nos indica Boaventura de Sousa Santos (2002), ao falar sobre a sustentabilidade de um movimento democrático transnacional a partir da conexão dos saberes subalternos, a resistência à opressão é uma tarefa cotidiana, protagonizada por gente anônima. Que resistência seria possível sem uma leitura crítica da realidade? Sem reflexão sobre ela? Os homens comuns, os de baixo, os oprimidos, o homem ordinário: todas estas denominações dizem deste sujeito que age nas sombras da atenção midiática, e luta para sobreviver todos os dias se valendo de saberes e estratégias complexas de negociação com uma realidade que o empurra constantemente para a margem social da dignidade e do direito.

Diante da crise das respostas da ciência, às ansiedades da humanidade, como nos indica Cristovam Buarque (1994) e outros, entre os “excluídos históricos do direito de produzir conhecimento” pode estar o pensamento alternativo de alternativas. Não constitui tarefa simples, no entanto, o reconhecimento das alternativas. Saberíamos, uma vez diante do novo, reconhecê-lo? Este é o questionamento de Italo Calvino (2010):

Se um Novo Mundo fosse descoberto agora, saberíamos vê-lo? Saberíamos descartar de nossa mente todas as imagens que nos habituamos a associar à expectativa de um mundo diverso (o da ficção científica, por exemplo) para colher a verdadeira diversidade que se apresentaria aos nossos olhos? [...] Tal como os primeiros exploradores da América não sabiam em que ponto se manifestaria uma negação de suas expectativas ou uma confirmação de semelhanças notórias, do mesmo modo também poderíamos passar ao lado de fenômenos nunca vistos sem nos dar conta disso, porque nossos olhos e nossas mentes estão habituados a escolher e a catalogar apenas aquilo que entra nas classificações assentadas. Talvez um Novo Mundo se abra aos nossos olhos todos os dias e não o vejamos. (CALVINO, 2010, p. 17-18)

Esse alerta é não apenas prudente como também nos suscita outras inquietações: como reconhecer as fronteiras e seus emaranhados ideológicos entre o conhecimento científico e as alternativas de um Novo Mundo de olhares inauguradores de novas gramáticas sociais? Como nos equilibrarmos no terreno movediço das fronteiras?

CAPÍTULO 2

A CIÊNCIA, OS SABERES E A CIDADE

2.1. A ciência e os saberes: fronteiras

A reflexão que se segue abordará a tensão entre a ciência e os “outros saberes”. Esta tensão exige um melhor entendimento das zonas de contato e as possibilidades e/ou dificuldades de diálogo. Faz-se necessário ressaltar algumas qualificações clareadoras dos propósitos e sentidos de algumas das expressões que utilizaremos. O que vem a ser diálogo entre ciência e os outros saberes? O que os distingue? O que são as fronteiras? Ao imaginarmos a possibilidade do diálogo entre a ciência e os outros saberes, quais transformações em ambos e nos sujeitos de suas práticas estão em jogo?

Começemos por clarear a compreensão da própria ideia de diálogo. Algumas palavras de sentidos aproximados serão acionadas com o intuito de progressivamente solidificarmos a noção que nos auxiliará no entendimento do “contato” ou da distância dialógica entre ciência e outros saberes: transdisciplinaridade, troca, hibridismo, ligações, interações, mediações e interlocução comportam noções que, de certa forma, tocam a ideia de diálogo. Algumas destas palavras, inclusive, já apresentam sinais de desgastes, ou ao menos se mostram carregadas de significados distintos, algumas vezes contraditórios.

Deixemos momentaneamente de lado a natureza do diálogo, uma vez que este pode ser inquiridor, respeitoso, hierarquizado, violento, opressor ou mesmo combinar várias destas características. Pensemos no que é necessário para que haja diálogo: vozes, ouvidos, ideias? Um diálogo não existirá apenas com uma voz, ainda que haja dois ou mais envolvidos, porque dialogar é necessariamente interagir. Envolve interrupções, nuances no tom da voz e até silêncios esporádicos para oportunizar reflexões e o retorno com ou sem respostas. Os diálogos avançam. As respostas e as réplicas, que podem conter novas indagações, têm o objetivo de superar o estágio em que se encontra a conversação. Não significa, contudo, que o diálogo não retroceda a questões pouco ou mal esclarecidas de outrora para que, através de um recomeço, possa avançar. Ou, ainda, o aparente retrocesso pode fazer-se necessário em razão mesmo dos avanços e de novos horizontes alcançados. O diálogo é, então, caótico

e não linear. Explicita as fraturas e as transformações contínuas dos conversadores. Vozes que penetram os ouvidos não representam necessariamente um diálogo. Dialogar prescinde de interação. É preciso que haja influência recíproca dos conversadores e que uma voz seja estímulo para a manifestação de outrem.

A natureza do diálogo que aqui referenciamos é, portanto, sobretudo crítica. Significa que, entre a ciência e os “outros saberes” deve haver interação dialógica baseada na força cognitiva de cada uma de suas proposições e não nas modernas estruturas de poder estabelecidas que fazem desaparecer um dos interlocutores e, portanto, destroem o diálogo. Influência recíproca ou a existência da voz que estimula a outra caracteriza a natureza do contato desejado entre a ciência e os “outros saberes”.

A qualificação, ainda que breve, acerca destes “outros saberes” é também necessária. Convém enfatizar ainda, que “os outros saberes” são muitos e variados. O fato de ser *outro* decorre de pelo menos duas condições: a de ser excluído da esfera da ciência, ou seja, do saber hegemônico; a de ser expressão da desqualificação que lhe é imposta pela mesma ciência. Ao constituir-se como conhecimento universal através do advento da colonialidade, a ciência instaura uma única história do mundo relegando à “inexistência” todas as outras leituras. Ao fazê-lo, subalterniza também os sujeitos destas outras leituras. O conhecimento que não se enquadra nas demarcações científicas seriam crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos subjetivos ou intuitivos que poderiam, na melhor das hipóteses, tornarem-se objetos para inquirição científica (SANTOS, B., 2009). “Outros”, neste sentido, remetem a uma espécie de externalidade, de extraoficialidade.

Nas últimas décadas, um pouco por todo lado, como destaca Boaventura de Sousa Santos, a perda da confiança epistemológica na ciência desencadeou uma embrionária emergência de sujeitos outros e suas experimentações de mundo. Esse fato deveria (ou deverá) obrigar a ciência a reordenar radicalmente suas bases para comungar destas outras experiências e, assim, se tornar parte de uma nova e necessária configuração democrática. Calos Walter Porto-Gonçalves (2002) reforça o entendimento da indispensabilidade do diálogo entre a ciência e os “outros saberes”:

[...] além dos limites entre as ciências, cada uma com seus territórios rígidos de conhecimento, devemos estar atentos para outros conhecimentos até aqui considerados numa hierarquia inferiorizante (como o caso das ciências humanas diante das ciências naturais; da filosofia e da arte diante da ciência) e, indo um pouco além, devemos atentar, também, para *outros* conhecimentos produzidos por *outros* protagonistas com *outras* matrizes de racionalidade (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 246).

Para que haja diálogo entre a ciência e os “outros saberes” é necessária a abertura. Não obstante, a abertura é já manifestação do diálogo. Significa tanto a inauguração, o começo, como a brecha por onde se estabelece o contato.

O diálogo “[...] se dá entre sujeitos e não entre campos abstratos (como os diversos campos do conhecimento [científico]), ainda que a existência dos referidos campos seja mesmo um desdobramento da existência ativa dos sujeitos do conhecimento” (HISSA, notas de aula). Por isso, as zonas de contato demandam sujeitos predispostos ao diálogo, como nos indica Cássio E. Viana Hissa:

“[...] sujeitos moventes, em trânsito, abertos, críticos e que procuram criativamente o novo. Certo é, também, que tais sujeitos, expressões raras da liberdade, carregam consigo a necessidade da permanente transformação do seu próprio eu. A transformação é a rotina, nessas raras circunstâncias. [...] Por natureza, também, o diálogo é subvertedor — aqui, também, expressão da abertura e da liberdade” (HISSA, 2011, Notas de aula).

Os sujeitos moventes, transgressores, povoam as fronteiras que são móveis, elas próprias. As fronteiras representam apenas parcialmente os limites. São largas, fluidas e desejam contatos. O limite é estanque, interrompe abruptamente uma superfície sem importar-se com as mutilações provocadas. Indica o exercício de um poder inarredável sobre um determinado território. Assim, a ciência moderna ordena as disciplinas, limitando-as e guardando os seus limites, como se fossem territórios. No entanto, a necessidade deste ostensivo policiamento expressa a artificialidade dos limites e indica que cada recorte de mundo presente na disciplina deseja transbordar-se para além da demarcação mutiladora imposta e estabelecer diálogos entre si e com o mundo. Por isso, é estrategicamente importante imaginar as extremidades das disciplinas como fronteiras que arrastam consigo

os limites, para expressar a tensão constante daquele espaço. O resultado são as tentativas tímidas — e constrangidas pelo enquadramento científico — de transgressões e recuos que marcam as relações dos limites disciplinares. Estes movimentos representam os questionamentos em relação ao controle territorial das disciplinas, exercidos, por exemplo, pelos métodos rígidos da ciência moderna. Como se negociasse, ou mesmo em razão de inquietações de alguns dos seus sujeitos, ainda que de maneira pouco enérgica, a ciência moderna faz surgir tentativas reconciliadoras, porém estéreis, como não poderia deixar de ser, sem a radicalidade necessária. Esta parece ser a leitura que Cássio Eduardo V. Hissa (2008) faz da *Transdisciplinaridade moderna*:

[...] assim adjetivada, [a *transdisciplinaridade moderna*] se transporta para o ambiente das escolas e das universidades, assim como para as instituições de planejamento, apresentada efusivamente como a solução encontrada para o enfrentamento da crise de formação, insuficiente para a abordagem das complexas questões, originárias das modernidades contemporâneas [...] (HISSA, 2008, p. 21).

O autor duvida da eficiência da transdisciplinaridade, adjetivada de moderna, para viabilizar o que é denominado de *diálogos de intimidade* entre as disciplinas, de forma a possibilitar a expansão horizontal do conhecimento. O paradigma disciplinar coloca dificuldades irreconciliáveis à transdisciplinaridade, quando esta é imaginada como diálogo também com os saberes exteriores à ciência. A *transdisciplinaridade moderna* pretende um movimento transversal de conhecimento através dos elementos disciplinares divididos pela ciência, mas, porém, não sinaliza o desejo de interlocução com os “outros saberes”, com os saberes exteriores à ciência. Idealizaria apenas diálogos internos. A própria ciência moderna seria seu limite (HISSA, 2008).

A transdisciplinaridade possibilitadora de diálogos entre a ciência e saberes exteriores a ela não prescinde, portanto, de uma nova tessitura epistemológica. Inspirando-se em Milton Santos (2000), Cássio E. Viana Hissa (2008) defende que o diálogo entre as disciplinas

da ciência e entre estas e os “outros saberes” aconteça a partir de processos de mediação com o mundo¹⁶.

As disciplinas científicas originam-se de recortes de mundo. Contudo, paradoxalmente, a ciência moderna as esvazia de mundo quando se faz *a palavra sobre todas as demais*. Quando se recusa a dialogar com os *sujeitos do mundo* quando estes não representam os sujeitos do conhecimento científico. É preciso fazer com que o mundo seja a “inspiração mãe” (SANTOS, M., 2000) das disciplinas. Diante dos limites entre as disciplinas concebidos no *ethos* da ciência moderna, o encontro dialógico não poderia acontecer sem a mediação dos lugares e de suas vozes, expressão do mundo.

Nesse movimento, está implícita a (re) significação dos “outros saberes” e dos sujeitos desses saberes. A *ecologia de saberes* e o *trabalho de tradução*, teorizados por Boaventura de Sousa Santos (2009), e já recuperado anteriormente, inserem-se no corpo da nova tessitura epistemológica como esteio teórico do povoamento das fronteiras transdisciplinares com sujeitos e saberes múltiplos como a diversidade de mundos no mundo.

O lugar da universidade, lugar político e sociológico da ciência moderna, é incômodo. É certo que avanços na democratização do acesso podem ser verificados. Esse fato guarda certa importância porque motiva e permite que grupos minoritários (étnicos e outros) se façam presentes e atuem contra a exclusão de culturas ou origens específicas. Mas a pesquisa na universidade, de forma geral, não tem priorizado sua contextualização com as necessidades cotidianas das sociedades. Os pesquisadores definem ou não — pressionados pela lógica mercantil que não é de forma alguma de menor importância — quais problemas científicos são relevantes, quais metodologias a empregar e que ritmos de pesquisa adotar. Na maioria das vezes, apenas os pares acadêmicos ou parceiros econômicos definem que rumos a pesquisa irá trilhar. Esse processo não poderia tomar outro caminho senão aquele

¹⁶ “O mundo não é o da esfericidade planetária e existem diversas *escalas de mundo*: sociológicas, antropológicas, econômicas. O mundo adquire visibilidade e concretude teórica a partir da consideração de que o *inteiro mundo* é uma abstração, tal como o é a *cidade inteira*, sem recortes ou o *lugar inteiro* sem *retalhos socioespaciais*: homogêneos, sem tribos, guetos, identidades plurais, conflitos de variadas espécies, exclusões e privilégios. Seriam assim o mundo, os lugares, as cidades uma *planície sociológica*, pasteurizada, indiferenciada, à espera de um movimento inaugural” (HISSA, 2008, p. 24).

que se traduz num tipo de irresponsabilidade acerca dos resultados e da aplicação do conhecimento produzido, além de reforçar a distinção entre o conhecimento científico e “outros saberes” (SANTOS, B., 2005).

Uma observação de Félix Guattari (1992) é instigante e nos auxilia na compreensão da radicalidade com que se imagina a ruptura com a exclusividade da ciência moderna na produção do conhecimento:

A Declaração dos Direitos do Homem deveria conter um artigo sobre o direito de todos à pesquisa. Todos os grupos sociais, todas as profissões, todas as minorias necessitam de pesquisa que os levem em conta. Parece indispensável a criação de pólo cognitivo de singularização, de particularização da pesquisa em equilíbrio com o pólo de racionalidade da ciência (GUATTARI, 1992, p. 19).

É necessário enfatizar que não se trata de desejar a ruína da ciência moderna. Mas de imaginá-la tão somente como *uma das* matrizes de saber empenhada no entendimento do mundo. Félix Guattari continua destacando que, cada vez mais, é necessário repensar a vida humana em termos de ecologia generalizada — ambiental, social e mental o que inclui a instauração de um novo *status* de pesquisa.

2.2. A cidade da geografia

A cidade é tema para o qual a geografia brasileira volta-se apenas em meados da década de 1930. Autores alemães e franceses já pensavam sobre a cidade há mais tempo. Estes últimos, influenciados por Vidal de La Blache, a tinham enquanto obra símbolo da supremacia humana sobre a natureza. Antes, no final do século XIX, Ratzel dedica algumas palavras à reflexão sobre a cidade, destacando seu papel na evolução da humanidade. A cidade é pensada por este autor a partir da ênfase conferida à sua localização em relação a outros elementos, como, por exemplo, as vias de comunicação. A situação da cidade em relação a estas vias era fundamental para o estudo da mesma. O conceito de posição/situação insere a cidade nos temários da geografia moderna (ABREU, 1994). Estas visões faziam parte do debate franco-alemão que se acirrava naquele momento. Maurício de Almeida Abreu (1994) lembra que a defesa do estatuto de ciência natural feita por La Blache influencia os estudos da cidade na geografia francesa, conforme se pode notar em autores como Jean Brunhes, Blanchard¹⁷, dentre outros. A opção naturalista francesa encontra explicação ainda na tentativa de diferenciar os estudos geográficos dos sociológicos.

Pierre Deffontaines traz para a geografia do Brasil a preferência pelo natural, discípulo que era de Brunhes. A fundação da USP (Universidade de São Paulo), em 1934, inaugura, com a contribuição importante deste autor, a geografia moderna brasileira. Era o início da forte influência da escola francesa na geografia brasileira. O IX Congresso Brasileiro de Geografia é marco do reconhecimento mais ou menos consensual da necessidade de abandono da “geografia enciclopédica”. Era tempo de “geografia moderna”.

¹⁷ Jean Brunhes define a cidade “como um dos fatos da ocupação improdutiva do solo, uma espécie de organismo vivo ao qual se aplicam os métodos comparativos das ciências da observação”. Blanchard afirma que “a idéia essencial do estudo é que a origem e desenvolvimento da cidade são explicados pelas condições físicas do seu sítio” (ABREU, 1994, p. 203).

“O Estudo Geográfico das Cidades” (1941) de Pierre Monbeig é obra pioneira e referência do pensamento urbano brasileiro. O método francês é aplicado à chamada “monografia urbana”. Trata-se de uma síntese urbana: “[...] integração analítica de dados físicos e humanos, objetivando com isso demonstrar a individualidade do “fato geográfico” que era a cidade” (ABREU, 1994, p. 208). A proposta de Monbeig resumia-se a uma transposição do método de estudo regional à cidade. Como tal, etapas metodológicas deveriam ser vencidas para composição do estudo: o sítio, a posição, a evolução histórica, a fisionomia e estrutura, as funções urbanas e o raio de ação da cidade, completariam os segmentos exigidos para elaboração da monografia. Para o autor, eram ainda importantes as representações cartográficas. Os mapas deveriam estar presentes em todo trabalho geográfico, dizia Monbeig, incluindo os que revelassem a paisagem invisível da cidade: constituída de deslocamentos diários da população, por exemplo. No entanto, o autor adverte sobre a necessidade de cautela para que não se extrapole demasiadamente as conclusões a serem obtidas através do instrumento.

A cidade tinha alma e cabia, ao geógrafo, descobri-la. Modelos e sistematizações eram rechaçados pela geografia urbana defendida por Monbeig. Há uma opção clara pelo idiográfico, pelo singular. As sistematizações, já presentes na geomorfologia, eram duramente criticadas e deveriam ser impedidas de contaminar a geografia urbana.

Ainda no final da década de 30 do século XX, outra abordagem rivalizava com a monografia urbana de Monbeig. O sociólogo Donald Pierson, radicado em São Paulo, defendia o que ficou conhecido como “ecologia humana”. Na concepção de Pierson, a cidade era um organismo, um produto natural e, como tal, seu conhecimento deveria compartilhar dos métodos das ciências da natureza. A busca de leis e do que era uniforme guiavam esta vertente. A “alma” da cidade não era interesse nos estudos de Pierson. Abreu (1994) destaca que há indícios de que o sociólogo fora ouvido na geografia, mas sem, contudo, ser significativo naquele momento.

Apesar do interesse expresso por Monbeig em buscar a “alma” da cidade, seus estudos excluía as relações entre os próprios homens ou o “processo social”. As pessoas, ou seja, a população, só interessaria como dado mensurável ou cartografável. “Havia que se

discutir a evolução demográfica, a composição por idade e sexo, a distribuição das densidades, a formação dos bairros” (ABREU, 1994, p. 213). Poder-se-ia mapear a geografia das classes sociais, por exemplo, mas, na concepção de Monbeig, não se tratava de uma necessidade requerida pela disciplina.

A monografia urbana generaliza-se como estudo urbano padrão e tem, na AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros, um apoio de difusão principalmente a partir da década de 50 do século XX, quando as reuniões da entidade passam a ser anuais. Outras formas de abordagem do urbano tiveram lugar na geografia desta época: as que privilegiavam a função da cidade ou que enfatizavam a linha conceitual do gênero de vida, ou ainda as que não se enquadrariam facilmente nas classificações. Autores importantes devem ser destacados pelas contribuições a esta fase de desenvolvimento da geografia urbana. Entre estes nomes, certamente, inclui-se Aroldo de Azevedo. Trabalhos de vanguarda marcam o estudo urbano desenvolvido por este autor que influencia a temática metropolitana aprofundada apenas em fins da década de 50 do século XX. A obra “A cidade de São Paulo” (1958), coordenada por Azevedo, é a mais importante monografia urbana já realizada no Brasil, constituindo-se em referência obrigatória para os estudiosos da metrópole paulista.

A consolidação da AGB, suas assembléias e os trabalhos de campo, comuns nos encontros da associação nos anos 50 e 60 do século passado, acabaram por consagrar a monografia urbana como estudo dos geógrafos sobre a cidade. Grupos de pesquisadores participantes das assembléias organizavam-se com o objetivo de produzir conhecimento sobre a cidade em que acontecia o encontro, segundo as sugestões teórico-metodológicas de Monbeig: sítio e posição, evolução histórica, funções urbanas, raio de ação da cidade, por exemplo, compunham o instrumental de categorias a serem “conhecidas” para revelar a cidade.

Os estudos urbanos na geografia tradicional — tal como é denominado, hoje, o período acima exposto — englobava outras vertentes que destoavam da influência monbeigiana. Os temas sociais que Monbeig dizia não ser de interesse da geografia são encontrados em Valverde (1962), por exemplo. A cidade aparece como objeto de análise também em alguns estudos regionais. Neste caso, a cidade principal da região analisada

recebe atenção em parte do estudo. Há que se mencionar, ainda, as monografias parciais. Estes estudos privilegiavam apenas parte das análises constantes na monografia urbana. O pesquisador poderia enfatizar as funções urbanas ou o raio de ação da cidade, por exemplo.

As questões conceituais postas em discussão na *XIV assembléia da AGB de Viçosa* em 1959 constituíram-se em importante apoio para mudanças que se faziam necessárias nos estudos. O abandono dos chamados estudos padrões era iminente, indicando avanços e amadurecimento. O que estava por vir, no entanto, não era exatamente novo. A busca pelo *status* de *científico* continuava a perturbar (perdura há tempos esta inquietação) a disciplina. Estudos sobre a centralidade urbana ganhavam força, e apareciam como oportunidade de demonstração da aplicabilidade da geografia. Abreu (1994, p. 229) esclarece que se abriu uma “[...] perspectiva de que, a partir da cidade, se poderia intervir no quadro regional”.

A geografia tradicional tem o mérito de constituir uma base sobre a qual avanços da disciplina puderam ser desenvolvidos. Categorias importantes como paisagem, região, território e espaço foram pensados no referido período e subsidiam importantes estudos na atualidade. Há que se ressaltar, conforme aponta Abreu (1994), o caráter de documento histórico, uma vez que mudanças radicais no cenário urbano brasileiro das últimas décadas extinguíram, em alguns casos, até mesmo as rugosidades de tempos passados.

A partir da década de 1960, destacam-se, na geografia brasileira influenciada pela escola francesa, autores estadunidenses, como Brian Berry, que defendem a introdução da linguagem matemática na disciplina. Era o início do que ficou conhecido como “revolução quantitativa”. Esta tentativa de aproximação da geografia com os números deve-se muito mais às interpelações acerca de sua cientificidade e de sua necessidade em responder objetivamente, que ao anseio de participar do badalado planejamento territorial, ainda que este servisse como oportunidade de estabelecimento de uma “geografia aplicada”.

O desejo de envolver-se com as questões do planejamento urbano, marca a geografia brasileira da década de 1970, que busca as pesquisas sobre as hinterlândias e redes urbanas, centralidade, regionalização, dentre outros temas. As transformações na pesquisa intraurbana são significativas na medida em que, influenciados pelo neopositivismo, priorizaram, ao contrário das monografias urbanas, a busca pelas generalizações, pelas leis. O

esforço orienta-se, a partir de então, para a busca do que era geral e comum a todas as cidades. A economia e a sociologia, principalmente, forneceram as bases teóricas, uma vez que na geografia não estavam bem desenvolvidas.

Destaco, a seguir, os estudos fundamentais do filósofo Henri Lefebvre sobre a cidade.

2.3. Os saberes e o “direito à cidade”

O direito à cidade é, no dizer de Henri Lefebvre (2001, p. 134), a forma superior dos direitos. Desdobra-se no direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar; desdobra-se, ainda, no direito à obra (à atividade participante) e no direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade).

Ao discorrer sobre a problemática urbana, o autor explicita a realidade de exploração e segregação, inerente à sociedade de consumo. Nestes termos, a cidade é, sob vários aspectos, negada à grande parte dos cidadãos, o que justifica a sua preocupação com o “direito à cidade”. Henri Lefebvre esclarece, à luz do materialismo histórico, as tramas que tornam a cidade distante de sua plenitude de vida e de possibilidades. Contudo, o autor não encerra suas esperanças e, nos seus vastos estudos sobre o urbano, aponta caminhos teórico-metodológicos valiosos para o seu melhor entendimento. Ainda que outras possibilidades devam participar e enriquecer o debate, inclusive por trilhas distintas das apontadas por Lefebvre, a contribuição para o processo elucidativo da cidade, desenvolvida por este autor, é certamente paradigmática.

O problema que conduz esta reflexão baseia-se numa espécie de experiência: aquela que acrescenta, aos desdobramentos do “direito à cidade”, o direito de participar da produção do conhecimento sobre a cidade, como uma forma de apropriação, de dizer a cidade com voz audível e legítima. Este direito não se restringe à cidade. É de tal natureza que alcança mesmo a produção científica como um todo. Entretanto, convém indagar: que cidade seria possível vislumbrar a partir das experiências do senso comum? A partir das experiências e estratégias dos pobres da cidade? O que significa a diversidade da cidade e o que o pensamento científico que trata do urbano abarca dessa diversidade? Ou o que tem deixado de considerar?

Os traços antidemocráticos verificados na cidade, sua inacessibilidade à parte dos seus habitantes, podem ser debatidos nas confrontações que envolvem o conhecimento acadêmico, científico e os saberes, experiências dos sujeitos que vivem a cidade mas que estão fora do círculo científico. Nestes termos, outro questionamento está posto: o conhecimento científico não deveria se enriquecer das palavras de quem sente na pele e de forma violenta os efeitos das contradições da cidade?

A crise da cidade, resultado do aprofundamento das contradições se desenrola, também, numa crise teórica. Ana Fani A. Carlos assinala que “[...] a geografia urbana deve contemplar em sua análise sobre o fenômeno urbano, uma crítica a formulação do saber sobre a cidade. Isto porque é impossível separar a produção social da cidade da produção de um pensamento sobre a cidade” (CARLOS, 2004, p. 17).

Inicialmente, consideramos a importante contribuição do filósofo Henri Lefebvre acerca da Cidade e do urbano, como é defendido. Outras contribuições são trazidas, inclusive o debate sobre outras possibilidades de leitura deste objeto. Assim, concluiríamos com uma breve reflexão sobre as concepções de cidades apresentadas e com apontamentos de possibilidades de diálogos críticos com as concepções do senso comum. Provavelmente esse exercício traz mais questões que respostas. Contudo, entendo que talvez este seja um objetivo válido: clarear as perguntas e as tornar mais sofisticadas.

2.3.1. A cidade de Lefebvre

São muitas as possibilidades clareadas pelo “direito à cidade” na teoria de Henri Lefebvre. Faz-se necessário, portanto, mesmo que de forma breve, que recapitulemos algumas das considerações deste autor.

Tomada pela avassaladora força “destrutiva / criativa” (HARVEY, 1993, p. 107) do modo de produção capitalista, a cidade sofre uma metamorfose que a lança em um nível de importância novo e fundamental da vida dita moderna e enquanto categoria do pensamento social. A sociedade urbana, que ainda não se encontra acabada, ainda se faz, instaura-se como realidade social relacionada ao processo histórico que surge com a industrialização. O crescimento desmesurado da cidade e a explosão de suas antigas características, a generalização da troca e do mundo da mercadoria fazendo quase desaparecer o uso e o valor de uso, atentando contra a existência da cidade como obra¹⁸, são produtos da transformação mencionada. A cidade e a sociedade urbana são inscritas em um processo dialético em que a última representa o estágio atual ainda em vias de realização: “[...] o urbano se distingue da cidade precisamente porque ele aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade” (LEFEBVRE, 2008, p. 84). Continua o autor, acerca do urbano:

Trata-se, antes, de uma forma, a do encontro e da reunião de todos os elementos da vida social, desde os frutos da terra (trivialmente: os produtos agrícolas) até os símbolos e as obras ditas culturais. No próprio seio do processo negativo da dispersão, da segregação, o urbano se manifesta como exigência de encontro, de reunião, de informação. (LEFEBVRE, 2008, p. 85)

¹⁸ A cidade como obra contrasta com a orientação que para Henri Lefebvre apresenta-se irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. A obra é o valor de uso, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro). (LEFEBVRE, 2001, p. 12)

A vida urbana pressupõe o confronto ideológico e político dos modos de viver; a vida urbana depende então do *habitar* a cidade que, por sua vez, rejeita a condição de apenas um *habitat*. *Habitando-a*, a cidade oferece uma vida social e comunitária e o valor de uso governa as relações. O *habitat* retira a rua, e o encontro restringe-se aos momentos do contato, da realização da troca. A substituição, em Paris, das ruas tortuosas, mas vivas, por avenidas largas retrata a tentativa de reduzir a vitalidade do *habitar* da cidade, conforme quis o urbanismo de Haussmann.

Habitar a cidade parece colorir o cotidiano, assim como parece escrever, na cidade, a poesia da vida com suas ansiedades e frustrações, porém com encontros e com as riquezas possíveis das relações imediatas e dos segredos que se escondem nos espaços habitados. Henri Lefebvre vê a cidade como lugar privilegiado de exposição da vida:

Em seu plano específico, a cidade pode se apoderar das significações existentes, políticas, religiosas, filosóficas. Apoderar-se delas para as dizer, para expô-las pela via — ou pela voz — dos edifícios, dos monumentos, e também pelas ruas e praças, pelos vazios, pela teatralização espontânea dos encontros que nela se desenrolam, sem esquecer as festas, as cerimônias (com seus lugares qualificados e apropriados). (LEFEBVRE, 2001, p. 68)

Essa visão indica otimismo. Porém, Henri Lefebvre reconhecendo a gravidade da crise da cidade, vislumbra passagens ríspidas e desesperançosas como, por exemplo, ao falar da miséria da vida cotidiana, ao criticar o *urbanismo*, a sujeição da própria cidade à empresa industrial e a indiferença da Razão:

A cidade, ou o que resta dela, é construída ou remanejada como se fosse uma soma ou uma combinatória de elementos. Ora, desde o momento em que a combinatória é concebida, perversa e prevista como tal, as combinações são mal discernidas; as diferenças caem na percepção de seu conjunto. De modo que é inútil procurar racionalmente a diversidade [...] o urbano [...] perdeu os traços e as características da obra, da apropriação. [...] A vizinhança se esfuma, o bairro se esboroa; [...] processo inevitável de dissolução das antigas formas, sem dúvida, mas que produz o sarcasmo, a miséria mental e social, a pobreza da vida cotidiana a partir do momento em que nada tomou o lugar dos símbolos, das apropriações, dos estilos, dos monumentos, dos tempos e ritmos, dos espaços qualificados e diferentes da cidade tradicional. (LEFEBVRE, 2001, p. 83)

Ainda em outra passagem, o autor percebe o que ele chama de “germe” do urbano, anunciando possibilidades, resistências que burlam a lógica da mercadoria e do valor de troca e reconstituem centros e restituem os encontros, ainda que irrisoriamente. Mesmo com uma “[...] base abalada, a sociedade urbana e o “urbano” persistem e mesmo se intensificam” (LEFEBVRE, 2001, p. 84). Há o que escape aos valores de troca. É um jogo que se realiza sob os nossos olhos, mas que, contudo, nem sempre aparece.

É certo que visões aparentemente paradoxais como estas refletem a contradição inerente ao urbano, o que o próprio autor esclarece: “Desta situação nasce a contradição crítica: tendência para a destruição da cidade, tendência para a intensificação do urbano e da problemática urbana” (LEFEBVRE, 2001, p. 85).

A crise da cidade é atribuída, em parte, à crise das instituições. Lefebvre cita a jurisdição municipal e a administração urbana, mas, talvez, seja possível acrescentar a crise da Razão. Crise da forma como pensamos a cidade e o urbano. Henri Lefebvre sinaliza a insuficiência de pensar a problemática urbana apenas a partir do produtivismo, do economismo, da centralização planificadora preocupada acima de tudo com o crescimento, da burocracia do estado e da empresa. É certo que todos estes elementos não podem ser esquecidos, mas é necessário ir além. Um desafio fundamental é apontado: reunir aquilo que se acha disperso, dissociado, separado, e isso sob a forma da simultaneidade e dos encontros (LEFEBVRE, 2001, p. 102). Uma ciência analítica da cidade deverá se pautar na prática social. Concentrar-se nas vítimas da segregação, dos expulsos da cidade tradicional, dos que são privados de uma vida urbana possível: a *classe operária*, como define o autor. Estes, obviamente, são ansiosos para participar, mas, contudo, a cidade lhes é negada.

O urbano é a obsessão daqueles que vivem na carência, na pobreza, na frustração dos possíveis que permanecem como sendo apenas possíveis. Assim, a integração e a participação são a obsessão dos não-participantes, dos não-integrados, daqueles que sobrevivem entre os fragmentos da sociedade possível e das ruínas do passado: excluídas da cidade, às portas do urbano. (LEFEBVRE, 2001, p. 102)

Uma questão é particularmente instigante:

Poderá a vida urbana recuperar e intensificar as capacidades de integração e de participação da Cidade quase inteiramente desaparecidas, e que não podem ser estimuladas nem pela via autoritária, nem por prescrição administrativa, nem por intervenção de especialistas? (LEFEBVRE, 2001, p. 104)

A percepção da impossibilidade da recuperação da vida urbana pela via da intervenção de especialistas aponta para a necessidade de participação democrática nessa empreitada, principalmente por parte dos que não têm acesso nem direito à cidade. A não intervenção, obviamente, não significa indiferença. Então como, sob uma nova *Demarché*, a ciência poderá contribuir com a construção dessa nova cidade? Henri Lefebvre (2001) esclarece que não se trata de um retorno à cidade tradicional nem uma fuga para frente, mas, sim, de pensar a virtualidade desse objeto em que o passado, o presente e o futuro não se separam.

Fazer da cidade um “espaço favorável à felicidade”, onde as necessidades antropológicas socialmente elaboradas são reafirmadas, porém, estão para além do comprável e às vezes são opostas e complementares:

[...] compreendem a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediaticidade e de perspectiva a longo prazo [...] necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir estas percepções num “mundo”. (LEFEBVRE, 2001, p. 105)

A estas se acrescentam outras que, também, se mostram incompatíveis com o universo dos consumíveis, embora cada vez mais este universo os venha capturando, como a

necessidade de viver os simbolismos, o imaginário, a sexualidade, o esporte, a atividade criadora, a obra, a arte.

2.4. Outras cidades e outros saberes sobre a cidade

Outras leituras da cidade não excluem a “cidade de Henri Lefebvre”. Entretanto, o desvendamento dos conteúdos dos processos de urbanização deve ser uma tarefa coletiva que contemple várias perspectivas teórico-metodológicas sem que nenhuma destas tenha a pretensão de ser a “verdadeira” (CARLOS, 2004). Os estudos sobre a cidade e o urbano se intensificaram nas últimas décadas e muitos avanços foram alcançados. Contudo, a complexidade envolvida na produção de conhecimentos sociais, por implicar o trato da complexidade do próprio homem, indica-nos que temos muito a construir sobre esse campo do conhecimento.

Cássio Hissa (2008) defende a existência de possibilidades variadas de interpretação da cidade, atribuindo tal diversidade às influências do movimento do mundo. A tentativa de padronização deixaria escapar a complexidade da vida e das relações na/da cidade. Ainda segundo este autor, as ideias que fazem as cidades são passíveis de serem transportadas ou traduzidas para uma pluralidade de linguagens como a literatura, cinema e a arte da ciência.

A despeito dos incontáveis pensadores que se ocuparam e ainda se ocupam de refletir sobre a cidade e o urbano, Cássio Hissa (2008, p. 295) assinala a observação de Lewis Mumford acerca da nossa incompreensão desse *objeto*: “Como já se passaram mais de cinco mil anos para chegar mesmo a uma compreensão parcial da natureza e do drama da cidade, talvez seja necessário um período ainda mais longo para exaurir as suas potencialidades ainda não realizadas”.

As dificuldades de compreensão do homem — e, logo, da cidade — ou as potencialidades ainda não realizadas a que se refere Lewis Mumford relacionam-se, em parte, com os conhecimentos e experiências há tempos ignoradas ou pouco aproveitadas pelo

modelo científico hegemônico, uma vez que aqueles foram enquadrados fora de suas demarcações. Há desperdício de experiência, resultado do isolamento de um saber científico *ensimesmado*. Faz-se necessário um empenho no estabelecimento de um diálogo crítico entre as diversas matrizes de racionalidades.

Conhecimentos válidos sobre a cidade e o mundo são construídos por grupos e sujeitos diversos, resultando na existência de uma “pluralidade de saberes” (SANTOS, B., 2006). Todavia, é sabido que construções ideológicas que remontam à conquista ibérica da América hierarquizaram as experiências dos povos com o mundo com base não na cognoscibilidade destas experiências, mas no poder do colonizador (QUIJANO, 2005). Essa hierarquização persiste, reduzindo a diversidade de visões de mundo a uma monocultura de conhecimento. Processo este identificado na validade exclusiva evocada pela ciência moderna em relação a outros saberes, desvalorizando-os e classificando-os como pertencentes a um tempo passado. O pensamento europeu, que se intitulou moderno, pretendeu-se universal, inclusive abdicando-se

[...] do espaço geográfico concreto de cada dia, lugar da co-existência do diverso, onde co-habitam diferentes qualidades – animais, plantas, terra, água, homens e mulheres de carne e osso com as suas desigualdades sociais e suas diferenças culturais e individuais de humor e de paixões (GONÇALVES, 2002, p. 219).

Conforme registra Cássio Hissa (2008, p. 296), Milton Santos diz que conhecer a cidade *dos de baixo, dos pobres*, é condição indispensável para a construção de uma nova política da cidade: “Milton Santos nos fornece uma imagem de cidade a partir da importância da vida dos lugares. Na ocasião, ele se referia à necessária construção de uma nova política: a *dos de baixo*, constituída pelas visões de mundo e dos lugares desenvolvidas pelos pobres”.

Cássio Hissa completa:

Nas cidades e nos lugares residem as maiores possibilidades de organização comunitária, solidária, socioecológica, que constroem os alicerces do processo de globalização contra-hegemônica – uma outra película global feita a partir das cidades e dos lugares, recortes de mundo (HISSA, 2008, p. 303).

A cidade é, por vocação, terreno múltiplo, com suas cidades interiores, desenhadas por indivíduos que escrevem, com sua vivência, cada um, a sua própria vivência, a sua própria cidade (HISSA, 2008, p. 296). A construção de uma “nova política da cidade” constituída pela visão de mundo dos pobres, demanda a participação da ciência, porém, não como baluarte inabalável de saber, mas como mais uma racionalidade empenhada no entendimento do mundo.

Ainda sobre o potencial da experiência dos pobres na cidade, a crítica de Milton Santos (2002, p. 260) a Paul Virilio é instigante: este último prevê um futuro em que apenas a eficiência técnica de um povo possibilitaria o acesso, em seu dizer, ao projeto, à decisão, ao infinito. A velocidade seria a esperança do ocidente. Aos outros povos (ou aos não enquadrados ou excluídos da modernidade ocidental) restaria um mundo finito, limitado pela inferioridade de seus veículos técnicos. Para Milton Santos, descobre-se, agora, que nas cidades o tempo que comanda, ou que vai comandar, é o tempo dos homens “lentos”.

Quem, na cidade, tem mobilidade — e pode percorrê-la e esquadrihá-la — acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente prefabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem, exatamente, do convívio com essas imagens. Os homens “lentos”, para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações. (SANTOS, M., 2002, p. 260)

Dessa forma, continua o autor, os pobres escapariam ao totalitarismo da racionalidade e seriam estes, os atores, que, na cidade, estariam a olhar mais fixamente para o futuro. Os pobres destoam, na cidade “luminosa”, do objeto técnico, criador de uma mecânica rotineira e dos gestos num sistema monótono. As zonas urbanas opacas, destinada aos pobres, são também as da criatividade, oposta às zonas luminosas, espaços de exatidão.

É importante, particularmente ao conhecimento geográfico, trazer à luz outras possibilidades de interpretação da cidade. A interlocução com estas outras interpretações possibilita a emergência de um saber geográfico, enriquecido com o conhecimento do senso comum, apto a aproximar-se mais da realidade e com muito mais instrumentos transformadores porque constituído de linguagens diversas. O alerta de Renato Janine

Ribeiro (2003, p. 57), neste sentido, é oportuno: “[...] nenhuma linguagem extrai apenas de si riquezas infundáveis, mas que estas somente serão postas à luz à medida que se vejam confrontadas por outras linguagens”.

À geografia cabem os estudos das representações espaciais nas suas diversas linguagens. Dessa forma, a cidade experimentada pelos pobres, que se baseia no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres (SANTOS, M., 2000, p. 133) constitui-se matéria de reflexão fundamental para busca de saberes espaciais emancipatórios. “A sociabilidade urbana pode escapar aos seus intérpretes, nas faculdades; ou aos seus vigias, nas delegacias de polícia. Mas não aos atores ativos do drama, sobretudo quando, para prosseguir vivendo, são obrigados a lutar todos os dias” (SANTOS, M., 2000, p. 132).

Milton Santos refere-se à contra-racionalidades existentes no espaço urbano: a racionalidade (capitalista) do mundo propaga-se pelos lugares de forma heterogênea, deixando coexistir outras formas de racionalidades, a que, do ponto de vista da racionalidade dominante, se chamam “irracionalidades” ou “contra-racionalidades”. “É somente a partir de tais irracionalidades que é possível a ampliação da consciência” (SANTOS, M., 2000, p. 115). O autor assinala que: “Na cidade, as irracionalidades se criam mais numerosas e incessantemente que as racionalidades, sobretudo quando há, paralelamente, produção de pobreza.”

As irracionalidades se localizam entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias. Conforme completa Milton Santos, elas “[...] se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes”. (SANTOS, M., 2002, p. 246) A experiência da escassez seria a base da adaptação criadora à realidade existente.

A cidade, portanto, guarda um potencial libertador. As irracionalidades habitam o cotidiano da cidade e, por seus meios fugidios à imposição da lógica da troca, mantém o germe do urbano ativo. Será preciso prescrutar as irracionalidades da cidade, será preciso, através do diálogo crítico com elas, ampliar suas possibilidades. O poeta Baudelaire, ao perder o *Halo*, descobre que nos *lugares sinistros* “[...] a poesia pode florescer perfeitamente, talvez melhor ainda, no outro lado do bulevar, naqueles lugares baixos,

‘apoéticos” (BERMAN, 1982, p. 155). Perspectiva semelhante parece ter Milton Santos, ao dizer, da zona opaca, o lugar da criatividade, oposta aos espaços luminosos da cidade.

O que proponho é uma reflexão sobre como pensamos o mundo e, logo, a cidade. Uma reflexão sobre a crise paradigmática atual, conforme nos indica autores como Boaventura de Sousa Santos. Questionamentos são suscitados em relação à hegemonia do conhecimento científico tradicional e sua leitura de mundo. Novos paradigmas emergem e trazem com eles novos sujeitos que reivindicam seu lugar no mundo. O olhar colonial eurocêntrico, que vê mais a lógica do capital do que os que a ele resistem, é posto em questão (GONÇALVES, 2002, p. 220). A feminista Donna Haraway (1995) parece concordar com a leitura. Ao dizer do caráter contestável do texto científico, a autora aponta ainda a vantagem da visão dos subjugados: estes têm ampla experiência com os modos de negação da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento, de não existirem enquanto realidade relevante.

2.5. Belo Horizonte: a história e “os de baixo”

Na história de Belo Horizonte, encontram-se românticas explicações sobre a bravura e persistência dos propositores de um novo lugar para capital de Minas Gerais. Muito foi dito sobre a reconfortante beleza do então Curral Del Rey, sobre a eficiente projeção e execução da construção e sobre o engrandecimento em tempo recorde da capital.

Reconhecemos o risco contraproducente de julgarmos o passado a partir do privilégio do conhecimento amadurecido pelo distanciamento no tempo. Por isso, é preciso cautela para se pensar a respeito do lugar “dos de baixo” nas *histórias* sobre o nascimento e a vida da cidade de Belo Horizonte. Destacamos a leitura de Abílio Barreto, ilustre historiador e poeta, considerado personalidade importante na história de Belo Horizonte. Tomamos notas de outras considerações contidas em publicações como a revista “História de Belo Horizonte – Duas Épocas” (1981), com edição e direção de Carlos Rodrigues, além de outras publicações que tratam da história da capital. Procuramos identificar e discutir, ainda que brevemente, elementos do planejamento que demonstrem os anseios de se dar uma configuração moderna à Belo Horizonte, o que significa a influência das concepções científicas assentadas na “modernidade” se materializando na cidade.

Elegemos a questão da invisibilidade dos sujeitos “de baixo” na história de Belo Horizonte para debatermos os termos do desdobramento de tal condição à “inexistência”, do ponto de vista de sua relevância, também de suas experiências como elementos significativos e valorizados. Pinçamos alguns trechos das narrativas consultadas para problematizarmos o desaparecimento das experiências dos “pobres da cidade”.

Começemos pela própria decisão de mudança da capital. As reuniões e encontros nos clubes que definiriam a mudança da capital de Minas de Ouro Preto para o então “Curral D’el-Rey” contavam com personalidades que ostentavam os mais distintos títulos: capitães, mestres, doutores, desembargadores, juízes de paz entre outros. Não esperaríamos que

houvesse deliberações populares para encaminhamentos sobre assuntos dessa natureza, uma vez que, ainda hoje, raras são as efetivas participações populares nas decisões políticas. No entanto, registramos a ausência sequer de menção a um possível interesse popular nessa discussão na literatura consultada.

O nome da nova capital fora também objeto de discussão. O “Club Republicano” servira como sede da reunião que contava com a presença da “elite cultural” (RODRIGUES, 1981) do Curral D’el-Rey. Ainda assim, o decreto de número 36 de 12 de abril de 1890 do Governador de Minas Gerais, Dr. João Pinheiro da Silva, destaca que *os habitantes da freguesia* requeriam a mudança no nome do arraial, dando a entender que houve consenso sobre esta matéria entre uma boa parte dos habitantes. Ou ainda, que aqueles que participaram da deliberação representavam a totalidade relevante dos habitantes. Ainda que os dizeres do decreto possam observar protocolos legais ou cerimoniais, não há menção à participação de setores populares na tal reunião deliberativa.

O projeto e construção da cidade foram confiados a um grupo de profissionais chefiados pelo engenheiro Aarão Reis. Em 1894 estava criado o que ficou conhecido como “Comissão Construtora da Nova Capital”. A celebração à eficiência dessa comissão certamente deve encontrar nos seus feitos certa medida de razão. Porém, nenhum dos outros atores igualmente necessários ao desenrolar do empreendimento recebe algum reconhecimento de importância. Findando o prazo para que a instalação da nova capital fosse completada, o empenho da Comissão Construtora é assim enfatizado por Abílio Barreto (1950, p. 150): “[...] a Comissão Construtora trabalhava até alta noite e aos domingos e dias santificados para a conclusão das obras indispensáveis à instalação do Governo”. Não há referência ao trabalho dos operários.

Os preparativos para os festejos inaugurais se iniciaram no Escritório Central da Comissão Construtora, segundo Barreto (1950), com representantes de todas as classes sociais. O autor as enumera: comércio, indústria, médicos, banqueiro (apenas um, Dr. João Gomes Rebelo Horta), advogados, fazendeiros, artistas e imprensa. Percebe-se que as classes despossuídas de prestígio social, político ou financeiro novamente não estavam representadas.

No dia 12 de dezembro, data da inauguração da cidade, cerca de oito mil pessoas participou da festa de inauguração da cidade. Nesse momento, é possível inferir a participação dos distintos estratos sociais da nova capital. Abílio Barreto menciona, inclusive, sua presença entre essas pessoas. Em seu discurso durante a inauguração, o Presidente de Minas Gerais, Crispim Jacques Bias Fortes, protagoniza uma rara lembrança dos operários salientando “seu valoroso concurso na obra da construção da cidade” (BARRETO, 1950, p. 162).

Ao descrever os primórdios da arquitetura belorizontina, Barreto destaca as 200 casas construídas no bairro que ficou conhecido como “Funcionários”. Segundo consta, parece ter havido a preocupação de que as distinções sociais ficassem devidamente identificadas. Segundo o autor,

[foram construídas] casas de seis tamanhos ou tipos que eram designadas por letras do alfabeto, de A a F. Assim, as do tipo A destinavam-se a porteiros, contínuos e serventes; as do tipo F seriam habitadas por Desembargadores ou Diretores e as dos tipos intermediários caberiam às demais classes de servidores. (BARRETO, 1950, p. 190)

Nota-se a desvalorização e desconsideração dos significados subjetivos das habitações já existentes, na sua maioria de pobres, ao compararmos as descrições entre essas e a arquitetura nascente na capital:

[...] a nossa arquitetura [...] tornou-se das mais notáveis do país, revelando maior gosto e arte refinada, numa variedade admirável de estilos, cada qual mais belo e atraente, como o colonial, o missões, o marajoara, o californiano, o clássico e outros, em habitações recuadas, com seu jardim aprimorado à frente, com a sua garage ao lado, o seu “hall”, sua bela sala de estar, sua estufa, suas luxuosas basculantes e portas envidraçadas, exibindo desenhos admiráveis, em seus tetos em laje de cimento armado, seus revestimentos externos de pó de pedra, em cimento e outros materiais modernos, seus pisos em tacos dos mais belos desenhos e mil outros requintes de conforto, beleza e bem estar. (BARRETO, 1950, p. 192)

Quanto às outras habitações, parecia restar o destino, rapidamente definido, da demolição e do desaparecimento, para o bem do novo, melhor, mais belo e higienicamente mais humano:

O mais eram casas velhas do antigo arraial e milhares de cafuas¹⁹ e barracões cobertos de capim ou zinco e que foram aos poucos sendo demolidos. A “favela”, no alto da Estação e o “Leitão” eram duas cidades de cafuas e barracões de operários. Depois estes foram localizados no Barro Preto, na Barroca e na Pedreira Prado Lopes. Mais tarde criou-se a Vila Concórdia para operários. (BARRETO, 1950, p. 193)

Obviamente o valor dos terrenos nas regiões ocupadas pelos operários sofria enorme depreciação em relação ao bairro de Lourdes, por exemplo, onde atuavam os festejados arquitetos “modernos”.

Sobre o significado e reconhecimento dos espaços e imóveis de valor histórico da cidade, é sintomático o caso do “desaparecimento”, durante décadas, do imóvel contemporâneo do Museu Abílio Barreto denominado “Casarão da Barragem Santa Lúcia”. A história oficial da cidade considerava que o Casarão da Fazenda Velha do Leitão representava a única construção remanescente do Curral D’el Rey. Ao falar da ocasião de criação do Museu de História da cidade, Abílio Barreto é resolutivo quanto a este entendimento: “Surgiu então a idéia de se transformar aquela secção em museu e logo a Fazenda Velha do Leitão, *único prédio inalterado existente do antigo arraial* pareceu a sede indicada para o novo instituto” (BARRETO, 1950, p. 311) [grifo nosso].

Entretanto, em pesquisa recente sobre a memória do Aglomerado Santa Lúcia²⁰, o Programa Conexões de Saberes²¹ abordou a ausência do Casarão da Barragem Santa Lúcia, chamado pelos moradores do Aglomerado de “Casa da Fazendinha”, na história oficial da

¹⁹ Habitação miserável (Priberam – Dicionário da Língua Portuguesa).

²⁰ O Aglomerado Santa Lúcia é formado por quatro vilas: Barragem Santa Lúcia, Vila Estrela, Vila Santa Rita de Cássia e Vila Nossa Senhora da Esperança. Localiza-se na zona sul de Belo Horizonte e possui cerca de trinta e cinco mil habitantes.

²¹ “Programa Conexões de Saberes na UFMG: Interlocação entre a universidade e comunidades populares”. Trata-se de um programa proposto no âmbito do Ministério da Educação, desenvolvido junto a Universidades Federais. Este programa surge com o objetivo de: a) fortalecer a trajetória acadêmica de jovens negros das camadas populares, incidindo sobre o problema da permanência bem sucedida desse setor na Universidade pública; b) promover a aproximação entre os saberes produzidos na Universidade e os saberes produzidos nas práticas das comunidades populares (MOREIRA FILHO *et al.*, 2006, p. 72).

cidade. O *Conexões de Saberes* debateu este “desaparecimento” bem como destacou a solicitação do tombamento daquele imóvel pela União Comunitária da Barragem Santa Lúcia. As pesquisadoras Josemeire Alves e Luciana Aquino (2007) assinalaram que, pela primeira vez na história da cidade, uma iniciativa como esta foi assistida: “Uma comunidade de favelas dirige-se ao poder público reclamando o reconhecimento de um patrimônio, ao qual era conferido, pelos moradores, valor cultural e histórico” (ALVES; AQUINO, 2007 p. 20). Em 22 de outubro de 1992, a demanda dos moradores fora atendida e o valor como patrimônio histórico da “Casa da Fazendinha” foi reconhecido. No entanto, as razões do “esquecimento” inquieta a todos:

Quais as razões do *esquecimento* que envolve a história da Casa da Fazendinha, até então? Na primeira metade do século 20, em meio ao esforço de constituição da História Oficial da cidade de Belo Horizonte, percebemos como razão principal da escolha do Casarão do Museu, a necessidade de se criar um símbolo para a história da nova capital. Contudo, o que nos chama a atenção é a exclusividade dada a esta escolha, contrastada à invisibilidade do Casarão da Barragem, durante tantos anos, sendo ambos contemporâneos e tão significativos para a história da cidade. O fato de ele estar situado numa comunidade de favelas o teria tornado *invisível*? (ALVES; AQUINO, 2007, p. 21)

Este questionamento parece assemelhar-se ao que anteriormente expomos: do que é constituída a “existência” dos sujeitos na cidade? Em que medida podemos imaginar uma espécie de *autorização* para ser, estar e fazer a cidade?

A ênfase, aqui, recai sobre a condição de não ser visto e ouvido sob diversas formas de determinados sujeitos, que apesar de seu anonimato, estão lá, fazendo do seu cotidiano a força sustentadora da cidade. Esta inquietante condição está nos exemplos simples citados a partir de memórias e considerações históricas dos primeiros dias de Belo Horizonte. Contudo, elas persistem (a “Casa da Fazendinha” teve sua importância reconhecida apenas em 1992), fazendo cidades de sujeitos invisíveis e fazendo cidades, elas próprias desaparecidas, porque suas experiências encontram-se ignoradas ou escondidas sob a “cidade luminosa do reino da mercadoria”, como ao longo desta pesquisa tentamos demonstrar.

Entendemos que as razões para tal “esquecimento” e subalternização de sujeitos, a ponto de implicar sua “inexistência”, retrata a configuração social resultante do que é chamado por Leonardo Avritzer (2002) de “democracia de baixa intensidade”. Um modelo hegemônico que limita a participação dos cidadãos na vida pública e que “desconhece” a pluralidade de sujeitos no mundo.

A “modernidade”, anteriormente debatida, atua, por sua vez, na qualificação enviesada da vida, ao priorizar sobremaneira o *ethos* dos sujeitos do conhecimento científico em detrimento das outras experiências. Num complexo entrelaçamento desta condição com os valores estritamente monetários inerentes ao modo de vida capitalista, temos que sujeitos “sem conhecimento” e sem posses são invisíveis e virtualmente descartáveis. Todavia, a “modernidade” é vista e sentida tão somente com os olhos radiantes do progresso: “[...] entusiasmados pelo andamento que iam tendo os trabalhos, tudo em ordem, feito com método e rigoroso cuidado” (RODRIGUES, 1981, p. 23). Assim expressou sua satisfação o Presidente Bias Fortes, ainda em 1894, utilizando algumas das expressões preferidas da ciência moderna: ordem, método e rigor. Ainda festejando a modernidade do projeto urbanístico de Belo Horizonte, o Deputado Lourenço Baeta Neves observa:

É notável o avanço dessas idéias que se traduziu nesse projeto organizado quando não havia surgido ainda, sob o nome de urbanismo, as exigências das cidades modernas. O zoning dos americanos, tão falados e discutidos, teve a sua consideração nos bairros estabelecidos...

O esplêndido parque central e outros logradouros públicos necessários, localizados com arte e conveniências práticas, justificam-se, na sua situação projetada, à luz dos progressos atuais do traçado das cidades. As grandes artérias em diagonal, ora tão preconizadas, lá se acham traduzidas em magníficas e bem lançadas vias de circulação rápidas. (RODRIGUES, 1981, p. 29)

Estão representadas na valorização da racionalidade, na regularidade e funcionalidade o desejo de ser e refletir o moderno.

CAPÍTULO 3

CONTEXTO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

3.1. A indústria da construção civil

A Indústria da Construção Civil, no Brasil, compreende Edificações, Construções pesadas e Montagem Industrial²². Todavia, tanto trabalhadores como empresas, podem atuar nos distintos subsetores, uma vez que algumas das atividades desenvolvidas guardam certa semelhança. Nossa referência, neste trabalho, é o subsetor Edificações, principalmente em função de sua maior disseminação espacial, o que facilita o necessário acesso de seus trabalhadores. Nesse subsetor, inserem-se desde pequenas obras, como reformas e construção de residências e instalações comerciais, como construção e reforma de prédios ou instalações industriais, construção de fundações, entre outras (RAIS).

Segundo Antonio de Pádua Nunes Tomasi (1999), a Indústria da Construção Civil (daqui para frente será denominada ICC) é vista em todo mundo como uma atividade “atrasada” por não incorporar uma grande quantidade de aparatos tecnológicos ou por fazê-lo de forma muito lenta quando comparado a outros setores industriais— o automobilístico, por exemplo. A dependência do uso da força física e o ambiente artesanal que marcam os canteiros de obra e os gestos dos trabalhadores são também fatores que reforçariam esta imagem. A ICC é tida como atividade em que predominam tarefas “simples”, insalubres e perigosas. Desza forma, exige que seus trabalhadores sejam corajosos, fortes, “de boa vontade” e, principalmente para a função de servente²³, que sejam jovens.

A imagem de “atraso” da ICC é atribuída, em parte, aos estudos de cunho econômico, preocupados com a produtividade e que frequentemente tentam enquadrar o setor às análises tayloristas. As especificidades dos tempos de um pedreiro, por

²² Segundo classificação constante na RAIS – Relação Anual de Informações Sociais.

²³ “Operário que auxilia o oficial e o meio-oficial em qualquer tarefa, sobretudo aquelas que demandam maior esforço físico (trabalho braçal) e independem de habilidade e capacidades específicas (operário não especializado)” (COUTINHO, 1980).

exemplo, que utiliza ferramentas “simples”, sobre as quais não é possível a determinação de tempos, não são levados em conta, indica Antônio de Pádua N. Tomasi (1999).

O autor também enfatiza a mudança considerável vivida, nas décadas de 80 e 90 do século passado, pela ICC brasileira quanto às novas exigências por produtividade. Esse fator influenciou as relações nos canteiros de obras, sobretudo no que tange aos tempos, uma vez que fez aumentar as exigências por cumprimento de prazos e metas, além da redução dos postos de trabalho. As mudanças resultam do impacto da crise econômica dos anos de 1970 e da conseqüente redução de investimento estatal na ICC. O forte impacto das oscilações político-econômicas no setor é compreensível, uma vez que “[...] a maior parte da demanda dos subsetores de construção pesada (100%) e montagem industrial (cerca de 70%) é constituída pelo poder público” (GRANDI, 2008). Segundo Tomasi (1999), o Estado brasileiro sofreu uma redução drástica na sua capacidade de investimento em grandes obras de infraestrutura ou mesmo nos investimentos sociais, como habitação. Assim, o setor da ICC depara-se com a nova realidade de ter que buscar outras fontes de financiamento e, concomitantemente, passa a lidar com um mercado mais competitivo. Dá-se início à tendência de empresas da ICC, sobretudo do subsetor Edificações, de financiar seus empreendimentos com recursos próprios. Outra característica atual deste subsetor, decorrente das mudanças no financiamento, refere-se à ocupação do nicho próprio do mercado financeiro, de financiamento ao consumidor final, desvirtuando, de certa forma, a atividade principal.

Observam-se, na Construção Civil, diversas formas de organização empresarial e de gestão de mão de obra. Há as subempreiteiras que se encarregam de apenas parte do trabalho e que são contratadas pelas empresas detentoras do contrato para desenvolvimento integral do empreendimento. É possível que uma empresa que atue como subempreiteira numa determinada construção, em outra, atue como empresa que detém o contrato integral. A subempreiteira pode utilizar-se dos serviços de outros pequenos empreiteiros, de “tarefeiros”²⁴ e de trabalhadores assalariados. Também é

²⁴ Trata-se de operário “sub-empresário”, com registro formal de empresa ou não, que, especializado em determinado ofício, é contratado para dar cabo à tarefa específica. A de fazer todo serviço de armação para a concretagem de uma laje, por exemplo. Sua atuação na obra é temporária, portanto. O tarefeiro geralmente tem sob sua responsabilidade, outros trabalhadores com ou sem registro formal.

comum a utilização de trabalhadores sem vínculo de trabalho formal²⁵. É nota importante a grande rotatividade observada no setor. Em muitos casos, o contrato finda quando se encerra determinada fase de uma obra ou mesmo por conta de transferência do trabalhador de um canteiro para outro. Ainda é comum se finalizar o contrato como estratégia de rebaixamento do salário. Antônio de Pádua N. Tomasi (1999) sublinha que há consideráveis diferenças entre empresas de um mesmo subsetor e recomenda prudência nas extrapolações das condições verificadas numa determinada empresa.

A ICC emprega, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, cerca de 162.000 trabalhadores, segundo dados da RAIS 2010. Destes, cerca de 89.000 (55%) possuem remuneração na faixa de 01 a 02 salários mínimos e 50.000 (30%) tem seus vencimentos na faixa de 02 a 05 salários mínimos (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1

| Anuário RAIS Vínculo Id | | | | | | | | |
|--|----------------|------------------------|-------------------|-------------------|-----------------|--------|-----------|-------|
| Empregos em 31/12 por Setor, Área Geográfica e Remuneração Média | | | | | | | | |
| Conteúdo: Qtd Vínculos | | | | | | | | |
| Ano = Total | | | | | | | | |
| IBGE Setor | Região Natural | Faixa Remun Média (SM) | | | | | {n class} | Total |
| | | Até a 1,00 SM | De 1,01 a 2,00 SM | De 2,01 a 5,00 SM | 5,01 SM ou mais | | | |
| 1 - Extrativa Mineral | Total | 148 | 1.550 | 5.263 | 3.798 | 78 | 10.837 | |
| | Sudeste | 148 | 1.550 | 5.263 | 3.798 | 78 | 10.837 | |
| 2 - Indústria de Transformação | Total | 5.776 | 110.729 | 84.639 | 34.490 | 3.533 | 239.167 | |
| | Sudeste | 5.776 | 110.729 | 84.639 | 34.490 | 3.533 | 239.167 | |
| 3 - Serviços Industriais de Utilidade Pública | Total | 235 | 4.207 | 8.120 | 12.817 | 174 | 25.553 | |
| | Sudeste | 235 | 4.207 | 8.120 | 12.817 | 174 | 25.553 | |
| 4 - Construção Civil | Total | 5.344 | 89.876 | 50.228 | 12.728 | 4.202 | 162.378 | |
| | Sudeste | 5.344 | 89.876 | 50.228 | 12.728 | 4.202 | 162.378 | |
| 5 - Comércio | Total | 11.100 | 223.626 | 56.499 | 12.241 | 3.016 | 306.482 | |
| | Sudeste | 11.100 | 223.626 | 56.499 | 12.241 | 3.016 | 306.482 | |
| 6 - Serviços | Total | 54.962 | 378.785 | 199.125 | 83.773 | 11.492 | 728.137 | |
| | Sudeste | 54.962 | 378.785 | 199.125 | 83.773 | 11.492 | 728.137 | |
| 7 - Administração Pública | Total | 4.613 | 108.471 | 189.424 | 122.812 | 480 | 425.800 | |
| | Sudeste | 4.613 | 108.471 | 189.424 | 122.812 | 480 | 425.800 | |
| 8 - Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca | Total | 1.501 | 5.935 | 1.388 | 269 | 136 | 9.229 | |
| | Sudeste | 1.501 | 5.935 | 1.388 | 269 | 136 | 9.229 | |
| Total | Total | 83.679 | 923.179 | 594.686 | 282.928 | 23.111 | 1.907.583 | |
| | Sudeste | 83.679 | 923.179 | 594.686 | 282.928 | 23.111 | 1.907.583 | |

Consulta executada em 04-04-2012 às 21:00h

Fonte: RAIS, 2010.

²⁵ Dos 2.753.852 trabalhadores do setor no Brasil, 23,11% não possuem carteira de trabalho assinada e 39,94% trabalham por conta própria (PNAD – IBGE 2009).

Tabela 2

| Seleções vigentes | | |
|-------------------|----------|-------------------|
| Variável | Critério | Valor |
| Ano | igual a | 2010 |
| Região Natural | igual a | Sudeste |
| UF | igual a | 31 - Minas Gerais |
| Região Metro MTE | igual a | Belo Horizonte |
| consulta94931315h | | |

Fonte: RAIS, 2010.

3.1.1. O canteiro de obras

O canteiro de obras refere-se ao lugar, ao sítio, onde a construção propriamente dita é desenvolvida. Segundo Tomasi,

O canteiro é um lugar de trabalho e é o próprio produto que se encontra em fabricação. Durante esse período, e nesse lugar, encontram-se homens, saberes, experiências, formações, qualificações, competências e, ainda, máquinas, materiais e equipamentos diversos, modos de gestão etc. O canteiro é um espaço rico em relações humanas e sociais. (TOMASI, 1999, p. 10)

O “Canteiro de Obras” pode ser comumente tratado entre os trabalhadores como simplesmente “Obra”. Coutinho (1980, p. 41) assinala outros entendimentos sobre a “obra”: segundo o autor pode significar “[...] efeito do trabalho ou da ação, trabalho manual, edifício em construção”. O autor completa que, baseado em suas experiências ao tratar com os operários e com seu ambiente de trabalho, o “[...] significado essencial da categoria “obra”, no caso da “construção civil”, incluiria necessariamente os três elementos conjugados: organização, trabalho e arte” (COUTINHO, 1980, p. 42).

Numa passagem das anotações de campo, reflito sobre a “Obra”:

O que é a obra?

Amontoado de tijolos, areia, barras de ferros, madeirites. O ar acinzentado pela poeira de cimento que sai da betoneira que, ruidosa, gira com força os ingredientes da massa. A obra é encontro, onde o mestre é mestre pela experiência. O mestre da obra é pedreiro, carpinteiro, armador e às vezes “consertador de serviço de engenheiro” (Sr. Zezinho)²⁶. Vinte anos já se vão para que o Sr. Zezinho se tornasse mestre. Tem pedreiro que poderia ser mestre. Tem engenheiro que não poderia ser mestre. A obra reúne então sabedoria. O saber da obra pode revelar um saber sobre a cidade?

A obra,

é onde o sujeito, leitor da cidade, se faz operário e é onde o operário, fazedor de sujeito, já que neste movimento a exploração se materializa, subordina, coisifica, aliena e sensibiliza, lê a cidade. (Anotações de campo)

3.1.2. Etapas da obra²⁷

O tempo de duração da obra dependerá, obviamente, da dimensão do empreendimento e da disponibilidade de recursos do empreendedor. Inicia-se com a limpeza do terreno e estará terminada ao final do processo de higienização da construção pronta.

Após a limpeza do terreno, são construídos o almoxarifado e o local onde funcionará uma espécie de administração da obra. Estes são feitos de madeirite, localizados na parte da frente do terreno, e sua entrada está sempre voltada para dentro, “de costas” para a rua. Nesses espaços, serão guardadas ferramentas, plantas, registros de documentos e, às vezes, se localiza o relógio de ponto. Em algumas oportunidades, quando a alvenaria de um dos andares (tratando-se de edifícios), fica pronta, a administração e o almoxarifado podem ser realocados por conta de maior segurança. Cercada por madeirite, a obra costuma ter dois portões: um grande, por onde passam caminhões para a entrega de materiais, e um pequeno, por onde passam as pessoas.

A “marcação” é o próximo passo. Compreende a fase em que o engenheiro e o mestre de obras demarcam os limites externos da construção, bem como a localização de

²⁶ Mestre de obras, um dos interlocutores participantes da pesquisa.

²⁷ Não é objetivo descrever as etapas da obra com precisão técnica, e sim clarear, a partir dos aprendizados em campo e alguma consulta à bibliografia, as fases pelas quais, geralmente, uma construção do subsector edificações passa.

tubulões e cintas da fundação. Normalmente, as marcações são feitas com piquetes de 0,5 a 1 metro de altura, ligados por tábuas de 10 a 20 centímetros de largura. Desenha-se uma espécie de cercado que indica onde emergirão as paredes externas da construção. As divisões internas serão encaminhadas posteriormente, às vezes apenas após a concretagem da primeira laje.

Após a marcação, dá-se início à fase de fundação da obra. Esta é considerada por muitos trabalhadores como a fase mais “pesada” da obra, ou seja, a que exige maior esforço físico. A fundação compreende a escavação dos tubulões, seu forramento com armações de ferro e o posterior preenchimento com concreto e pedras. Terminada a fundação, a alvenaria ou as pilastras, dependendo do tipo de estrutura projetada, pode ser iniciada.

A próxima etapa é o acabamento. Envolve o desenvolvimento de trabalhos de muitos oficiais diferentes: pedreiros de acabamento, eletricitas, bombeiros hidráulico, pintores, entre outros. Resta, após o acabamento, apenas a higienização da construção para sua entrega.

3.1.3. Principais ofícios do canteiro de obras

Tomamos “ofício” aqui como “[...] lócus onde se constroem o saber-fazer ligado à atividade do trabalho [...]”, o encontro de habilidades técnicas, intelectuais e manuais associadas a uma experiência. É, finalmente, o reconhecimento social da posse de um saber, de um saber-fazer, de uma identidade construída a partir desta tripla habilidade, desta experiência (TOMASI, 1999, p. 51-53). É certo, também, que devido à disseminação do uso de máquinas nos processos produtivos, “ofício” parece referir-se a trabalho próximo às atividades artesanais. Talvez seja apropriado, portanto, ao ambiente do canteiro de obras, conforme defende Coutinho (1980). A seguir apresentamos a descrição

sumária de alguns dos ofícios presentes no canteiro de obras, sendo que uns acompanham toda a obra e outros aparecem apenas em algumas etapas:

Pedreiro (CBO 7152-10) - Organizam e preparam o local de trabalho na obra; constroem fundações e estruturas de alvenaria. Aplicam revestimentos e contrapisos.

Carpinteiro (CBO 7155-05) - Planejam trabalhos de carpintaria, preparam canteiro de obras e montam fôrmas metálicas. Confeccionam fôrmas de madeira e forro de laje (painéis), constroem andaimes e proteção de madeira e estruturas de madeira para telhado. Escoram lajes de pontes, viadutos e grandes vãos. Montam portas e esquadrias. Finalizam serviços tais como desmonte de andaimes, limpeza e lubrificação de fôrmas metálicas, seleção de materiais reutilizáveis, armazenamento de peças e equipamentos.

Armador (CBO 7153-15) - Preparam a confecção de armações e estruturas de concreto e de corpos de prova. Cortam e dobram ferragens de lajes. Montam e aplicam armações de fundações, pilares e vigas. Moldam corpos de prova.

Mestre de obras (CBO 7102-05) - Supervisionam equipes de trabalhadores da construção civil que atuam em usinas de concreto, canteiros de obras civis e ferrovias. Elaboram documentação técnica e controlam recursos produtivos da obra (arranjos físicos, equipamentos, materiais, insumos e equipes de trabalho). Controlam padrões produtivos da obra tais como inspeção da qualidade dos materiais e insumos utilizados, orientação sobre especificação, fluxo e movimentação dos materiais e sobre medidas de segurança dos locais e equipamentos da obra. Administram o cronograma da obra.

Bombeiro hidráulico (CBO 7241-05) - Operacionalizam projetos de instalações de tubulações, definem traçados e dimensionam tubulações; especificam, quantificam e inspecionam materiais; preparam locais para instalações, realizam pré-montagem e instalam tubulações. Realizam testes operacionais de pressão de fluidos e testes de estanqueidade. Protegem instalações e fazem manutenções em equipamentos e acessórios.

Eletricista (CBO 7156-10) - Planejam serviços elétricos, realizam instalação de distribuição de alta e baixa tensão. Montam e reparam instalações elétricas e equipamentos auxiliares em residências, estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2012).

Alguns desses ofícios possuem variações na descrição de suas funções, dependendo da especialização. Pedreiro, por exemplo, pode ser de acabamento, de alvenaria, de concreto, de fachada etc. Outros profissionais ainda estão presentes no canteiro: pintor, almoxarife, apontador. Apresentamos uma descrição resumida, apenas com o intuito de nortear minimamente o entendimento sobre o trabalho desenvolvido por alguns dos operários que povoam o canteiro de obras.

Ainda carece de alguma atenção um ator importante no canteiro de obras: o servente. Ele não é classificado como oficial, por não dominar um saber-fazer específico. Trata-se do trabalhador encarregado de auxiliar os diferentes oficiais do canteiro de obras. Tomasi (1999) esclarece que o servente se distingue do “ajudante” porque este último se incumba de auxiliar um oficial específico. Os ajudantes de pedreiro que estão em estágio inicial do aprendizado sobre o ofício de pedreiro são também conhecidos como “meia colher”.

Poucas mulheres têm espaço na construção civil. No entanto, nos últimos anos, a luta pela igualdade entre os sexos sugere que haverá uma maior presença feminina nos canteiros de obras, mas é certo que os homens ainda são maioria absoluta.

3.2. Operário, sujeito

O acréscimo do adjetivo sujeito ao termo “operário” é um convite para pensarmos sua existência no contexto de sua ocupação profissional, porém a extrapolando. Interessa-nos também as identidades do operário sujeito de saberes, de privações, de sensibilidades, de emoções e de lutas cotidianas.

O termo “sujeito” é aqui adotado conforme a leitura de Göran Therborn (1991): incorpora um caráter dialético em que, num sentido, a pessoa está subjugada a uma força ou a uma ordem particular e, no outro sentido, se torna realizador ou criador de alguma coisa. Dessa forma, refletir sobre as possibilidades de resistências e sobre as criações de estratégias de sobrevivência num meio (cidade, bairro, mundo) potencialmente hostil — porque injusto— nos é significativo, assim como as condições que tornam o operário “sujeitado”.

Quem é o operário da construção civil? Perguntas aparentemente simples como esta, mas que revelam complexidades inimagináveis na medida em que a examinamos, prestam auxílio importantes às reflexões que aqui propomos.

3.2.1. Histórico e notas socioculturais

O período entre os anos de 1850 e 1930 marca a emergência do operário da construção civil e o surgimento das primeiras construtoras nacionais. Antes, de 1500 a 1850, o que pode ser chamado de atividade construtora é caracterizado pela política da metrópole. A composição da mão de obra nesse período é diversificada, com emprego de trabalhadores livres (portugueses assalariados), mão de obra escrava, índios, militares e religiosos.

Apesar de mais curto, os acontecimentos históricos do período entre 1850 e 1930 o torna especial para a construção civil. Sônia Lemos Grandi (2008) esclarece que, naquela ocasião, destacou-se a construção ferroviária, bem como a delimitação dos subsetores Edificação e Construção pesada. A construção ferroviária possibilitou que técnicas modernas importadas se expandissem para os outros subsetores da construção. Considera-se a ferrovia Madeira – Mamoré (1907 -1912) um importante marco da construção ferroviária, inclusive pela enorme quantidade de trabalhadores de diversas nacionalidades empregados naquele empreendimento.

A grande presença de operários e de construtoras estrangeiras, antes mesmo da consolidação do mercado de empresas construtoras nacionais, faz com que já houvesse, no País, um corpo de operariado relativamente considerável no setor. Nesse cenário em que há a formação da categoria “operário da construção civil”, ganha importância a aglutinação desses trabalhadores nos centros urbanos, sobretudo no subsetor Edificação. A partir de então, ocorre o fortalecimento da participação sindical, acredita-se, com a influência decisiva de trabalhadores estrangeiros.

É destaque na trajetória da formação do operariado da construção civil, conforme assinala Sônia Lemos Grandi (2008), o período em que a valorização desse profissional era bem distinta do pós década de 1970.

Entre os ramos semiartesanaís e mesmo industriais, os trabalhadores da construção se destacavam pelo maior padrão cultural, melhores condições de trabalho, maior força e continuidade associativa nos centros urbanos. Havia, comparativamente a outros setores, um índice menor de analfabetos e muitos eram aqueles com habilidades artísticas que ficaram marcadas em muitas edificações daquela época. Diz-se, inclusive, que esses trabalhadores constituíam a elite do operariado nacional. Acredita-se que os antecedentes históricos da categoria relativa às corporações de ofício tenham contribuído também para que as características dos operários da construção diferenciassem-nos daqueles de outros setores. (GRANDI, 2008, p. 10)

Transformações ocorreram, portanto. A autora enfatiza o intenso crescimento urbano no período de 1930 a 1955, como fator que garantiu o desenvolvimento do subsetor Edificações. A realidade social ganha novos contornos: valorização do solo urbano, proliferação de favelas e outras formas de moradia precária, disseminação de prédios de apartamentos, adoção de novas técnicas de construção e de novos materiais e

a composição da mão de obra que passa a ser predominantemente brasileira são algumas mudanças no contexto de desvalorização do operário da construção civil. O migrante brasileiro, oriundo da zona rural, passa a substituir os estrangeiros ou seus descendentes na composição da mão de obra da construção civil, agora sob condições precárias se comparado às primeiras décadas do século XX. Segundo Sônia Lemos Grandi (2008), a mudança no perfil socioeconômico e cultural dos trabalhadores, as inovações embutidas nos materiais — simplificando o serviço —, além da cessação da exigência da qualificação artística, característica da construção civil do início século, são alguns dos fatores desencadeadores da desvalorização da mão de obra.

Após a década de 1970, o peso dos trabalhadores migrantes aumenta ainda mais e com uma particularidade: a componente fundamental de migração era a expulsão do campo mais que a atração da cidade. Esta condição é importante porque diz sobre o sentimento de desamparo com o qual, certamente, estes trabalhadores aportaram nos grandes centros.

Atualmente, esse componente migratório tem muito menos significado na composição do operariado. No entanto, as más condições e a desvalorização dos trabalhadores persistem. Por isso, ao analisar o perfil da mão de obra da construção civil hoje, Antônio de Pádua Nunes Tomasi (1999) destaca a rejeição de jovens em tê-la como opção de entrada no mercado de trabalho, condição distinta do que ocorria há algumas décadas atrás. A construção civil, durante algum tempo, significou a porta de entrada quase natural para jovens com pouca escolaridade oriundos da zona rural, “acostumados ao serviço pesado”. Duas mudanças são percebidas: a diminuição do fator migratório e o aumento da escolaridade. Hoje, os jovens da periferia das grandes cidades estão menos habituados ao trabalho braçal, pesado. Além disso, outras oportunidades de inserção no mercado de trabalho estão sendo disponibilizadas, por exemplo, pela ampliação do setor de serviços. Não se trata do desaparecimento da figura de outrora: migrante, sem escolarização e que vê a construção como oportunidade única.

Nesse ponto, é necessária uma consideração também enfatizada tanto por Tomasi (1999) quanto por Grandi (2008): a baixa escolarização não significa falta de qualificação. Nem tampouco a natureza do trabalho — “sujo”, pesado, arriscado — implica simplicidade. A dureza do trabalho parece ter escondido sua complexidade. Todavia,

tarefas minuciosas e que demandam improvisações e criatividade não puderam ser suplantadas por racionalizações técnicas e usos de maquinários:

[...] medidas precisas, alguns cálculos, uso de prumos, níveis, esquadros, réguas. Há, ainda, procedimentos que prescindem da longa experiência do trabalhador: identificação de problemas invisíveis ao observador inexperiente, "modus operandus" inovadores, relacionamentos com o coletivo de trabalho, gestão dos trabalhos, etc. (TOMASI, 1999, p. 28).

O autor diz ainda do caráter artesanal, dependente de habilidades manuais, de algumas das atividades desenvolvidas no canteiro de obras. A experiência é altamente valorizada, portanto. Os oficiais experientes podem antever problemas nas variadas situações do cotidiano da obra e atuar para que não ocorram.

Aprendendo na obra. Esta foi a resposta de um dos operários quando indaguei sobre como se forma um pedreiro ou armador ou carpinteiro. A obra é uma escola. E existe mesmo quase uma rejeição às escolas formais que se propõem a transformar em oficiais trabalhadores sem nenhuma experiência. Considera-se aceitável, no máximo, um curso de aperfeiçoamento, para quem já sabe trabalhar. Os conhecimentos são passados de pai para filho ou a partir do convívio com profissionais experientes. “Por vezes, [o iniciante, geralmente na função de servente] será obrigado a "roubar" o conhecimento do outro num trabalho de observação atenta. Com o tempo chegará a sua vez de, também, passar o seu conhecimento” (TOMASI, 1999, p. 29). O saber-fazer adquiriu um alto grau de valorização em detrimento do saber ensinado nas escolas formais. Essa dinâmica moldou uma mão de obra que, embora com baixa escolaridade, se reproduz nos canteiros numa espécie de “qualificação de canteiro”, esta sim, altamente valorizada.

O nível de escolarização aumentou, nas últimas décadas. Isto contribuiu para fazer surgir um jovem trabalhador mais escolarizado (Tabela 3). Não são mais imigrantes do campo e sim moradores da periferia das cidades. E mesmo quando alguns poucos têm no campo sua origem, não trazem a bagagem de antes porque o trabalho lá também mudou com o aumento da mecanização. Antonio de Pádua Nunes Tomasi (1999) cita ainda as mudanças nos valores dos jovens que se veem atraídos por outras áreas de trabalhos que não a da construção. Esses são alguns processos dos quais decorre um menor grau de qualificação ou de “disposição qualificadora” ao trabalho na construção civil.

A composição étnico-racial é também importante para a conformação de uma imagem identitária dos operários, uma vez que diz sobre processos discriminatórios que reforçam o lugar de subalternidade já detectado em função da desvalorização da ocupação profissional. Segundo dados do IBGE, em 2009, cerca de 60% dos trabalhadores da construção civil eram pretos ou pardos.

Tabela 3

ESTOQUE* DE TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO CIVIL SEGUNDO GRAU DE INSTRUÇÃO EM MINAS GERAIS EM 2010, 2009 E 2008

| Grau de Instrução | 2010 | 2009 | 2008 |
|--------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Analfabeto | 2.607 | 2.615 | 2.715 |
| Fund. incompleto | 136.093 | 127.444 | 125.121 |
| Fund. completo | 64.714 | 57.715 | 54.587 |
| Médio incompleto | 26.966 | 22.262 | 19.438 |
| Médio completo | 72.390 | 58.367 | 49.106 |
| Superior incompleto | 5.120 | 4.322 | 3.757 |
| Superior completo | 12.183 | 10.404 | 9.343 |
| Total** | 320.184 | 283.216 | 264.113 |

Fonte: RAIS, 2010, 2009, 2008 – MTE

(*) De acordo com nova Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE 2.0 IBGE de novembro / 2006

(**) Total incluindo mestres e doutores

3.3. Sujeitos “de baixo”

Apesar de admitir que a gestação do novo seja frequentemente imperceptível aos contemporâneos, Milton Santos (2000) entende a globalização como algo novo do período em curso. As condições da presença planetária das técnicas mudaram radicalmente. E a própria qualidade das técnicas, que o mesmo autor chama “técnica informacional”, é igualmente inédita.

Entretanto, o impacto da globalização não se dá homogeneamente, nem em extensão nem em profundidade. A maior parte da humanidade tem sua existência influenciada pela vida econômica, cultural, pelas relações interpessoais ou pela subjetividade (SANTOS, M., 2000). O autor identifica obstáculos personificados na diversidade de pessoas e de lugares que impedem que os indivíduos sejam atingidos igualmente pelos efeitos da globalização.

A cultura popular é vista por Milton Santos como um dos campos em que resistências à imposição da globalização hegemônica podem ser observadas. O autor se vale de um esquema em que demonstra a influência de uma cultura de massas ávida por sobrepor-se à cultura popular que, em contra partida e felizmente, revida às investidas que sofre. O que é denominado “cultura de massas” resulta da expansão de instrumentos do reino do mercado e origina-se ao mesmo tempo em que realimenta a globalização econômica, financeira, técnica e cultural.

A cultura popular encontra nos “lugares” a sua força e estrategicamente se difunde utilizando-se de meios que são originalmente próprios da cultura de massas. Todavia, o conteúdo difundido baseia-se na cultura local e herdada. Nesse movimento, dispõe do discurso “dos de baixo” “[...] pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos por meio da exaltação da vida de todos os dias” (SANTOS, M., 2001, p. 144). A “cultura popular” revela, assim, o que Milton Santos (2001, p. 144) chama de “regionalismos universalistas”: “[...] forma de expressão que associa a

espontaneidade própria à ingenuidade popular à busca de um discurso universal, que acaba por ser um alimento da política”.

A escassez é considerada central. Os “de baixo” não dispõem dos meios materiais para acessar plenamente a “cultura de massas”. Sua cultura é baseada no território, no trabalho e no cotidiano e é capaz de deformar, ali, a influência da “cultura de massas”. É significativa para “os de baixo” a experiência da escassez, a experiência da convivência e da solidariedade. Milton Santos explica a firmeza dessa cultura:

[...] realiza-se segundo níveis mais baixos de técnica, de capital e de organização, daí suas formas típicas de criação. Isto seria, aparentemente, uma fraqueza, mas na realidade é uma força, que já se realiza, desse modo, uma integração orgânica com o território dos pobres e seu conteúdo humano. Daí a expressividade dos seus símbolos, manifestados na fala, na música e na riqueza das formas de intercurso e solidariedade entre as pessoas (SANTOS, M., 2001, p. 145).

A cultura de massas produz símbolos, mas estes, a serviço do mercado, são fixos ou são substituídos rapidamente para não parecerem envelhecidos. Diante do movimento da sociedade, já nascem como cadáveres. Nesse ponto, Milton Santos (2001, p. 145) caracteriza a cultura popular: “[...] os símbolos dos “de baixo”, produtos da cultura popular, são portadores da verdade da existência e reveladores do próprio movimento da sociedade” são preenchidos com o mundo.

Um dos pressupostos sobre os quais nos apoiamos neste trabalho refere-se à possibilidade de pensarmos o operário da construção civil como um sujeito “de baixo”. E, a partir de então, tê-lo como um sujeito da “cultura popular”, construtor de estratégias e saberes nascidos do cotidiano e com suas experiências com a escassez e com a solidariedade.

Aqui, o operário da construção civil se conecta com outros sujeitos “de baixo”. Milton Santos (2001) nos presta grande auxílio ao indicar possibilidades de ampliação do alcance das interpretações destes sujeitos, na medida em que fornece pistas para identificar convergências de experiências entre eles e outros “de baixo”: experiências limitadoras do acesso à “cultura de massas”, experiências com a escassez, de convivência e de solidariedade, de baixos níveis de técnica, de capital e de organização — o que os confere especificidades criativas e integra-os organicamente aos seus territórios.

Imaginamos convergências na associação da espontaneidade e da ingenuidade própria dos subalternizados na busca de um discurso universal — que se globalize contra-hegemonicamente e permita interlocução entre os “lugares” e que balize uma nova política e uma nova configuração democrática.

A experiência desse sujeito “de baixo” com a cidade o torna especial para recriá-la, ou para que se conheça a sua “experiência desperdiçada”, a partir de suas “simbologias portadoras da verdade da existência”. Seu saber sobre este objeto deveria dialogar com o conhecimento da ciência, que parece afastar-se da existência dos sujeitos da “cultura popular” e, assim, esvaziar-se de mundo.

3.4. Critérios e caminhos de pesquisa

Escrevo aqui sobre as memórias da pesquisa, os percursos, as angústias, os caminhos encontrados e os não encontrados desde os primeiros passos. Exponho as dificuldades metodológicas, as limitações impostas pelo tempo e as razões de algumas escolhas.

A partir da definição de que trabalharia com os operários da construção civil, era preciso pensar nos encontros para as conversas e entrevistas. O PROGEST (Programa de Estudos em Engenharia, Sociedade e Tecnologia), que funciona no CEFET *campus* II em Belo Horizonte, nos foi apresentado como opção. O PROGEST é um Programa de extensão do curso de engenharia civil do CEFET que oferta cursos de aperfeiçoamento a trabalhadores da construção civil. Entendi que poderia utilizar este espaço para encaminhar as pesquisas de campo. Contudo, após três ou quatro visitas, apesar de conversar algumas vezes com alguns operários, percebi que naquele espaço seria difícil realizar uma conversa mais prolongada e profunda. Os horários eram apertados e alguns poucos bate-papos que aconteceram limitavam-se ao horário do intervalo para o lanche, de aproximadamente vinte minutos. Outro espaço de encontro com os operários seria necessário. A visita aos canteiros de obra surge, então, como uma opção óbvia que se revela muito mais rica e acessível que pude inicialmente imaginar.

Não pude realizar um grande número de entrevistas, uma vez que, para aproximar de cada operário, um tempo de ambientação para o estabelecimento de uma interação menos formal seria necessário. Entendi que, para que a expressão sobre as experiências se desse de forma mais rica, seria necessário um diálogo descontraído, o que não se consegue rapidamente. Sendo assim, várias visitas aos canteiros de obra, antes de uma entrevista, foram imprescindíveis para o estabelecimento dessa relação minimamente próxima. Esclareço que, por questões éticas, os objetivos da minha presença e os termos da pesquisa sempre foram ditos e repetidos.

As visitas às obras serviram para um maior conhecimento do “dia no canteiro”: da hora do café, em que vários operários comparecem ao portão da obra onde geralmente um vendedor de salgados, bolos, leite se faz presente e oferece os quitutes para serem pagos na sexta-feira, dia do acerto semanal; do jogo de baralho no intervalo do almoço; ou ainda, da curiosa expectativa gerada pelo dia de concretagem da laje. Nesse dia, a obra ganha um clima diferente. É possível que esteja relacionado com a grande carga de trabalho requerida por este momento, que, em algumas obras, é recompensada pela redução da jornada: logo a laje fica pronta, os operários são liberados. Algumas vezes, o momento livre após a concretagem é utilizado para confraternizações regadas à cerveja, cachaça e churrasco. Na concretagem o operário pode mostrar o seu “valor”; o trabalhador se apresenta firme e disposto a encarar este momento de grande desprendimento de energia. Este “valor” é muito significativo entre os operários. O “morcego” não é benquisto porque parte de seu trabalho acaba tendo de ser realizado pelo outro. Percebe-se que algumas verbalizações, sentidos e significados são mais bem compreendidos a partir dos conhecimentos apreendidos com a observação.

Busquei os operários que se mostraram dispostos a dialogar. Alguns não responderam positivamente às “puxadas de conversas”. Mas a maioria gosta de conversar. Em alguns momentos fico constrangido por imaginar que poderia estar atrapalhando o desenvolvimento do serviço. Nesses momentos, interrompia cuidadosamente a conversa e, algumas vezes, optei por ir embora. Nas três obras que “frequentei”, de abril a outubro de 2011, fui recebido com presteza e disposição pelos mestres de obra e não poderia significar um empecilho ao desenvolvimento “natural” das atividades. Por isso, havia a preocupação de dosar o tempo de conversa com os operários. Quanto à observação, tentava agir com discrição e, nesse caso, entendia que não causava problemas em ficar na obra por um tempo maior: três ou quatro horas, como aconteceu algumas vezes. No início, causava estranhamento e alguns operários demonstravam não entender a minha presença na obra. Quando era oportuno, esclarecia. Depois de algum tempo, pareciam não se importar tanto e me ignoravam.

Esses breves diálogos foram importantes fontes de dados. Os registros desses momentos eram procedidos tão logo fosse possível, para evitar perdas. Outra importante fonte de dados foram as entrevistas gravadas em aparelho digital e posteriormente

transcritas. As cópias das transcrições foram entregues aos operários para que pudessem lê-las. Esclareci que eles poderiam solicitar que eu retirasse trechos caso os considerassem, por alguma razão, inapropriados ou incorretos. O primeiro nome do operário foi citado na transcrição das entrevistas, por considerar que não possibilitam a sua identificação, uma vez que não cito endereço das obras — há menção apenas aos bairros.

Algumas entrevistas acontecem no próprio canteiro de obras. O Sr. Airton, por exemplo, demonstrou disponibilidade para as conversas e duas entrevistas aconteceram numa obra do bairro Castelo. Outra entrevista acontece enquanto acompanho o Sr. Zezinho desde uma obra no bairro Santa Terezinha até sua casa no Barreiro. Solicitei que a entrevista fosse assim, por que diferente do Sr. Airton, o Sr. Zezinho não parecia dispor de tempo para a entrevista na obra. Afora isto, imaginei que a experiência do trajeto poderia explicitar situações do deslocamento que não apareceriam na fala. A entrevista com o Sr. Anelício acontece em uma obra no bairro Castelo. Aproveitei um dia de confraternização, depois da concretagem de uma laje, para conversar com o operário mais demoradamente e com o registro no gravador.

3.5. Procedimentos metodológicos e a escolha dos sujeitos da pesquisa

O recolhimento dos dados da pesquisa foi através de:

- a) Entrevista não estruturada²⁸.
- b) Observação e diálogos breves com os operários no canteiro de obras;
- c) “Fotografias da cidade²⁹” feitas por um operário e conversa gravada em áudio sobre essas fotografias;
- d) Acompanhamento do trajeto do trabalho à casa de um operário e entrevista gravada em áudio durante o deslocamento.

Optei por definir *a posteriori*, após reunir os dados de pesquisa, como tratar metodologicamente os relatos. Que esforço de reflexão melhor se adequaria ao objetivo de apreensão da leitura de cidade presente nos diálogos. Penso nesse caminho como uma estratégia de abertura ao aleatório, como um exercício de “(des) enquadramento” dos horizontes da pesquisa, uma espécie de convite ao inesperado.

Uma estruturação da conversa com os operários ou roteiro com temas a serem abordados foi preparado. Ainda que essa estrutura fosse flexível e permitisse, ou até mesmo desejasse, ser transgredida, era preciso clareza acerca dos rumos mais propícios ao aparecimento da cidade interpretada na fala dos operários. Temas como a chegada na cidade, as motivações e expectativas em relação à cidade, o deslocamento na cidade, a relação com o outro, o trabalho e a paisagem da cidade guiaram as conversas e serviram de ponte para que os operários dissessem sobre suas experiências na cidade.

²⁸ “Entrevista na qual o entrevistador apóia-se em um ou vários temas e talvez em algumas perguntas iniciais, previstas antecipadamente, para improvisar em seguida suas outras perguntas em função de suas intenções e das respostas obtidas de seu interlocutor” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 190).

²⁹ Consistiu em solicitar que um operário fizesse *fotos da cidade*: a ideia genérica foi propositalmente objetivando direcionar o menos possível. Disse apenas que fizesse fotos da cidade sobre as quais conversaríamos posteriormente.

A escolha dos operários com disposição para o diálogo e aptidão para expressar e refletir junto a um pesquisador e “estranho”, acerca das próprias experiências, ocorre ao longo das próprias conversas. Explorei mais as conversas com os sujeitos que preenchiem os requisitos pensados de antemão, conforme dito anteriormente. Com alguns, conversei mais de uma vez. Essa fórmula (conversa – reflexão – conversa) representou uma oportunidade de aprofundamento, esclarecimento, discussão de novas questões ou mesmo um (re) ordenamento do roteiro a partir das sinalizações do interlocutor.

3.5.1. O campo: entrevistas e observações

Cabe discorrer sobre a natureza das entrevistas e observações utilizadas como instrumentos de coleta de dados da pesquisa.

A observação é valorizada no campo das pesquisas qualitativas. Apresenta alguns limites e dificuldades, a exemplo dos outros instrumentos de coleta de dados. A exigência de muitas horas de dedicação e a inevitável perda de eventos que ocorrem fora do período em que a observação está sendo executada são exemplos. Por isso é importante que a observação seja combinada à outra forma de coleta de dados. A alta dose de interpretação por parte do observador é apontada como outra limitação por Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1998). Defendo, ao longo desta pesquisa, que a interferência e interpretação são inevitáveis: o pesquisador é também um “sujeito-objeto”. A observação, por outro lado, pode ajudar a identificar “[...] comportamentos não-intencionais ou inconscientes e explorar tópicos que os informantes não se sentem a vontade para discutir. [Ou ainda], permite o registro do comportamento em seu contexto temporal-espacial” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZAJDER, 1998, p. 164). Podemos acrescentar que a observação permite o acesso a informações que o sujeito talvez julgue não ter importância e, por isso, jamais apareceria em sua fala. Laville e Dionne (1997) fazem um alerta sobre a presença do pesquisador: mesmo que a observação seja pouco ou não estruturada, não se trata de uma contemplação sem objetivo. Há invariavelmente

um guia: “[...] o pesquisador não está sem segundas intenções ainda que queira evitar os *a priori*” (LAVILLE; DIONNE, 1997, p. 178).

As entrevistas foram outra fonte de dados. Dentre as modalidades de entrevistas de pesquisas, talvez a que mais se assemelha a que utilizamos seja a *entrevista não estruturada*. Em alguns momentos, a “conversa” toma a face mesmo de um *testemunho*, permitindo a exploração dos conhecimentos, das representações, crenças, valores, opiniões, sentimentos, esperanças, desejos e expectativas.

Elegi certo número de temas sobre os quais o entrevistado pudesse discorrer, traduzindo conhecimentos, sentimentos e experiências. Para cada tema havia uma pergunta inicial para “[...] logo seguir o interlocutor em seu terreno, improvisando então em suas intervenções em função do desenrolar das interações” (LAVILLE; DIONNE, 1997, p. 189).

Nessa perspectiva, o entrevistado fala tanto em nome daqueles que representa como em seu próprio nome. A qualidade da interação é fundamental, daí a necessidade de certo tempo para aproximação com os sujeitos da pesquisa. Como em outras modalidades de entrevista, foi preciso atenção às linguagens que extrapolam a verbalização. Marília N. da Mata Machado (1991) lembra que o corpo fala através dos olhares, dos ruídos vocais — o coçar da garganta, dos movimentos, das pausas para pensar ou dos gestos. Todos são atos que carregam marcas das ritualizações adquiridas ao longo da vida e que têm papel comunicativo: “Primeiro, olhamos simplesmente para ver; depois vemos os outros olhando, vemos que somos vistos olhando, e logo aprendemos a reconhecer com segurança os usos do olhar” (MACHADO, 1991, p. 49).

As limitações da entrevista não estruturada remetem principalmente às supostas dificuldades relacionadas à sua validade científica. Marília N. da Mata Machado (1991) diz das tendenciosidades e distorções relacionadas ao entrevistador, cuja redução seria difícil. Os procedimentos também seriam difíceis de serem comparados e repetidos, além do descontrole das variáveis, assinalado por Blanchet (1991).

Poderíamos contrapor a essas críticas reafirmando a inevitabilidade das interferências do pesquisador, já anteriormente discutidas. As limitações citadas inserem-se no bojo da inadequada tentativa de transposição dos métodos das ciências da natureza para as ciências sociais. Michel Thiollent (1994) enfatiza que, na pesquisa social, os

fenômenos não possuem o caráter de perfeita repetitividade, como no caso de fatos mecânicos, e o pesquisador nunca é neutro no campo observado. Portanto, a entrevista não estruturada, baseada na fundamentação argumentativa e na validade das experiências dos sujeitos como caminhos para produção de conhecimentos, ou ainda por não priorizarem os processos quantificáveis, não assumem, por si só, condição de menos científicas. Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1998) completam ainda: “A visão de uma ciência objetiva, neutra, a - histórica, capaz de formular leis gerais sobre o funcionamento da natureza, leis estas cujo valor de verdade seria garantido pela aplicação criteriosa do método já não se sustenta” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZAJDER, 1998, p. 109).

3.5.2. Processos de apreensão da cidade no discurso dos operários

Utilizo alguns elementos da *análise do discurso* para proceder às reflexões nas quais problematizo os sentidos da cidade presente nos relatos dos operários. Entretanto, não é preocupação a observação “religiosa” dos princípios dessa técnica. Temos concordância sobre algumas de suas proposições acerca das interações sobre o papel e participação do pesquisador na construção dos dados da pesquisa e sobre a suposta neutralidade deste nos processos de produção do conhecimento. Não há fórmulas estanques de utilização da análise do discurso. É comum alguma dificuldade quanto à objetivação do tratamento dos dados, sendo este precisamente um dos “nós” vivenciados nesta pesquisa.

Consideramos como discurso toda produção de linguagem, sendo que esta não se constitui apenas como meio de comunicação, mas também como lugar de conflitos e de manifestação de ideologias, constituintes dos processos sociohistóricos. Os discursos não podem ser pensados fora da sociedade nem de suas condições de produção social.

As diversas modalidades de análise do discurso se caracterizam por apresentarem questionamentos acerca das concepções fechadas e prontas sobre o mundo e sobre a produção de conhecimentos. Nessa perspectiva, o mundo seria uma construção social e

não um conjunto de descobertas científicas. Décio Rocha e Bruno Deusdará (2005) entendem que a análise do discurso é parte das sucessivas transformações na forma de produção de conhecimento, não como uma mera substituição de perspectivas anteriores, mas como mais uma visão que vem participar do debate. Segundo os autores, o “gesto inaugural” da chamada análise do discurso foi construído com o sentido da necessidade de “[...] um outro olhar sobre as práticas languageiras” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 305).
A análise do discurso

[...] pretende não instituir uma “nova lingüística”, mas consolidar uma alternativa de análise, mesmo que marginal, à perspectiva “tradicional”. Um alargamento teórico, uma possibilidade outra, originada de um olhar diferenciado que se lança sobre as práticas languageiras. (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 308)

A análise do discurso mostra-se adequada aos objetivos desta pesquisa, uma vez que admite, no discurso, uma possibilidade de intervenção na realidade e o tem como forma de “[...] construção de saberes sobre o real, algo que exige diálogo com outras perspectivas, configurando uma iniciativa interdisciplinar” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 320). Corroborando com os pressupostos teórico-conceituais aqui defendidos, importa também o entendimento de que o pesquisador é co-construtor dos sentidos num determinado campo de pesquisa. Difere da concepção, arraigada na tradição iluminista, de que é possível “recolher” ou fazer emergir das profundezas do discurso uma verdade científica, conseguida a custo do apagamento do pesquisador. Estariam implicadas a essa visão duas crenças ingênuas baseadas na existência de *uma verdade* esperando ser *descoberta*:

[...] a primeira consiste em crer na existência de uma realidade completamente independente de nosso modo de acesso a ela; a segunda, em crer que há um tipo de acesso privilegiado que nos conduziria, graças a uma busca constante de objetividade, à realidade tal como ela verdadeiramente existiria. Em suma, essas duas crenças pressupõem a existência de uma verdade em si na realidade, uma verdade que [...] implicaria um campo de conhecimentos com um discurso neutro capaz de revelar essa verdade. (SILVA, R. N. da, 2005, p. 16 *apud* ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 316)

As respostas obtidas no campo de pesquisa são encaradas não como uma “descoberta”, mas como o resultado de um modo de abordagem ao problema:

[as respostas], não podem se descolar das situações de enunciação em que se produzem, os enunciados se constituem como lugar por excelência de embates que nos levam a produção de imagens discursivas de diferentes ordens, sendo o discurso o palco em que tais embates são encenados. (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 317)

O discurso aqui é entendido como espaço de articulação entre linguagem e sociedade e, conforme assinalam Rocha e Deusdará (2005), o pesquisador não descobre uma dimensão oculta— quer sociológica ou psicológica —, mas participa de uma intervenção sobre o social, participa da articulação num determinado contexto social, qual seja o da pesquisa.

3.6. Procedimentos de interpretação

Definidos tais caminhos, o passo seguinte foram as repetidas leituras, avanços e recuos, em busca de sentidos no conjunto dos dados. Trabalho espinhoso, repleto de dúvidas. Envolveu priorização e seleção de ideias recorrentes ou mesmo das que, embora não tenham aparecido na fala de todos, indicavam possibilidades de ação exploratória, vislumbrando o levante de questões novas e relevantes acerca da cidade. Aqui, identifico a participação do pesquisador enquanto sujeito-objeto da pesquisa, conforme assinalam Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998), construindo os dados e buscando a produção de novos saberes a partir de luz lançada pelos entrevistados.

Transcrevo as entrevistas mantendo marcas de oralidade, entendendo que estas dão “dinâmica e movimento” às falas quando transcritas, ao passo que a utilização da “norma culta” descaracterizaria as especificidades das falas daqueles sujeitos. Procuo utilizar muitos trechos das falas dos operários, como tentativa de fazê-los presentes através de suas expressões, ordenação de pensamentos, gírias, seu linguajar.

CAPÍTULO 4

SOBRE A CIDADE INTERPRETADA POR TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Eu saí de um lugar onde eu andava a pé pra todos os lugares que eu queria. Fui criado correndo no meio do mato, pisando em cobra, rato, preá, coelho, codorna, perdiz, essas coisas; e, de repente, eu chego num lugar onde não tinha nada disso, onde tudo isso aí eu tinha de pagar para ter... aquilo pra gente é um susto. (Sr. Airton, 09/04/2011)

4.1. O trabalho escreve a cidade

Percebi que muitos deles são chamados por apelidos: Baiano, Neguinho, Tonho, Véio, Barrerito, além do encarregado, o Sr. Zezinho. Hoje parecia ser dia de pagamento ou adiantamento de salário. Em alguns momentos, em rodas de dois ou três, comentavam: *será que hoje sai?* Por volta das 16 horas, o Sr. Zezinho chama Barrerito que logo espalha a boa notícia. O riso estampa o rosto de todos e tudo parece ficar mais engraçado. Mesmo com o rosto e olhos vermelhos, castigados pelas horas de exposição ao forte sol da tarde, as gargalhadas são fáceis e abafam as marteladas no madeirite do andaime e o estalar das colheres nos tijolos. “Não adianta fazer sacanagem com o véio não (referindo-se ao Sr. Zezinho), ele é gente boa demais”, comenta Baiano. (Anotações de campo, 09/08/2011)

Como sugestão implícita nas experiências relatadas, tomaremos o trabalho como caminho para pensarmos a cidade. As inúmeras recorrências ao trabalho para dizer da cidade revelam a centralidade desta “atividade” na vida destes sujeitos. Parece significar não apenas a “atividade” garantidora da própria sobrevivência, mas uma das maneiras de experimentar a vida. O trabalho parece transpassar diversos âmbitos das experiências na cidade. Instala-se e confunde-se com a vida, revelando os dramas do *uso de si* (CUNHA, 2009).

“Transitaremos” pela cidade interpretada pelos operários, escrevendo-a, tendo como guia a centralidade do trabalho revelada nas experiências destes sujeitos. Destacaremos a “cidade turbulenta”, termo utilizado por um dos operários para referir-se ao desassossego e percalços inerentes à vida na “cidade grande”: deslocamento, isolamento/individualização, medo. A “cidade como obra” enfatizará as experiências relacionadas ao seu “valor de uso”, ressaltando o que se assemelha à “festa” assinalada

por Henri Lefebvre. A “cidade como lugar do trabalho” inscreve-se nas anteriores e as alimentam ao mesmo tempo em que nos sugere a necessidade de alteração nos caminhos da reflexão sobre a importância desta “atividade” para se pensar a cidade.

Ao assumir lugar central nas nossas considerações, a ideia da cidade como lugar do trabalho nos impulsiona a avançar na exploração do significado do *trabalho* enquanto um fenômeno social multidimensional. Sob este prisma, o lugar do “fato trabalho” na vida dos sujeitos parece concorrer para a formulação da própria cidade. Voltaremos a esta consideração.

4.2. Cidade turbulenta

Aqui não existia viaduto. Cada cruzamento dava acidente direto. Depois, acharam que não estava bom, fizeram uma rotatória. Piorou: eles tiraram a rotatória, tornaram a ligar a pista e colocaram guarda, depois colocaram semáforo: aí que os acidentes dobraram. (Sr. Zezinho, 26/08/2011)

Turbulência é intranquilidade e agitação. Opõe-se à serenidade e pode mesmo ser empecilho à dignidade. A turbulência na cidade certamente liga-se a uma gama de fatores. Focaremos os que estão implicados com as ações cotidianas do universo do trabalho. O desassossego do andar pela cidade, quase sempre subordinado aos tempos caóticos do trânsito, a mediação onipresente do dinheiro a ditar os termos das relações e a pressionar os níveis de exploração, o “isolamento na multidão” a constranger o encontro: assim, a cidade mostra-se turbulenta nas experiências dos operários na cidade.

A chegada à cidade e os primeiros contatos com sua realidade é descrito como “um susto”. Um misto de expectativa e mistério que passa a assombro. Os operários que migraram da zona rural, e focaram na cidade as esperanças de melhor vida, sentem-se amedrontados e alguns desejam retornar rapidamente.

Quando eu cheguei aqui, a primeira coisa que veio na minha cabeça: vou voltar pra trás, não fico aqui. E realmente voltei. Eu voltei e fiquei ainda uns dez meses lá. O que me fez voltar de novo pra cá? Emprego, que lá eu não tinha. Jeito de sobreviver, que lá eu não tinha. (Sr. Zezinho, 26/08/2011)

A cidade é lugar do desconhecido, é misteriosa. Desembarcar na cidade é um risco. O Sr. Zezinho não chegou de vez, pois foi necessária uma nova pressão por trabalho que lhe pareceu impossível de ser remediada longe de uma grande cidade, para que ele percebesse — e resolvesse — que os riscos teriam mesmo que ser enfrentados. O receio da cidade representa, entre outros fatores, o medo de que as expectativas de uma vida melhor sejam frustradas e tem causa, ainda, na fama dos cidadãos, *desassossegados e sem tempo de dar um bom dia* (Sr. Airton, 09/04/2011).

A turbulência apresenta-se no andar pela cidade e nas barreiras impostas ao ir e vir. As grandes distâncias a cobrir entre a casa e o trabalho provocam desgastes e revelam, nos trajetos, quase outra jornada de trabalho.

São seis viagens, seis ônibus. Três de manhã, três à tarde. Agora você multiplica por cinco e são trinta viagens por semana; agora você pega essas trinta viagens e multiplica por quanto, hem? Vai parar onde? Esse horário aqui, você está vendo? Não tem nenhuma pessoa [o ponto de ônibus estava relativamente cheio]. Às seis horas da tarde, esse ponto enche tanto que você... Os ônibus vêm, param aqui e você não consegue nem chegar na porta. [...] Meu amigo, para você ir em pé, você tem que disputar no tapa, é na pancada. Eu falo assim: é a mesma coisa quando vai cobrar escanteio e fica todo mundo na grande área, fazendo de tudo pra cabecear. (Sr. Zezinho, 26/08/2011)

O deslocamento casa-trabalho consome boa parte do tempo do Sr. Zezinho e pode representar a realidade de parte dos habitantes da cidade. Destaca-se, ainda, o desejo de estar em casa. O que a casa significa? Representaria uma fuga momentânea da cidade turbulenta? O trajeto, as distâncias, os tempos, as variáveis que poderiam causar atrasos: tudo é milimetricamente calculado para se estar em casa o quanto antes. Acompanhei o Sr. Zezinho durante o retorno à sua casa depois do trabalho. As repetidas falas sobre o trânsito demonstram a preocupação sobre o tempo que seria gasto na viagem, além de demonstrarem uma boa atenção e memória acerca dos detalhes que poderiam interferir.

Porque nos dias normais, veja bem, essa hora aqui eu estou largando serviço; eu saio cinco e meia, chego aqui seis horas no Del-Rey, aí geralmente eu pego esse aqui seis e dez, seis e quinze. Aí não vou nesse, ele pega pela marginal. [...] Agora tem o direto que passa por lá. Hoje eu vim de parador, porque o direto, essa hora, não tem lugar de sentar mais, [...] se o trânsito estiver bom ele gasta, ali do Shopping Del Rey até a Vilma, na Cidade Industrial, doze minutos. (Sr. Zezinho, 26/08/11)

Ao falar sobre uma de suas fotos, o Sr. Airton expressa com poucas palavras o peso do deslocamento entre a casa e o trabalho:

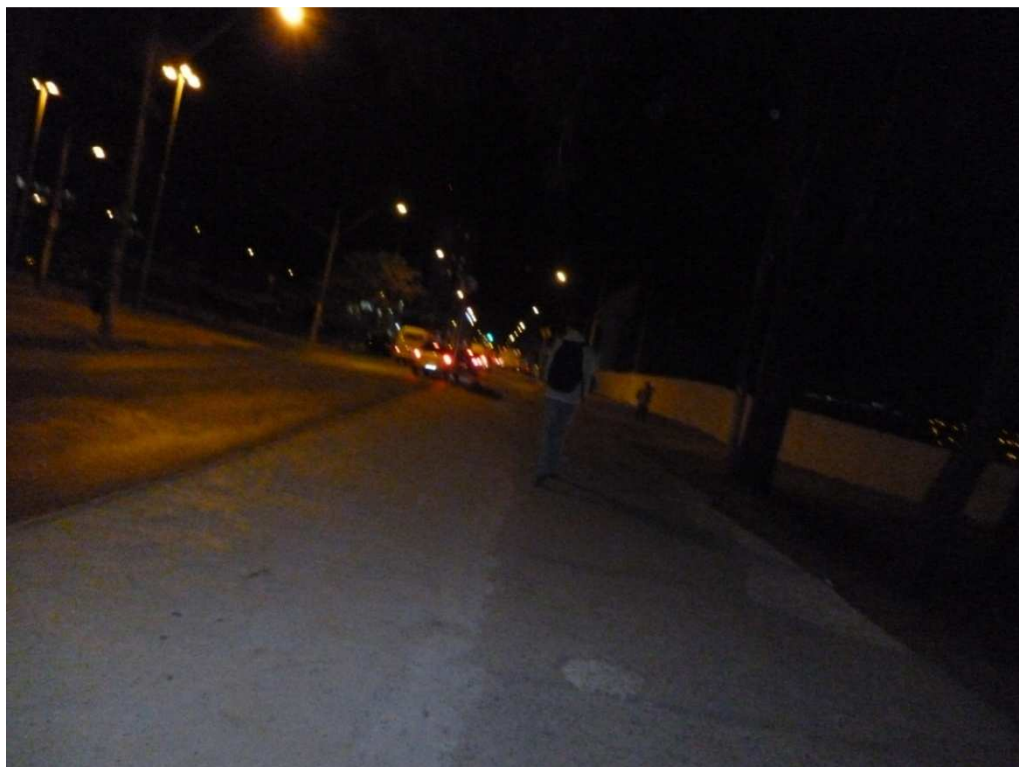


Foto: Sr. Airton

Essa é a hora que eu chego do trabalho. (Sr. Airton, 26/10/2011)

Embora a cidade seja numerosa em habitantes, há insistentes referências sobre a sensação de isolamento. A “correria do dia-a-dia” seria uma necessidade imposta pelo trabalho esgotando o tempo livre, tempo de não-trabalho. O tempo de vida restante, quando subtraído o gasto com o trabalho — incluindo o deslocamento —, é absurdamente curto e dificulta um maior contato com os vizinhos mais próximos ou mesmo com parentes. Como resultado, tem-se o baixo acesso a determinadas programações da cidade. Poderíamos pensar, ainda, no isolamento provocado pelas limitações econômicas. Estes fatores da “turbulência” minariam os encontros, impondo uma vida individualizada na cidade.

Eu não sou um cara de sentar na rua. Primeiro que eu não tenho tempo. Segundo, não gosto, nunca gostei, muito difícil eu conversar com o vizinho. Eu sou ocupado, meu vizinho de frente é mais ocupado que eu, meu vizinho de lado também é... (Sr. Zezinho, 26/08/2011)

Pra você ter uma idéia, eu tenho uns parentes que moram pro lado de Venda Nova, tenho uns parentes que moram pro lado de Ibirité, tenho um pessoal em Pedro Leopoldo; agora, eu tenho tempo de visitá-los? Não tenho. O tempo é muito curto. O dia que dá pra mim, não dá pra eles. Às vezes, estou de folga, eles estão trabalhando. É isso que deixa o caboclo assombrado. (Sr. Airton, 09/04/2011)

A individualidade, na visão de um dos operários, pode ser observada também em algumas intervenções corriqueiras na paisagem da cidade, mas podem ser interpretadas como resultado de adequações às necessidades pessoais sem maior cuidado com a coletividade. Algumas fotos feitas pelo Sr. Airton exemplificam:



Foto: Sr. Airton.

Olha o tamanho do degrau: ali não é pro cara andar na calçada dele não [risos]. Principalmente deficiente físico e mulher com criança. Está proibido de passar ali, tem que passar no meio da rua, você tem que dividir o espaço com os carros, porque a calçada dele não dá espaço pra você passar. (Sr. Airton, 26/10/2011)



Foto: Sr. Airton.

Ele não está pensando no coletivo não. Aí ele pensa só nele, quer dizer, esse aqui resolveu o problema da garagem dele, isso aqui é a garagem dele... (Sr. Airton, 26/10/11)

A atomização dos habitantes incide nas práticas socioespaciais, seja através de suas intervenções na morfologia da cidade seja no esvaziamento das relações e exacerbação da individualidade.

Além do grande tempo tomado pelo trabalho, certa “dinâmica” da cidade grande reduziria as ocasiões propícias ao encontro. Ana Fani A. Carlos (2001) lembra que os processos de acumulação capitalista transformaram os comportamentos e os valores. Antigos modos de vida foram dissolvidos. A televisão, por exemplo, substituiu as cadeiras nas calçadas e os videogames substituíram o “outro” na brincadeira. As antigas vendas e as cadernetas deram lugar a supermercados e aos cartões de crédito. Um “problema”, assinalado não apenas por um operário, diz sobre a improbabilidade que se encontre, no movimento espontâneo do dia-a-dia, duas ou mais vezes, a mesma pessoa. Condição essa contrastada com a suposta realidade das zonas rurais. É instigante a forma pensada por um dos operários para que se criassem mais momentos propícios ao encontro.

É muito difícil você cruzar com a pessoa por duas vezes seguidas; às vezes, você vem no horário de ônibus e você não encontra com as mesmas pessoas. Às vezes, eu chego um minuto atrasado e já tenho que pegar o da frente ou o cara chega um minuto atrasado e tem que pegar o da frente, então aquele cara que hoje conversou comigo, amanhã ele já... Nós temos um problema hoje em Belo Horizonte que é crônico: os horários dos ônibus intermediários não batem com os horários de tronco, nenhum... (Sr. Airton, 29/04/2011)

Apenas quem *sente* os efeitos da rarefação dos encontros, nesse momento do cotidiano, poderia pensar numa sincronização de horários entre os ônibus com o objetivo de possibilitar que as mesmas pessoas se vissem mais vezes.

Outro fator é citado como desencadeador do isolamento: a violência. A cautela, possivelmente um de seus efeitos, domina incomodamente o cotidiano e diminui possibilidades de encontro para além do estritamente necessário.

Na cidade grande as pessoas aprenderam a ficar mais seletivas; alguns problemas foram acontecendo e, então, as pessoas foram ficando mais seletivas. Eu, por exemplo, estou chegando agora. Eu chego no bairro, começo a conversar com um com outro e, se eu não tiver um certo cuidado, daqui a pouco as pessoas começam a ... ô, quem é esse cara? Qual é o interesse dele? O quê ele quer? Porque infelizmente, pra te dizer a verdade, o que a gente vê é isso aí: as pessoas não confiam umas nas outras... com o tempo isso foi acabando, foi distanciando.

Infelizmente, o que a cidade grande te oferece é isso. (Sr. Airton, 09/04/2011)

Aqui na cidade grande você desconfia até da sua própria sombra, você tem que andar desconfiado até de sua própria sombra, aqui você não tem conhecimento com ninguém, entendeu? Para você falar que conhece a pessoa, você tem que conhecer mesmo, você tem que ter confiança nele. Eu estou conversando com você aqui, eu te conheço tem quantos dias? (Sr. Zezinho, 26/08/2011)

Outro dia mesmo um cara lá no Barreiro— eu estava até num caldo de mocotó, que eu passo lá de vez em quando, e tomo um caldo — ,começou um papo desagradável, e eu cortei logo. Ele falou assim: o senhor não gosta de brincadeira não? Falei; infelizmente eu não brinco com quem eu não conheço. (Sr. Zezinho, 26/08/2011)

A desconfiança amedronta e restringe os encontros. Nesse sentido, o trabalho também atua de forma importante enquanto instância de reflexão sobre a cidade, ao representar um dos momentos em que se percebe alguma interação.

Falas que indicam desesperança diante da “cidade turbulenta”, contrastam com a memória acerca da expectativa inicial de melhor vida. O desejo de retorno ao romântico passado interiorano transforma-se em sonho adiado permanentemente em função de complexas teias de relações familiares ou do próprio trabalho, construídas ao longo dos anos e que, agora, dificultam o abandono da cidade.

Jamais o pobre, trabalhador aqui, em qualquer cidade grande, pode fazer alguma coisa para melhorar. Ele pode tentar, mas não consegue. Não tem jeito não. (Sr. Zezinho, 26/08/2011)

Assim, a vida às vezes parece suspensa enquanto se aguarda por algo: “A cidade aparece como exterioridade; ela está fora do indivíduo, apontando para uma condição de alienação” (FANI, 2001, p. 33); ou, ainda, como sugere Olgária Matos (*apud* FANI, 2001, P. 33): “No espetáculo da multidão o indivíduo se perde e, para ele, a cidade se torna ora passagem ora vitrine”.

4.3. Conhecer sentindo: experiência como fator de conhecimento

Olgária Matos (1995) diz da experiência de Walter Benjamin, na gelada Moscou, para exemplificar a valência da paixão, da imaginação [das experiências] como fatores de conhecimento da *polis*. Segundo a autora, filósofo da cidade na cidade, Walter Benjamin tem, na sua maneira de viver e de morrer, fator de conhecimento e autoconhecimento dos cidadãos e do filósofo. A cidade é revelada na existência de cada um de seus moradores, continua Olgária Matos. O sujeito do raciocínio não exclui o sujeito de corpo, mãos e sangue, sujeito de sentidos. Sem “[...] imagens de si e do mundo, o Sujeito epistemológico é puro vazio interior, intuído na solidão glacial de si” (MATOS, 1995, p. 18).

Em seu *Diário de Moscou*, Benjamin deixa transparecer que seu objetivo não se resumia a conhecer a cidade, mas também reencontrar a mulher amada. Reside, neste *Diário*, a importância literária do registro do encontro de um homem com a cidade e da tentativa de encontrar-se a si mesmo. Mesmo com Moscou a 25 graus abaixo de zero, Benjamin a sente como se fora uma ensolarada e feliz cidade mediterrânea:

Benjamin anotou em seu diário: “naquela noite, a neve tinha o brilho das estrelas. Eu já tinha visto, em outra ocasião, cristais de neve no capote dela, desses que provavelmente jamais se encontram na Alemanha”. O amor é, à maneira de Platão, a condição do conhecimento. Só quem ama é capaz de perceber uma cidade dessa maneira (MATOS, 1995, p. 24).

Olgária Matos se refere ao amor como forma de conhecimento de Walter Benjamin daquela cidade. Moscou continua gelada e cinzenta, mas Benjamin, tomado pela ardência dos seus sentimentos, a colore e aquece. A sua própria imagem subjetiva se espalha inevitavelmente pela cidade e o filósofo não pode vê-la, senão contaminada pela sua quentura interior.

Ao tratar da inadmissibilidade do sujeito no racionalismo, Olgária Matos toma de empréstimo a conceituação de André Green, para denominá-la como uma espécie de “alucinação negativa”. “Ao ficcionar um sujeito abstrato, o racionalismo não constrói — dissolve-o” (MATOS, 1995, p. 18). Benjamim pinta a cidade com as próprias sombras interiores. Opõe-nas às cores fortes e de dimensão única do iluminismo, cuja imagem é muito mais conceito que interpretação. “Do observador ‘neutro’ passa-se ao observador emotivo, chegando-se a uma antropologia de si mesmo. [...] as emoções não são, como em Descartes, fenômenos de perturbação no conhecimento, mas base empírica de comunicação e intersubjetividade [...]” (MATOS, 1995, p. 23).

A maneira “de viver e de morrer”, como fator de conhecimento para Walter Benjamim, constitui-se numa das formas reveladoras do cotidiano. A existência dos sujeitos, cada qual com os sentidos do próprio drama, mostram, a exemplo da Moscou de Benjamim, a cidade.

A vida cotidiana e a vivência do espaço através dos sentidos também são ressaltadas por Ana Fani Alessandri Carlos. Segundo a autora, as relações que os indivíduos mantêm com o espaço habitado: “[...] é passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido pelo indivíduo por meio do corpo, pois é com todos os seus sentidos que o habitante usa o espaço, cria/percebe os referenciais, sente os odores dos lugares, dando-lhes sentido” (CARLOS, 2001, p. 35).

O relato de um dos operários revela uma interpretação da cidade não desvinculada, por impossibilidade própria, de sua experiência dramática. A cidade se vislumbra, também, através do que nela se busca encontrar ou, simplesmente, a partir das demandas da vida e de como se reage diante delas.

O Sr. Anelício é natural da cidade de Porto Seguro na Bahia. Está em Belo Horizonte há quinze anos. Uma grave enfermidade de seu filho o obrigou a procurar uma grande cidade que oferecesse melhores condições para o tratamento. O que seria apenas alguns dias em Belo Horizonte acabou se transformando em anos. Agora o Sr. Anelício não pensa mais em retornar a Porto Seguro.

Ele examinou o menino e falou assim: eu vou te falar a verdade; o senhor, aqui, não tem capacidade para tratar dele não. [...] Estão aqui as capitais: Belo Horizonte, Rio, São Paulo, Salvador e Vitória. Cinco

capitais. Você vai escolher uma destas, urgente. (Sr. Anelício, 14/10/2011)

O Sr. Anelício teve sua interpretação sobre a cidade afetada, definitivamente, pelo que ela representou desde o primeiro momento. A princípio, esperança, não de oportunidade de trabalho, como nos outros tantos casos, mas de sobrevivência de um ente querido. O longo tempo de tratamento e, ao final, a almejada cura de seu filho, ensinou um determinado conhecer da cidade. O sujeito vê a cidade desde o próprio drama e esta é impressa pelas cores de suas experiências. A cidade de seu Anelício recebe, a partir do tratamento exitoso de seu filho, uma empatia que supera as mazelas apontadas por outros.

Eu penso assim, mas que eu tenho o que reclamar da cidade grande, não! Abaixo de Deus, primeiramente, consegui salvar a vida do meu filho aqui... (Sr. Anelício, 14/10/2011)

Tal como a extremamente fria Moscou que, para Benjamim, sensibilizado pela presença da amada, mais lembrava uma ensolarada cidade mediterrânea, o Sr. Anelício percebe ou inscreve, em Belo Horizonte, qualidades ocultas para outros sujeitos na cidade. Esta presença do sujeito na concepção que se constrói sobre o objeto aponta possibilidades de superação da dicotomia já tão criticada no conhecimento tradicional. O sujeito que apresenta uma determinada visão dessa cidade se mistura indelévelmente à cidade sobre a qual ele fala. Contudo, este não deixa de perceber dimensões semelhantes às que já haviam sido expressas em outras falas. Sobre o caráter da cidade enquanto lugar de oportunidades ligadas ao trabalho, por exemplo:

O emprego aqui, o salário é outro salário, lá é outra coisa... para mim, eu não tenho do que reclamar, graças a Deus está tudo bom. (Sr. Anelício, 14/10/2011)

Ou, ainda, sobre a violência e a restrição que este fator impõe sobre a circulação pela cidade:

Uma coisa que incomoda é a violência daqui. Aqui você tem que andar, primeiramente em Deus, e andar o mais atento um pouco, evitar certos lugares, certos horários [...] (Sr. Anelício, 14/10/2011)

No entanto, o que parece prevalecer sobre sua interpretação acerca da cidade remete à sua intensa experiência com a sobrevivência de seu filho adquirida com a medicina que, entendeu-se, estaria disponível apenas numa grande cidade. Esta vivência constrói uma concepção da cidade aparentemente difícil de ser abalada.

Tem um lado muito bom que é a medicina. Não tenho do que reclamar, muito boa. (Sr. Anelício, 14/10/2011)

[...] para mim aqui não tenho do que reclamar não, para mim, graças a Deus, deu tudo certo. (Sr. Anelício, 14/10/2011)

Hoje eu tenho meu carro de passeio, d'eu trabalhar. Às vezes eu estou aqui... ah! Vou para tal lugar assim, não pego ônibus nem nada, entro aqui, vou para um lado, vou para outro, não tenho do que reclamar, para mim, mil maravilhas mesmo... (Sr. Anelício, 14/10/2011)

4.4. Encontrando a cidade como “obra”

A cidade de Milton Santos, “opaca” — distante da cidade luminosa da mercadoria — e a cidade de Henri Lefebvre, cidade como “obra”, da festa e da apropriação das ruas e praças, dialogam. Elas dizem de uma mesma experiência da cidade, qual seja: a que escapa ao setor de *cima* ligado explicitamente à economia globalizada. Milton Santos (2006) percebe claramente que os pobres da cidade protagonizam de maneira intensa esta experiência. “A cidade grande é onde os fracos podem subsistir” (SANTOS, M., 2006, p. 218), pondera o autor.

Na cidade “luminosa”, moderna, hoje, a “naturalidade” do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa. Essa historicização da metafísica crava no organismo urbano áreas constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao uso da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas “opacas”. Estas são os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão. (SANTOS, M., 2006, p. 221)

Milton Santos (2006) refere-se a um estado de “desconforto criador” que caracterizaria o contexto no qual os pobres da cidade se inscrevem. Resultaria de um desejo de consumo imaginado, porém não atendido e produzindo, ainda, o que Sartre denomina de “carência fundamental”. A criação referida por tal fenômeno remete às estratégias de lidar em meio às tessituras sociais injustas calcadas, entre outros fatores, na mercantilização quase completa da vida. A solidariedade poderia ser pensada enquanto uma das estratégias produzidas a partir deste desconforto e, mesmo que sofra enorme pressão pelo reduzido tempo livre — tempo de “não-trabalho” —, ainda pode ser observada no cotidiano da cidade. Às vezes, surge apenas como lembrança melancólica. Alguns operários citam o mutirão, muitos deles acontecidos há tempos, quando se reuniam para confraternizar e contribuir com a força de trabalho para a construção da casa de um companheiro. Outras raras vezes, a solidariedade aparece como realização do presente.

Chegava final de semana, a gente juntava aquela turma que trabalhava em obra: “pô” cara, comprei um lote em tal lugar, vamos lá... tô precisando fazer um barraco lá, precisando sair do aluguel. Aí a gente juntava todo mundo e ia lá. Num final de semana, a gente ia lá, cavava os alicerces, deixava os alicerces prontos; na outra semana a gente ia lá e levantava, entendeu? E era assim: juntava oito, dez pessoas... era ajudante, pedreiro, carpinteiro... (Sr. Airton, 26/10/2011)

Na cidade como “obra”, o universo do trabalho aparece novamente interferindo ao proporcionar, em alguma medida, uma oportunidade de confraternização:

Eu vou lhe dizer uma coisa: é porque eu trabalho num setor, construção civil, um dos poucos setores onde a gente encontra gente do mesmo meio nosso, onde eu fui criado e tal, esse cabra foi criado lá também [apontando para um outro operário] e é [isso] que traz, mais ou menos, o mesmo costume. Tem alguns que às vezes extrapola e tal, mas você consegue chegar e conversar; então seu dia se torna agradável por conta disso. (Sr. Airton, 09/04/2011)

4.5. A cidade como lugar do trabalho

Eu não gosto muito da cidade à noite. À noite não tem muita coisa pra gente ver. De dia a gente tá trabalhando, à noite... (Sr. Airton, 26/10/2011)

O que é a cidade para além do lugar de onde se tira o sustento? Esta questão surge a partir das diversas referências à cidade enquanto lugar prioritariamente do trabalho na fala dos operários. Outras questões estão implicadas no desenrolar da ideia da “cidade como lugar do trabalho”: “o que está comprometido — do homem — no trabalho?” (SCHWARTZ, 2009, p. 20) Que cidade se apreende ao olhá-la através do trabalho? Que cidades estão sendo experimentadas?³⁰

A expressão da “cidade como lugar do trabalho” significa a centralidade assumida pelo trabalho nas experiências dos operários na cidade. As possibilidades de vivências da cidade “como obra” parecem assumir apenas um papel coadjuvante perante a urgência do objetivo aparentemente único da vida na cidade, qual seja o trabalho.

³⁰ Um esclarecimento é oportuno: temos nos referido a cidades dentro da cidade ao longo deste trabalho, com o objetivo de dar sentido à ideia de que as distinções das experiências dos “de baixo” no acesso ao “direito a cidade” chegam mesmo a criar realidades que permitiriam classificá-las como pertencentes a uma outra cidade. Este é um exercício pedagógico que objetiva ilustrar a desigualdade entre os habitantes da cidade que se ancora fortemente nas teias econômicas, mas que não se esgotam nelas. Chegam a exigir reconsiderações do significado da dignidade e reparações variadas, inclusive a de reconstruir conceitos e sentidos que considerem a diversidade de vivências.

4.5.1. Cidade: oportunidade e trabalho

A já clássica percepção de que melhores oportunidades de trabalho são oferecidas na cidade encontra eco, ainda hoje, entre alguns dos operários com os quais conversamos. A vida precária no campo ainda é citada como elemento motivador da vinda para a cidade. Desse antigo cenário de causa e efeito emergem expectativas e imagens que teimam em repercutir sobre a cidade.

Foi um período em que a seca começou a castigar muito, eu peguei e vim embora. [...] Trabalhava muito, produzia pouco, automaticamente ganhava-se pouco também. [...] Ou você vinha para a cidade ou ficava lá, chorando, esperando esmola dos outros... (Sr. Airton, 29/04/2011)

Diante de uma realidade custosa, resultado de uma confluência complexa de crises ética, políticas, sociais, ambientais, econômicas, entre outras, a cidade emerge, algumas vezes, como caminho único e obrigatório e, outras, representando a oportunidade de aumentar as possibilidades de acesso ao que se considera melhor vida. Entre a opção única e a esperança, a cidade é o destino de sujeitos em busca de dignidade, vislumbrada, muitas vezes, no trabalho. As frustrações são presentes, quando a realidade das exclusões da cidade é conhecida de perto:

[...] quando minha mãe resolveu juntar a gente e trazer para cá, ela nos pôs na cabeça que ela estava nos trazendo porque era para a gente ter uma vida nova, melhor, entendeu? Com tudo... [Com] todas as garantias possíveis. Só que aí não foi nada disso. Nós tínhamos uma vida, que não era vida de rico, mas pelo menos a gente sobrevivia. Eu tinha um colégio... [se referindo à Jacobina BA, onde o Sr. Airton morava] (Sr. Airton, 29/04/2011)

No entanto, sua qualidade de ofertante de oportunidades de trabalho é reconhecida e valorizada. O operário Marcos de 35 anos, os últimos 16 deles vividos em Belo Horizonte, quando perguntado sobre a vida na sua cidade natal, Governador Valadares, rapidamente afirma:

A vida aqui é muito melhor. A vida aqui é boa: a minha esposa também trabalha; tenho dinheiro para pagar o aluguel, a água, a luz, o cartão de crédito, não aperta pra ninguém. (Marcos, 22/09/2011)

Opinião semelhante tem o pedreiro conhecido como Dim, de aproximadamente 60 anos. Há 40 anos abandonou o norte de Minas para viver em Belo Horizonte, e a interpretação de que a cidade cumpre seu papel essencialmente como lugar de trabalho é clara:

Nós, que temos essa profissão, não podemos morar no interior. Lá, às vezes, tem um bico, mas aqui temos trabalho, só fica desempregado quem quer. A todo lugar vemos placas dizendo: “Venha trabalhar conosco!” (Dim, 22/09/2011)

Parece que o pensamento sobre a cidade deve inserir, de forma mais contundente e por caminhos novos, o *fato trabalho*.

A seguir apresentamos uma perspectiva sobre o trabalho que pode representar o ponto de partida para uma nova interpelação à forma de se pensar a cidade. A partir da ênfase no entendimento da cidade como lugar do trabalho, novas abordagens acerca da “atividade trabalho” parecem ser necessárias. As considerações são explorações iniciais no sentido da indagação que emerge ao final desta dissertação: existem significados do cotidiano da cidade ocultados sob a “atividade do trabalho”? Quais conexões são possíveis entre os “saberes dos de baixo” e o trabalho enquanto uma categoria social multidimensional?

4.6. O trabalho como fator social multidimensional

Nos últimos anos, a instigante abordagem ergológica³¹ sobre o trabalho propõe que esta atividade seja tratada como categoria cultural baseada numa evidência: “em todas as sociedades, quaisquer que sejam os lugares ou épocas, os homens e as mulheres trabalham, ou seja, envolvem seus corpos em uma atividade socialmente programada que visa a produzir os meio materiais de suas existências” (SCHWARTZ, 2011, p. 20). Apesar de sua universalidade, não há uma definição simples e consensual do trabalho.

O *trabalho* é enfatizado por Yves Schwartz (2011) enquanto não apenas um parâmetro do processo histórico, mas como a própria base do que “faz a história” para os homens. Esta relevância fica clareada quando a “atividade³² do trabalho” por detrás do “trabalho” é compreendida como pensamento que une “trabalho” e “homens”. Este é o exercício de Daisy Moreira Cunha (2009), ao considerar que a “atividade” no trabalho significa a “inclusão”, ou melhor, a reintegração do *homem* no *trabalho*. Sob esta perspectiva, o trabalho é “encarnado”, significativo e motivado. Suas dimensões psicológicas, sociais e culturais, retiradas pelo racionalismo científico, são devolvidas.

O nascimento do trabalho poderia ser pensado a partir da fabricação das primeiras ferramentas, objetos que mediavam a relação de uma população com seu meio

³¹ Para a abordagem ergológica do trabalho, a atividade industriosa é lugar de debate de normas com o meio no qual se insere. Todo meio de trabalho é constituído por normas antecedentes que, ao serem encontradas nas situações laborais pelo homem produtor, geram renormalizações, até mesmo porque, sem estas últimas, o trabalho prescrito não pode ser realizado. A ergologia convida a tirar consequências dessa distância inevitável entre o prescrito e o real que marca a fundação da ergonomia da atividade (GUÉRIN *et al.*, 2001). Para a ergologia, se a distância entre o prescrito e o real no trabalho é inevitável, neste hiato se inscrevem as renormalizações. Mesmo obedecer às normas antecedentes já é praticar escolhas. E ao operar nos interstícios das normas antecedentes, o homem faz história (CUNHA, 2009).

³² Segundo Daisy Cunha (2009), o conceito de atividade nos coloca numa confluência de disciplinas: Filosofia, Psicologia, Sociologia, Linguística, Ergonomia e Engenharia de interfaces homens-máquinas. Trata-se de um conceito que integra um quadro teórico alternativo ao paradigma racionalista, cientificista e objetivista do conhecimento produzido nas ciências humanas. A autora completa: “Compreender o ponto de vista da atividade humana como posicionamento epistemológico é se colocar na confluência, na zona de fronteira entre sujeito-objeto, ação-conhecimento, corpo-alma, subjetivo-objetivo, o que propicia um quadro de referência coerente, integrado e operatório capaz de abordar o trabalho humano na sua complexidade” (CUNHA, 2009).

de existência com objetivo de atender expectativas referentes à satisfação da vida. Através da fabricação de ferramentas, foi possível “[...] suplantando a seleção natural como fator explicativo das mudanças, transformando a Evolução em (pré) História” (SCHWARTZ, 2011, p. 21). A noção de trabalho, hoje, remete eminentemente a “tempo de vida vendido”, “[...] prestação remunerada em uma sociedade mercantil e de direito” (SCHWARTZ, 2011, p. 23). Esta concepção, segundo Yves Schwartz, limita o trabalho ao que foi circunscrito pela Revolução Industrial e ao assalariamento. Foi a partir desta noção que, no século XX em diante, se desenvolveriam as lutas, as contradições e a estruturação das relações de forças políticas.

A tentativa de racionalização radical do trabalho, segundo o autor, revela o que é chamado de “dimensões invisíveis do trabalho”. Inicia-se com a transposição da ideia das supostas leis da natureza e suas regras dos movimentos dos corpos, com o fim de submeter o corpo ao trabalho e a uma otimização dramática dos movimentos redundando em menor tempo de execução das tarefas. Estão no bojo das considerações a este respeito: Ferguson, ao supor que o ateliê ou as manufaturas pudessem ser considerados como uma máquina cujas partes fossem os homens; Mandeville e Hume, que acreditavam que o sucesso da Inglaterra do século XVIII relaciona-se com a simplificação das tarefas nas suas manufaturas; ou, ainda, Adam Smith, ao identificar a divisão do trabalho, instrumento de simplificação das tarefas e aquisição de destreza, como causa principal da riqueza das nações.

A intenção de subtrair completamente a subjetividade do trabalhador — e as consequências de sua subordinação à parte da engrenagem — é questionada por uma constatação de Taylor: as normas que objetivam o máximo de rapidez são transgredidas e, em vez de um método único de execução das tarefas, empregam-se centenas. Diante dessa quase anarquia, a racionalidade, tal como pensada anteriormente na administração das tarefas do trabalho, apresenta-se duvidosa.

A divisão do trabalho é particularmente importante para a compreensão dos processos sociais e da tentativa de subtração das subjetividades do homem no trabalho. A própria simplificação das tarefas, anteriormente tratada, encontra na divisão do trabalho um método para sua condução. Schwartz (2011, p. 27) esclarece que se trata de conceito ainda mais amplo: “Fala-se também de divisão sexual, da oposição entre a

cidade e o campo, de separação entre trabalhadores manuais e intelectuais; e se retornarmos às categorias da produção, falar-se-á de divisão social e de divisão de técnica”.

A divisão social do trabalho pressupõe consenso sobre a racionalidade aplicável aos processos do trabalho que, no entanto, nunca existiu. O autor explicita que se trataria de buscar uma mistura de “[...] elementos heterogêneos, sequências maquinais e sequências humanas (SCHWARTZ, 2011, p. 29).” Além do mais, não se pode contingenciar o pensamento no trabalho mais do que em outra instância. A divisão do trabalho (técnica, social ou sexual) é instável: “Todo sujeito, todo grupo humano no trabalho é um centro de vida, uma tentativa de apropriação do meio, e sua vida no trabalho não é uma cerca separada de sua ambição de vida global” (SCHWARTZ, 2011, p. 30).

A tentativa de racionalização radical do trabalho e a “ilusão” da divisão social do trabalho são observadas por Yves Schwartz como impasses. Essas concepções desconsiderariam que “[...] todo trabalho comporta uma parte invisível provisória, na espera de uma eventual elucidação, e uma parte irredutivelmente enigmática” (SCHWARTZ, 2011, p. 31). A referência à “invisibilidade do trabalho” frequentemente é conduzida ao trabalho das mulheres. Esse fato serve para que se escape da reflexão que toma o trabalho como uma atividade estritamente mercantil e permite pensá-lo como uma dimensão antropológica do gênio humano. É importante ter em conta, ainda, as continuidades existentes entre o trabalho informal, doméstico e as formas mercantis de trabalho, o que contribuiria para

redescobrir a parte invisível, enigmática de ‘toda’ a atividade industriosa, e a impossibilidade de circunscrever claramente os recursos, ao atos, os espaços onde se desdobram os corpos e as almas humanas em ‘todo’ o trabalho, até mesmo o trabalho mercantil (SCHWARTZ, 2011, p. 32).

Sobre a abrangência da atividade do trabalho na vida, extrapolando a percepção de atividade puramente mantenedora da sobrevivência, Yves Schwartz cita o ergonomista³³ François Daniellou:

Em suas atividades, os homens ou as mulheres tecem no trabalho. Em relação à *trama*, os fios os religam a um processo técnico, a propriedades da matéria, das ferramentas ou dos clientes, às políticas econômicas — elaboradas eventualmente em um outro continente —, às regras formais, ao controle de outras pessoas... em relação à *cadeia*, aqui religados à sua própria história, a seu corpo que aprende e que envelhece; a uma multidão de experiências de trabalho e de vida; a muitos grupos sociais que lhes ofertaram saberes, valores, regras com os quais eles produzem dia após dia; aos parentes também, fontes de energia e de preocupações; aos projetos, desejos, angústias, sonhos (DANIELLOU, 1996, p. 1 *apud* SCHWARTZ, 2011, p. 32).

Essas tessituras presentes no trabalho constituem as suas dimensões invisíveis ou “penumbra”. É lugar onde são possíveis a reapreciação e o julgamento dos procedimentos do trabalho, as re-normalizações. Há um incessante vaivém entre o micro do trabalho e o macro da vida social cristalizada, incorporada nessas normas (SCHWARTZ, 2011). A OCT (Organização Científica do Trabalho), ao instituir o *one best way* para ordenar as operações do trabalho, não pôde prever que há “furos nas normas”. Variações ainda permanecem e o trabalhador intervém nelas com consequências que extrapolam a fábrica ou o canteiro de obras. Esses furos das normas:

[...] engajam reconfigurações de maneiras de fazer, dos laços coletivos mais ou menos intensos, das aprendizagens, das redes de transmissão de saber fazer, dos valores do uso de si, da saúde no trabalho e, finalmente, reinterrogam — construindo ou destruindo — o que significa viver em conjunto. É, portanto, toda vida social que é surdamente recolocada em questão na oficina, no serviço, no canteiro de obra, para ser (re)disseminada pelos milhares de canais de sociabilidade com os outros espaços da vida social. (SCHWARTZ, 2011, p. 33)

³³ Segundo Daisy Cunha (2009), a ergonomia objetiva compreender o trabalho e sua transformação, apoiando-se em diversas disciplinas e associando os conhecimentos produzidos por tais disciplinas e outros saberes coproduzidos com os trabalhadores em situações de trabalho.

Pensar o trabalho em sua “penumbra” é “fazer uso de si por si mesmo”, é pensar o mundo e toda a atividade humana como um enfrentamento de normas e re-normalizações que ocorre invisivelmente nas operações do trabalho, mas que continuam

[...] com as normas de vida que todo meio histórico veicula como misto de valores consensuais e valores contraditórios. [...] O que chamamos de ‘o trabalho’ e, mais particularmente, de trabalho *stricto sensu* é uma forma tardia, mas hoje complexa, ricamente crítica, desta atividade genérica. (SCHWARTZ, 2011, p. 34)

O trabalho extrapola a noção que o tem apenas como atividade mercantil. A partir do questionamento ou da impossibilidade de que as normas ocupem todos os trâmites da vida, há espaço para re-normalizações. Essas têm como ponto inicial as atividades industriais, mas “[...] contaminam o econômico, o social, o político, os modos de sociabilidade, de ligações ou de ‘desligamentos’ sociais” (SCHWARTZ, 2011, p. 34). Segundo Daisy Cunha, a perspectiva ergológica do trabalho nos permite pensar nos *dramas do uso de si* representadas pelo trabalho, como “[...] experiências piores de problemas de cidadania, pois recolocam sem cessar a questão dos valores que permeiam a atividade científica, o governo do trabalho e o viver em comum no território das cidades” (CUNHA, 2009 p. 8). A partir da interpretação da cidade enquanto lugar prioritariamente do trabalho, há possibilidades de que se construa, a partir da perspectiva do “trabalho” brevemente citada acima, enquanto elemento de reconfiguração social, uma requalificação da própria noção de cidade.

Ana Fani A. Carlos (2001) defende que as relações sociais, construtoras de mundo, se dão através da apropriação do espaço e que, apesar de englobar o mundo do trabalho, não se encerra nele. Envolve também a produção da humanidade do homem. É possível, porém, que o mundo do trabalho adquira mais importância quando o percebemos extrapolando os termos da produção de mercadorias para tê-lo como categoria social multidimensional. Como pensar no cotidiano como elemento constitutivo da reprodução no mundo moderno da metrópole, sem atribuir grande importância ao “trabalho”? Nota-se que será preciso (re) pensar o mundo do trabalho, sua real dimensão no âmbito das práticas socioespaciais e enquanto uma experiência entendida também como lugar do agir humano. Conforme assinalam Daisy Moreira Cunha e João Bosco Laudares (2009), é possível que o trabalho seja um objeto transdisciplinar esperando re-conhecimento.

Nesse sentido, os autores enfatizam a centralidade do trabalho como categoria que explica o conjunto da vida social e a necessidade de avançar na compreensão das subjetividades pra além daquelas formadas pelo capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que, ao final de todo esse processo, esta pesquisa busca construir entendimentos acerca da categoria cidade a partir de interpretações de operários da construção civil. Portanto, a partir da própria cidade — e de certa cidade nos interiores da cidade inteira —, constrói-se a possibilidade da leitura desse território e, conseqüentemente, abrem-se alternativas de compreensão do mundo urbano através de olhos que não os da ciência. A possibilidade de que conhecimentos válidos sobre a cidade estejam também fora do círculo da ciência tradicional e caminhem alheios aos seus procedimentos foi enfatizada.

Além disso, o que se procura demonstrar: que a noção de modernidade captura a dimensão da ciência e que esta, valendo-se de uma suposta superioridade frente às demais leituras de mundo, constituiu-se como conhecimento universal, embora sendo um enunciado europeu. Os pensadores pós-coloniais, entre os quais Edgardo Lander, Henrique Dussel, Santiago Castro-Gomes, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, entre outros, identificam e associam a origem da modernidade à colonialidade: compreendem ambas — modernidade e colonialidade — enquanto componentes de uma mesma estrutura. Em 1492, quando Colombo atravessa o Atlântico, inauguram-se “[...] os dois processos que articuladamente conformam a história posterior: a *modernidade* e a *organização colonial do mundo* (LANDER, 2005, p. 26). A partir da vinculação da modernidade à colonialidade, está em causa, o que José Jorge de Carvalho denomina “descolonização das paisagens mentais”: remete à necessidade de revisão dos cânones teóricos e temáticos contaminados pela ocidentalização do mundo (CARVALHO, 2001).

A persistência da cisão na estrutura do pensamento iniciada com a conquista ibérica da América é demonstrada por Boaventura de Sousa Santos na sua *crítica do pensamento abissal*. Linhas abissais que dividiam o velho do novo mundo na era colonial continuam a fundamentar a divisão das relações políticas e culturais excludentes do sistema-mundo contemporâneo. A ciência é um dos campos proeminentes do pensamento abissal. O seu monopólio sobre o *dizer a verdade e o falso* exclui as leituras de mundo enquadradas fora de suas demarcações. Disto resulta o que o autor chama de “desperdício de experiência”. Significa que os saberes locais, aqui denominados de saberes dos “de baixo” — em concordância com os termos de Milton Santos —, foram *localizados* e tornados irrelevantes. A resistência à hegemonia

da ciência moderna é possível por meio de uma contra-epistemologia que reconheça a pluralidade de epistemologias do mundo. Uma *ecologia de saberes*, em que um dos seus atributos seja a tradução intercultural — pensada para atuar na recuperação das experiências cognitivas desperdiçadas. Tais experiências são várias e denominadas de saberes do senso comum, saberes locais, tradicional, nativo, entre outras denominações. Podem englobar práticas como as do “mateiro”, sabedor da serventia e da localização de plantas e raízes ou, ainda, podem referir-se aos cidadãos, aos “pobres da cidade”, como prefere Milton Santos, com suas experiências de luta diária para sobreviver a uma realidade que os empurra para a margem social da dignidade e do direito.

Os sujeitos desta pesquisa são os operários da construção civil. Um dos nossos pressupostos refere-se à inclusão destes na condição de sujeitos “de baixo”. A partir de então, os tomamos como sujeitos construtores de estratégias e de saberes nascidos do cotidiano, com suas experiências com a escassez e com a solidariedade, baixos níveis de técnica, de capital e de organização — o que os confere especificidades criativas e integra-os organicamente aos seus territórios, conforme assinala Milton Santos (2000).

Alguns dos elementos da cidade interpretada por estes sujeitos são apreendidos e assim enfatizados: *a cidade turbulenta* diz da agitação e do desassossego da vida na cidade; a inquietude do andar pela cidade, tendo os tempos caóticos do trânsito a fatigar o ir e vir e a transformar o deslocamento casa — trabalho numa outra jornada. A sensação de isolamento também participa da conformação da turbulência. O trabalho esgota o tempo e o encontro é raro, além de outros fatores que concorrem para minar tais momentos: as limitações econômicas, a violência que impõe uma cautela excessiva no contato com “estranhos”, foram também considerados. A individualização daí resultante corrobora com as dimensões macro sociais identificadas com o próprio modo de vida capitalista. Neste sentido, as conversas com os vizinhos ou as visitas aos parentes deixam de ser parte da vida cotidiana. O tempo é, sobretudo, para o trabalho.

O relato de um dos operários sobre sua dramática experiência na cidade fez surgir uma reflexão sobre a valência da paixão, da imaginação (das experiências) como fatores de conhecimento da *polis*. Olgária Matos (1995) recupera Walter Benjamin em

seu *Diário de Moscou* para exemplificar como o sujeito participa do desenhar do objeto sobre o qual se deseja conhecer, ao contrário do que se observa no cânone iluminista/racionalista. Sob esta perspectiva, o objeto apresenta-se impregnado pelas cores emanadas do sujeito e este não pode apreendê-lo, a não ser sob as influências da própria imagem. O operário citado, com um ente querido enfermo, é orientado a procurar uma grande cidade para que pudesse ser tratado. Este teve sua interpretação sobre a cidade definitivamente afetada a partir do desenrolar desta demanda. O tratamento exitoso do familiar enseja uma grande empatia em relação à cidade e esta lhe apresenta qualidades aparentemente ocultas a outros. Tal como a Moscou para Benjamim: apesar do gélido clima, o filósofo a sente como uma cidade do litoral mediterrâneo, aquecido que estava pela proximidade da amada. Destacamos que esta presença do sujeito na concepção que se constrói sobre o objeto aponta possibilidades de superação da dicotomia já criticada no conhecimento tradicional. No caso considerado, o sujeito se mistura indelevelmente à cidade sobre a qual ele fala.

Apontamos ainda que o “fato trabalho” parece assumir centralidade nas experiências dos operários na cidade. Diversas referências dão conta da cidade enquanto lugar prioritariamente do trabalho. Esta “atividade” parece transpassar diversas esferas das experiências na cidade, enquanto a esvazia de outros sentidos. Contudo, Daisy Cunha (2009) esclarece que o trabalho pode revelar os dramas do *uso de si* e pode conter problemas de cidadania se entendido enquanto lugar do agir humano.

Ao atribuímos grande relevância à interpretação da cidade enquanto lugar prioritariamente do trabalho, consideramos necessário apontarmos algumas explorações iniciais sobre os rumos possíveis a partir deste ponto. A abordagem ergológica do trabalho nos parece profícua. A nossa breve explanação se deve, sobretudo, à visão de que são necessárias maiores reflexões sobre a provocativa pergunta de Yves Schwartz: “O que está comprometido — do homem — no trabalho?” (SCHWARTZ, 2009, p. 20) A pergunta que segue é: que significados da cidade nós apreendemos a partir do trabalho enquanto categoria social multidimensional?

Consideramos a hipótese de que conhecimentos relevantes sobre a categoria cidade circulem entre os sujeitos “de baixo” estivesse sido confirmada. É evidente que algum conhecimento emerge ao longo do processo. Mas não se trataria do

conhecimento a ser referendado pela ciência moderna. O mesmo pode ser dito das práticas rotineiras que nos mostram a cidade a partir dos olhos dos sujeitos. Todavia, reconhecemos as limitações e o grande caminho ainda por percorrer na conformação dos métodos para acessar os saberes “dos de baixo”, historicamente marginalizados pela ciência moderna. São importantes, neste cenário, as responsabilidades políticas e éticas que implicam todo pensamento social comprometido com uma configuração democrática mais justa.

REFERÊNCIAS

ALVES; AQUINO. Esquecer e lembrar. *Revista da Lage*, ano 0, n. 1, jun. 2007.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.

AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Sousa. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BARRETO, Abílio. *Resumo histórico de Belo Horizonte – 1701-1947*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 [1982].

BRASIL. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)*. Brasília, Ministério do Trabalho, 2010.

BUARQUE, Cristovam. *A aventura da universidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

CALVINO, Italo. Como era o Novo Mundo. In: *Coleção de areia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 17-24.

CARLOS, Ana Fani A. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>>.

CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizonte antropológico*, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 107-147, julho de 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v7n15/v7n15a05.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2012.

CECEÑA, Ana Esther. *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece2PT/cecena2.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2012.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1998.

COUTINHO, R. L. *Operário da construção civil: urbanização migração e classe operária*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

CUNHA, Daisy Moreira. *Lições de pedra: das minas de saberes e valores*. Comunicação apresentada no Symposium Travail, Identités, Métiers: quelles métamorphoses, sessão Connaitre Le Travail, Collège de France, 23-25 jun. 2009.

CUNHA, Daisy Moreira. Trabalho, política e saberes na perspectiva ergológica. XI Colóquio Internacional de psicossociologia e sociologia clínica. *Simpósio Trabalho e Política no Mundo Contemporâneo*, 2009. Disponível em: <http://fafich.ufmg.br/coloquio/simpósios_13.htm>. Acessado em: 23 maio 2012.

CUNHA, Daisy Moreira; LAUDARES, João Bosco. (Org.) *Trabalho: diálogos multidisciplinares*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/DLPO/>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GRANDI, Sônia Lemos. A perda da identidade profissional do trabalhador no processo de desenvolvimento da indústria da construção no Brasil. *Educação Tecnológica*. Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 01-01, set./dez. 2008. Disponível em <http://www.revista.cefetmg.br/galerias/arquivos_download/REVISTA_13-3.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2012.

GUATTARI, Félix. Fundamentos ético-políticos da interdisciplinaridade. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 108, p. 19-26, jan./mar. 1992.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e privilégio da perspectiva parcial. *Cardernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. *The science question in feminism*. Ithaca; London: Cornell Univ. Press, 1986.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1993.

HENRI, Lefebvre. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

HENRI, Lefebvre. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. O lugar e a cidade: conceitos do mundo contemporâneo. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). *Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMEZ, Santiago (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean; SIMAN, Lana Mara de Castro. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LÖWY, M. Ideologia e ciência social. São Paulo: Cortez, 1985.

MACHADO, Marília Novais da Mata. *Entrevista de pesquisa: a interação pesquisador-entrevistado*. Belo Horizonte: UFMG, 1991.

MATOS, Olgária. A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças. *Espaço & Debates*, n. 8, São Paulo.

MATOS, Olgária. Amor e cidade, amor na cidade: Walter Benjamim. In: MAGALHÃES, Maria Cristina Rios (Org.). *Na sombra da cidade*. São Paulo: Escuta, 1995.

Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupação. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>>. Acesso em: 11 abr. 2012.

MOREIRA FILHO, Amador da L. *et al.* Universidade pública e comunidades populares: representações, identidade e poder. In: SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz; SOUZA, Ana Inês (Org.). *Comunidades populares e universidade: olhares para o outro*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006.

PNAD - IBGE 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENIA, Ana Esther; SADER, Emir. *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: Clacso, 2002. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana*. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cecen/04porto.pdf>>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Renato Janine. *A universidade e a vida atual: Fellini não via filmes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *ALEA*, v. 7, n. 2, p. 305-322, jul./ dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alea/v7n2/a10v7n2.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2012.

RODRIGUES, Carlos. *História de Belo Horizonte: duas épocas*. Belo Horizonte, 1981.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *As vozes do mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: STARLING, Heloísa Maria Murgel; ALMEIDA, Sandra Regina Goulart (Org.). *Sentimentos do mundo: ciclo de conferências dos 80 anos da UFMG*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reinventar a democracia*. Lisboa: Gradiva, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 2 ed. Porto: Afrontamento, 1988.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção* 4. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

SARLO, Beatriz. *Cidades, Itinerários* In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; ALMEIDA, Sandra Regina Goulart (Org.). *Sentimentos do mundo: ciclo de Conferências dos 80 anos da UFMG*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SCHWARTZ, Yves. *Conceituando o trabalho: o visível e o invisível*. Rio de Janeiro, v. 9, p. 19-45, 2011.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

THERBORN, G. *La ideologia del poder y el poder de la ideologia*. 3. ed. México: Siglo Veintiuno Ed., 1991 [1987].

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 6. ed. São Paulo: Editora, 1994.

TOMASI, A. *A construção social da qualificação dos trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte: estudo sobre os mestres-de-obras*. Pesquisa desenvolvida com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. dez. 2009. Disponível em: <<http://www.progest.cefetmg.br/site/sobre/pesquisa/>>.